

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

### DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	20
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	111
---	-----

### Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	113
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	115
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	116

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	113.450.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>113.450.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Extraordinária	28/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	27/04/2012	Ordinária		0,77126

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	3.121.745	2.505.181
1.01	Ativo Circulante	819.663	471.134
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	122.625	66.582
1.01.03	Contas a Receber	384.450	212.936
1.01.03.01	Clientes	325.915	158.685
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	305.966	136.410
1.01.03.01.02	Contas a receber - partes relacionadas	19.949	22.275
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	58.535	54.251
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	590	181
1.01.03.02.02	Impostos a Recuperar	42.967	47.853
1.01.03.02.04	Outras Contas a Receber-Partes Relacionadas	68	99
1.01.03.02.05	Outras Contas a Receber	14.910	6.118
1.01.04	Estoques	310.389	190.873
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.199	743
1.02	Ativo Não Circulante	2.302.082	2.034.047
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	128.381	103.139
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	7.490
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	7.490
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	128.381	95.649
1.02.01.09.03	Incentivos Fiscais / Outros Créditos	9.693	5.426
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	41.453	17.894
1.02.01.09.05	Impostos a Recuperar	77.235	72.329
1.02.02	Investimentos	1.065.515	1.330.976
1.02.02.01	Participações Societárias	1.065.515	1.330.976
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.065.388	1.330.887
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	127	89
1.02.03	Imobilizado	868.638	590.782
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	775.198	539.490
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	93.440	51.292
1.02.04	Intangível	239.548	6.676
1.02.04.01	Intangíveis	239.548	6.676
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	78.310	1.655
1.02.04.01.03	Software	11.447	5.021
1.02.04.01.05	Goodwill	149.791	0
1.02.05	Diferido	0	2.474

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	3.121.745	2.505.181
2.01	Passivo Circulante	327.076	339.604
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	84.389	39.802
2.01.01.01	Obrigações Sociais	25.082	11.472
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	59.307	28.330
2.01.02	Fornecedores	61.366	40.572
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	61.366	40.572
2.01.02.01.01	Fornecedores	60.176	39.830
2.01.02.01.02	Fornecedores-Partes Relacionadas	1.190	742
2.01.03	Obrigações Fiscais	47.196	21.436
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16.669	9.509
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.706	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	11.963	9.509
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	30.322	11.744
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	205	183
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	111.804	134.596
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	111.804	134.596
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	69.466	122.093
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	42.338	12.503
2.01.05	Outras Obrigações	22.321	103.198
2.01.05.02	Outros	22.321	103.198
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	84.178
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	4.787	8.859
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	5.012	2.502
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar - partes relacionadas	1.200	1.274
2.01.05.02.07	Subvenções Governamentais	10.122	6.385
2.01.05.02.08	Debêntures	1.200	0
2.02	Passivo Não Circulante	451.162	157.448
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	211.262	120.660
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	211.262	120.660
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	209.253	118.180
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.009	2.480
2.02.02	Outras Obrigações	157.765	4.374
2.02.02.02	Outros	157.765	4.374
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	1.706	342
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	6.253	4.019
2.02.02.02.05	Contas a Pagar-Partes Relacionadas	3	13
2.02.02.02.07	Debêntures	149.803	0
2.02.03	Tributos Diferidos	31.712	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.712	0
2.02.04	Provisões	50.423	32.414
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	48.906	30.897
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	17.750	18.180
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	27.345	12.119
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.811	598
2.02.04.02	Outras Provisões	1.517	1.517

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2.02.04.02.04	Outras	1.517	1.517
2.03	Patrimônio Líquido	2.343.507	2.008.129
2.03.01	Capital Social Realizado	802.631	777.796
2.03.02	Reservas de Capital	121.985	121.985
2.03.02.07	Reserva de Incentivos Fiscais	105.456	105.456
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529
2.03.04	Reservas de Lucros	1.083.452	1.108.287
2.03.04.01	Reserva Legal	73.293	73.293
2.03.04.02	Reserva Estatutária	484.931	484.931
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	525.228	550.063
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	335.396	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	43	61

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	702.116	1.839.559	467.417	1.324.652
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	824.056	2.148.177	540.725	1.528.479
3.01.02	Vendas Canceladas/Devoluções de Vendas	-7.535	-20.206	-3.232	-9.096
3.01.03	Impostos sobre Vendas	-102.179	-258.508	-67.410	-187.676
3.01.04	Descontos Incorridos	-12.226	-29.904	-2.666	-7.055
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-423.042	-1.095.767	-299.845	-846.931
3.02.01	Custo dos Produtos Vendidos	-450.010	-1.174.900	-325.711	-921.876
3.02.02	Subvenções para investimentos estaduais	26.968	79.133	25.866	74.945
3.03	Resultado Bruto	279.074	743.792	167.572	477.721
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-150.173	-356.229	-64.140	-203.587
3.04.01	Despesas com Vendas	-127.013	-306.549	-62.680	-177.742
3.04.01.01	Com Vendas	-125.774	-303.537	-61.941	-175.497
3.04.01.02	Depreciação e Amortização	-1.239	-3.012	-739	-2.245
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-34.738	-99.546	-27.196	-80.003
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-27.087	-76.514	-20.675	-60.295
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-3.987	-9.792	-1.857	-5.776
3.04.02.03	Honorários da Administração	-2.239	-6.600	-2.094	-6.065
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-1.425	-6.640	-2.570	-7.867
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.487	5.724	590	3.554
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.070	-5.484	-4.054	-9.284
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.161	49.626	29.200	59.888
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	128.901	387.563	103.432	274.134
3.06	Resultado Financeiro	-7.998	-15.947	-10.674	-960
3.06.01	Receitas Financeiras	4.298	15.185	4.533	21.799
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.296	-31.132	-15.207	-22.759
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	120.903	371.616	92.758	273.174
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.677	-36.220	-4.708	-22.467
3.08.01	Corrente	-7.478	-27.082	-5.552	-20.373

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
3.08.02	Diferido	801	-9.138	844	-2.094
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	114.226	335.396	88.050	250.707
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	114.226	335.396	88.050	250.707
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,00684	2,95633	0,77611	2,20988
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,00684	2,95633	0,77611	2,20988

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	114.226	335.396	88.050	250.707
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-18	20	17
4.02.02	Ajustes de Conversão do Período	0	-18	20	17
4.03	Resultado Abrangente do Período	114.226	335.378	88.070	250.724

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	236.650	191.978
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	389.191	259.057
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	371.616	273.174
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	38.318	34.694
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	405	299
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-49.626	-59.888
6.01.01.05	Atualização Financiamentos/Aplicações Financeiras	28.478	10.778
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-123.603	-41.637
6.01.02.01	(Aumento)Redução Contas a Receber Clientes	-29.472	-17.236
6.01.02.02	(Aumento)Redução nos Estoques	-58.780	-61.243
6.01.02.03	(Aumento)nos Impostos a Recuperar	16.840	1.542
6.01.02.04	Aumento(Redução) em Outras Contas a Receber	-11.659	29.563
6.01.02.05	Aumento(Redução) em Fornecedores	-57.584	-11.334
6.01.02.06	Aumento(Redução) nos Impostos e Contribuições	-5.146	470
6.01.02.07	Aumento(Redução) nas Subvenções Governamentais	3.797	2.410
6.01.02.08	Aumento(Redução) em Contas a Pagar e Provisões	18.401	14.191
6.01.03	Outros	-28.938	-25.442
6.01.03.01	Recebimentos de Juros	259	402
6.01.03.02	Juros e Variações Cambiais Pagos	-20.987	-5.520
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-9.551	-20.324
6.01.03.04	Liberação de Incentivos p/ Reinvestimentos	1.341	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-266.238	-96.642
6.02.01	Aquisição de Imobilizado,Diferido e Intangível	-44.478	-26.430
6.02.02	Aquisição de Ações de Emissão da Cia.	0	-489
6.02.03	Aplicações em Investimentos	-108.600	-70.000
6.02.04	Vendas de Ações em Tesouraria	0	277
6.02.05	Caixa e equivalentes de caixa incorporados	6.840	0
6.02.06	Amortização de dívida da aquisição de empresas	-120.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	85.631	-24.292
6.03.01	Aquisição de Financiamentos	217.193	162.335
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-47.384	-99.135
6.03.03	Pagamento de Lucros Distribuídos	-84.178	-87.492
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	56.043	71.044
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	66.582	42.418
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	122.625	113.462

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	777.796	121.985	1.108.287	0	61	2.008.129
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	777.796	121.985	1.108.287	0	61	2.008.129
5.04	Transações de Capital com os Sócios	24.835	0	-24.835	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	24.835	0	-24.835	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	335.396	-18	335.378
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	335.396	0	335.396
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-18	-18
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-18	-18
5.07	Saldos Finais	802.631	121.985	1.083.452	335.396	43	2.343.507

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	746.529	123.171	897.049	0	52	1.766.801
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	746.529	123.171	897.049	0	52	1.766.801
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.267	-1.186	-63.878	0	0	-33.797
5.04.01	Aumentos de Capital	31.267	0	-31.267	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-212	0	0	0	-212
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-33.585	0	0	-33.585
5.04.08	Opções de ações canceladas ou perdidas	0	-974	974	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	250.707	17	250.724
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	250.707	0	250.707
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	17	17
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	17	17
5.07	Saldos Finais	777.796	121.985	833.171	250.707	69	1.983.728

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
7.01	Receitas	2.105.533	1.516.722
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.098.067	1.512.328
7.01.02	Outras Receitas	5.722	3.554
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	4.020	848
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2.276	-8
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.282.481	-963.538
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-857.356	-683.595
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-421.479	-279.099
7.02.04	Outros	-3.646	-844
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-3.646	-844
7.03	Valor Adicionado Bruto	823.052	553.184
7.04	Retenções	-38.318	-34.694
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-38.318	-34.694
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	784.734	518.490
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	64.811	81.686
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	49.626	59.888
7.06.02	Receitas Financeiras	15.185	21.798
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	849.545	600.176
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	849.545	600.176
7.08.01	Pessoal	248.002	164.319
7.08.01.01	Remuneração Direta	166.263	110.877
7.08.01.02	Benefícios	66.541	43.153
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.786	10.065
7.08.01.04	Outros	412	224
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	226.851	157.375
7.08.02.01	Federais	133.615	105.419
7.08.02.02	Estaduais	89.019	50.807
7.08.02.03	Municipais	4.217	1.149
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	39.296	27.775
7.08.03.01	Juros	31.131	22.760
7.08.03.02	Aluguéis	8.165	5.015
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	183.607	135.135
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	183.607	135.135
7.08.05	Outros	151.789	115.572
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	151.789	115.572

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	3.418.597	3.032.120
1.01	Ativo Circulante	1.062.025	840.652
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	170.311	95.323
1.01.03	Contas a Receber	508.364	436.121
1.01.03.01	Clientes	430.313	352.686
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	78.051	83.435
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	1.216	1.468
1.01.03.02.02	Adiantamento a Fornecedores - Partes Relacionadas	0	126
1.01.03.02.03	Impostos a Recuperar	58.339	71.953
1.01.03.02.05	Outras Contas a Receber - Partes Relacionadas	42	68
1.01.03.02.06	Outras Contas a Receber	18.454	9.820
1.01.04	Estoques	380.669	307.956
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.681	1.252
1.02	Ativo Não Circulante	2.356.572	2.191.468
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	158.812	148.790
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	12.562	11.792
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	12.562	11.792
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	146.250	136.998
1.02.01.09.03	Incentivos Fiscais / Outros Creditos	13.712	14.827
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	50.145	41.777
1.02.01.09.05	Impostos a Recuperar	82.393	80.394
1.02.02	Investimentos	140	140
1.02.02.01	Participações Societárias	140	140
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	140	140
1.02.03	Imobilizado	1.299.322	1.181.315
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.097.481	984.554
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	201.841	196.761
1.02.04	Intangível	898.298	861.223
1.02.04.01	Intangíveis	230.669	205.085
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	219.136	197.343
1.02.04.01.03	Software	11.533	7.742
1.02.04.02	Goodwill	667.629	656.138

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	3.418.597	3.032.120
2.01	Passivo Circulante	475.465	559.790
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	109.570	77.474
2.01.01.01	Obrigações Sociais	33.844	36.143
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	75.726	41.331
2.01.02	Fornecedores	78.930	92.995
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	78.930	92.995
2.01.02.01.01	Fornecedores	78.065	92.363
2.01.02.01.02	Fornecedores - Partes Relacionadas	865	632
2.01.03	Obrigações Fiscais	66.657	46.054
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	27.262	16.189
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.130	489
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	21.132	15.700
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	38.911	29.477
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	484	388
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	185.712	227.318
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	185.712	227.318
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	143.374	214.189
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	42.338	13.129
2.01.05	Outras Obrigações	34.596	115.949
2.01.05.02	Outros	34.596	115.949
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	84.178
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	5.851	3.197
2.01.05.02.05	Contas a Pagar	16.993	21.452
2.01.05.02.06	Subvenções Governamentais	10.552	7.122
2.01.05.02.08	Debêntures	1.200	0
2.02	Passivo Não Circulante	600.002	466.557
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	298.742	348.209
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	298.742	348.209
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	296.733	345.729
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.009	2.480
2.02.02	Outras Obrigações	160.057	8.588
2.02.02.02	Outros	160.057	8.588
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	1.706	4.349
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	8.548	4.239
2.02.02.02.07	Debêntures	149.803	0
2.02.03	Tributos Diferidos	82.110	52.383
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	82.110	52.383
2.02.04	Provisões	59.093	57.377
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	57.576	55.860
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	24.591	24.668
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29.174	27.806
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.811	3.386
2.02.04.02	Outras Provisões	1.517	1.517
2.02.04.02.04	Outros	1.517	1.517
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.343.130	2.005.773

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2.03.01	Capital Social Realizado	802.631	777.796
2.03.02	Reservas de Capital	121.985	121.985
2.03.02.07	Reserva de Incentivos Fiscais	105.456	105.456
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529
2.03.04	Reservas de Lucros	1.083.452	1.108.287
2.03.04.01	Reserva Legal	73.293	73.293
2.03.04.02	Reserva Estatutária	484.931	484.931
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	525.228	550.063
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	335.019	-2.356
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	43	61

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	936.559	2.625.340	784.499	2.154.033
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ ou Serviços	1.093.979	3.061.097	928.514	2.546.509
3.01.02	Vendas Canceladas/Devoluções de Vendas	-14.761	-42.064	-9.502	-25.366
3.01.03	Impostos sobre Vendas	-130.433	-362.439	-130.022	-354.703
3.01.04	Descontos Incorridos	-12.226	-31.254	-4.491	-12.407
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-568.989	-1.560.034	-489.410	-1.344.635
3.02.01	Custo dos Produtos Vendidos	-603.367	-1.658.152	-521.733	-1.435.458
3.02.02	Subvenções para investimentos estaduais	34.378	98.118	32.323	90.823
3.03	Resultado Bruto	367.570	1.065.306	295.089	809.398
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-230.027	-644.074	-179.548	-501.144
3.04.01	Despesas com Vendas	-180.625	-491.479	-137.978	-383.873
3.04.01.01	Com Vendas	-177.099	-485.491	-136.280	-379.051
3.04.01.02	Depreciação Amortização	-3.526	-5.988	-1.698	-4.822
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-49.946	-154.267	-40.779	-114.893
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-41.450	-125.211	-32.779	-92.103
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-5.122	-14.463	-3.828	-11.389
3.04.02.03	Honorários da Administração	-2.239	-6.600	-2.094	-6.065
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-1.135	-7.993	-2.078	-5.336
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.684	9.747	5.377	11.920
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.140	-8.075	-6.168	-14.298
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	137.543	421.232	115.541	308.254
3.06	Resultado Financeiro	-10.833	-28.801	-13.515	-13.953
3.06.01	Receitas Financeiras	6.589	22.495	6.910	26.892
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.422	-51.296	-20.425	-40.845
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	126.710	392.431	102.026	294.301
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.370	-55.056	-13.024	-40.610
3.08.01	Corrente	-8.955	-32.760	-8.486	-26.150
3.08.02	Diferido	-3.415	-22.296	-4.538	-14.460

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	114.340	337.375	89.002	253.691
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	114.340	337.375	89.002	253.691
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	114.340	337.375	89.002	253.691
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,00784	2,97378	0,78450	2,23619
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,00784	2,97378	0,78450	2,23619

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	114.340	337.375	89.002	253.691
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-18	20	17
4.02.02	Ajustes de Conversão de Período	0	-18	20	17
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	114.340	337.357	89.022	253.708
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	114.340	337.357	89.022	253.708

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	305.332	262.775
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	496.502	364.136
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	392.431	294.301
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	58.356	47.028
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	1.261	1.687
6.01.01.05	Atualização Financiamentos/Aplicações Financeiras	44.454	21.120
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-126.801	-64.824
6.01.02.01	(Aumento)Redução Contas a Receber Clientes	-69.215	-62.015
6.01.02.02	(Aumento)Redução nos Estoques	-64.951	-47.230
6.01.02.03	(Aumento) nos Impostos a Recuperar	14.934	-103
6.01.02.04	Aumento(Redução) em Outras Contas a Receber	-14.537	27.353
6.01.02.05	Aumento(Redução) em Fornecedores	-18.103	-11.843
6.01.02.06	Aumento(Redução) nos Impostos e Contribuições	-7.243	4.669
6.01.02.07	Aumento(Redução) nas Subvenções Governamentais	3.490	2.049
6.01.02.08	Aumento(Redução) em Contas a Pagar e Provisões	28.824	22.296
6.01.03	Outros	-64.369	-36.537
6.01.03.02	Juros e Variações Cambiais Pagos	-51.282	-9.844
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-14.428	-26.693
6.01.03.04	Liberção de Incentivos p/ Reinvestimento	1.341	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-233.332	-125.476
6.02.01	Aquisição de Imobilizado, Diferido e Intangível	-83.271	-79.158
6.02.02	Aquisição de Ações de Emissão da Cia.	0	-489
6.02.04	Venda de Ações em Tesouraria	0	277
6.02.06	Amortização de dívida da aquisição de empresas	-150.061	-46.106
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.988	-57.764
6.03.01	Aquisição de Financiamentos	239.253	169.328
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-152.087	-139.599
6.03.03	Pagamento de Lucros Distribuidos	-84.178	-87.493
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	74.988	79.535
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	95.323	54.372
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	170.311	133.907

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	777.796	121.985	1.108.287	-2.356	61	2.005.773	0	2.005.773
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	777.796	121.985	1.108.287	-2.356	61	2.005.773	0	2.005.773
5.04	Transações de Capital com os Sócios	24.835	0	-24.835	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	24.835	0	-24.835	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	337.375	-18	337.357	0	337.357
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	337.375	0	337.375	0	337.375
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-18	-18	0	-18
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-18	-18	0	-18
5.07	Saldos Finais	802.631	121.985	1.083.452	335.019	43	2.343.130	0	2.343.130

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	746.529	123.171	897.049	-6.284	52	1.760.517	0	1.760.517
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	746.529	123.171	897.049	-6.284	52	1.760.517	0	1.760.517
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.267	-1.186	-63.878	0	0	-33.797	0	-33.797
5.04.01	Aumentos de Capital	31.267	0	-31.267	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-212	0	0	0	-212	0	-212
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-33.585	0	0	-33.585	0	-33.585
5.04.08	Opções de ações canceladas ou perdidas	0	-974	974	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	253.691	17	253.708	0	253.708
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	253.691	0	253.691	0	253.691
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	17	17	0	17
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	17	17	0	17
5.07	Saldos Finais	777.796	121.985	833.171	247.407	69	1.980.428	0	1.980.428

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
7.01	Receitas	3.004.114	2.528.074
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.987.779	2.508.736
7.01.02	Outras Receitas	8.878	11.514
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	11.899	12.212
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-4.442	-4.388
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.826.047	-1.565.104
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.109.306	-1.015.200
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-707.146	-544.086
7.02.04	Outros	-9.595	-5.818
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-9.595	-5.818
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.178.067	962.970
7.04	Retenções	-58.356	-47.029
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-58.356	-47.029
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.119.711	915.941
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	22.495	26.892
7.06.02	Receitas Financeiras	22.495	26.892
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.142.206	942.833
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.142.206	942.833
7.08.01	Pessoal	375.616	307.428
7.08.01.01	Remuneração Direta	261.104	221.190
7.08.01.02	Benefícios	91.071	65.496
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.278	18.827
7.08.01.04	Outros	1.163	1.915
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	367.053	332.727
7.08.02.01	Federais	220.286	215.330
7.08.02.02	Estaduais	141.268	114.477
7.08.02.03	Municipais	5.499	2.920
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	62.162	48.987
7.08.03.01	Juros	51.295	40.844
7.08.03.02	Aluguéis	10.867	8.143
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	185.586	138.119
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	185.586	138.119
7.08.05	Outros	151.789	115.572
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	151.789	115.572

## Comentário do Desempenho

Aos Senhores acionistas e à Sociedade,

A Administração da **M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos** anuncia e submete à sua apreciação os resultados do terceiro trimestre de 2012 (3T12) e nove meses de 2012 (9M12). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis internacionais - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") - emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

### COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A M. Dias Branco apresenta ao mercado os seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2012 (3T12), ratificando seu compromisso com as melhores práticas de transparência e de divulgação, a fim de permitir aos acionistas e à sociedade a mais ampla e correta interpretação de seu negócio e de seus resultados.

Os dados a serem apresentados com mais detalhes ao longo deste documento demonstram que o Grupo segue expandindo sua presença nos mercados onde atua, dando continuidade ao processo de elevação de suas receitas, volumes de vendas e resultados consolidados em relação ao ano anterior, a partir da combinação de crescimento orgânico e por aquisições. De acordo com dados coletados pela A.C. Nielsen referentes aos meses de julho e agosto de 2012, o Grupo mantém sua posição de liderança no mercado nacional de biscoitos e massas, em volume de vendas, com 26,3% e 25,1% de *market-share*, respectivamente.

Os trabalhos referentes ao processo de integração das empresas adquiridas prosseguem dentro do planejado, tendo sido anunciada a incorporação da controlada integral Pelágio Oliveira S.A, conhecida como "Estrela", em 31 de agosto de 2012, que deverá contribuir para o processo de captura de sinergias e maior eficiência operacional, com reflexos positivos em margens consolidada da M.Dias Branco no futuro.

No 3T12 o Grupo obteve R\$ 936,6 milhões de Receita Líquida (+19,4% acima do 3T11), R\$ 367,6 milhões de Lucro Bruto (+24,6% acima do 3T11), R\$ 157,9 milhões de *EBITDA* (+19,7% acima do 3T11) e R\$ 114,3 milhões de Lucro Líquido (+28,6% acima do 3T11), com volumes de vendas consolidados, líquidos de devoluções, da ordem de 402,9 mil toneladas (+10,7% acima do 3T11).

Os repasses de preços efetuados em função do aumento do custo operacional total por tonelada no 3T12 possibilitaram uma margem bruta consolidada de 39,2% neste período, 1,6 p.p. acima da obtida no 3T11, porém 2,4 p.p. inferior à do 2T12. Excluindo-se os efeitos das empresas adquiridas desde 2011 na análise, a margem bruta resultante no 3T12 atingiu 40,7%, 2,7 p.p. acima da obtida no 3T11, porém 1,4 p.p. inferior à do 2T12.

É importante mencionar que os citados repasses efetuados possibilitaram a expansão da margem bruta no comparativo 3T12 versus 3T11, porém não foram suficientes para a recomposição da referida margem no comparativo 3T12 versus 2T12 devido não só ao maior crescimento do custo de matérias-primas por tonelada, como também pelos gastos decorrentes do processo de integração e incorporação de empresas adquiridas durante o 3T12, que comentaremos mais adiante neste documento.

As despesas operacionais cresceram 28,0% no comparativo 3T12 versus 3T11, principalmente devido aos efeitos do crescimento orgânico e por aquisições. Contudo, a representatividade em relação ao 2T12 decresceu 0,6 p.p., mesmo considerando os gastos incorridos com o processo de incorporação da Estrela realizados no 3T12. Como consequência, a margem *EBITDA* do Grupo atingiu 16,9% no 3T12 e 18,3% no 9M12. Vale ressaltar que excluindo o efeito das aquisições de empresas realizadas desde 2011, a margem *EBITDA* atingiu 19,0% no 3T12 e 19,8% nos 9M12.

No 3T12 a M. Dias Branco realizou investimentos de R\$ 37,0 milhões, destinados para expansão orgânica, recursos estes necessários para os projetos de ampliação, modernização e manutenção de seu parque industrial, com o propósito de atender ao crescimento da demanda do mercado por seus produtos e necessidade de matérias-primas para consumo interno (verticalização).

## Comentário do Desempenho

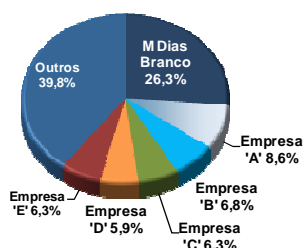
Os produtos lançados nos últimos 24 meses continuam evoluindo em termos de representatividade, tendo atingido 5,0% das vendas totais do Grupo no 3T12, o que mais uma vez atesta a expectativa positiva quanto ao crescimento deste percentual para o ano de 2012 em comparação a 2011, principalmente considerando que a maior parte dos lançamentos ocorreu ao longo do ano passado.

A Administração segue otimista com relação ao desempenho do Grupo, ciente dos desafios referentes à implementação de sua estratégia e expansão de seus resultados, com o propósito de prosseguir com o compromisso de maximização do valor da riqueza de seus acionistas.

## DESTAQUES OPERACIONAIS

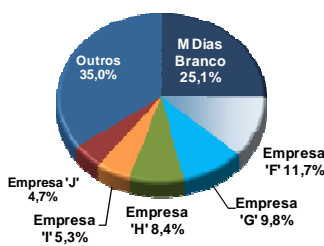
### MARKET SHARE E CONCENTRAÇÃO DE VENDAS

**Market Share Biscoitos\* - Brasil**  
(em % de volume vendido)



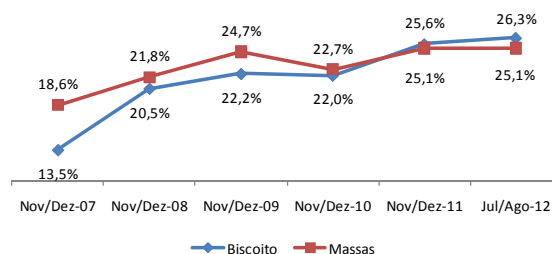
\* Dados da AC NIELSEN para os meses de julho e agosto de 2012

**Market Share Massas\* - Brasil**  
(em % de volume vendido)



\* Dados da AC NIELSEN para os meses de julho e agosto de 2012

**Evolução histórica - Market Share\* - Brasil**  
(em % de volume vendido)



\* Dados da AC NIELSEN.

Obs: Os dados consideram Vitarella a partir de 2008, Pilar e Estrela a partir de 2011 e Moinho Santa Lúcia a partir de 2012.

Mix de Clientes	3T12	3T11	Variação	9M12	9M11	Variação
Pequeno Varejo *	37,9%	35,6%	2,3 p.p	38,4%	35,7%	2,7 p.p
Atacado / Distribuidores	46,1%	43,9%	2,2 p.p	46,0%	43,7%	2,3 p.p
Grandes Redes	12,6%	16,4%	-3,8 p.p	12,5%	16,7%	-4,2 p.p
Indústria	2,5%	3,6%	-1,1 p.p	2,4%	3,5%	-1,1 p.p
Outros	0,9%	0,5%	0,4 p.p	0,7%	0,4%	0,3 p.p
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>		<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	

(\*) Atendimento direto

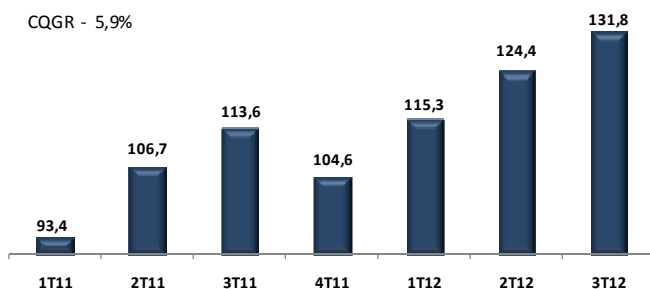
Maiores Clientes		Vendas 3T12 (R\$ Milhões) *	Participação na Receita Líquida de Descontos		Vendas 9M12 (R\$ Milhões)	Participação na Receita Líquida de Descontos	
Seqüência	Acumulado		Na Faixa	Acumulada		Na Faixa	Acumulada
Maior Cliente	1	70,4	6,6%	6,6%	214,4	7,1%	7,1%
49 Subsequentes	50	274,7	25,4%	32,0%	752,0	24,8%	31,9%
50 Subsequentes	100	82,4	7,6%	39,6%	233,1	7,7%	39,6%
900 Subsequentes	1.000	387,8	35,8%	75,4%	1.070,7	35,3%	74,9%
Demais Clientes	Todos clientes	266,5	24,6%	100,0%	759,7	25,1%	100,0%
<b>TOTAL</b>		<b>1.081,8</b>			<b>3.029,9</b>		

\* Receita líquida de descontos

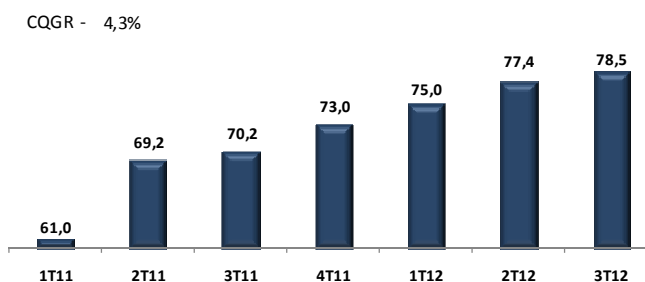
## Comentário do Desempenho

### VOLUME DE VENDAS POR LINHA DE PRODUTO

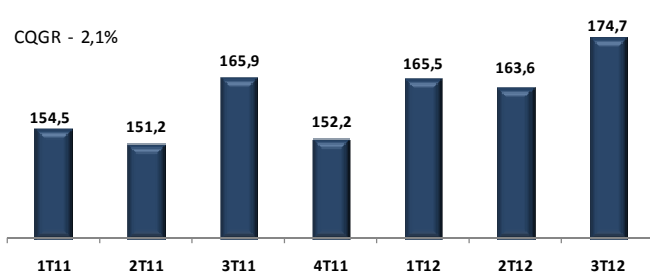
#### Biscoitos - Volume de Vendas (em mil TON)



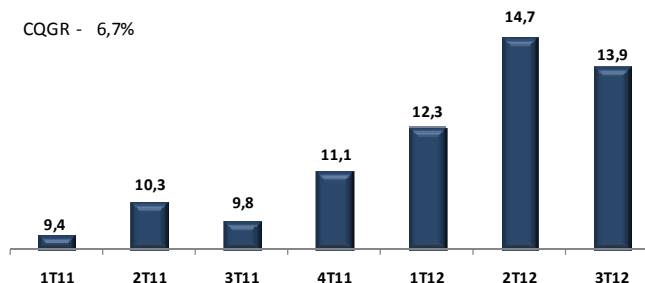
#### Massas - Volume de Vendas (em mil TON)



#### Farinha e Farelo - Volume de Vendas (em mil TON)



#### Marg. e Gorduras - Volume de Vendas (em mil TON)



CQGR - Compounded Quarterly Growth Rate

### NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Bolos e Snacks		Total	
	3T12	3T11	3T12	3T11	3T12	3T11	3T12	3T11	3T12	3T11	3T12	3T11
Produção Total	133,7	113,6	81,4	67,5	292,3	253,7	30,4	22,2	0,5	-	538,3	457,0
Capacidade Total de Produção	191,8	133,6	113,8	105,8	382,7	302,8	45,0	45,0	1,6	-	734,9	587,2
<b>Nível de Utilização da Capacidade</b>	<b>69,7%</b>	<b>85,0%</b>	<b>71,5%</b>	<b>63,8%</b>	<b>76,4%</b>	<b>83,8%</b>	<b>67,6%</b>	<b>49,3%</b>	<b>31,3%</b>	<b>-</b>	<b>73,2%</b>	<b>77,8%</b>

\* Em mil toneladas

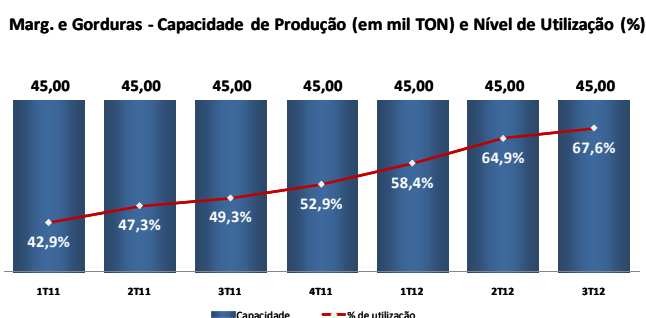
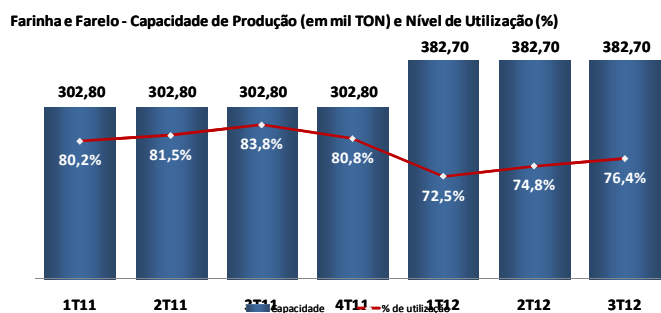
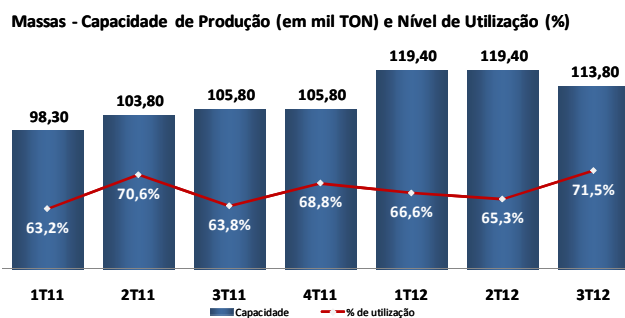
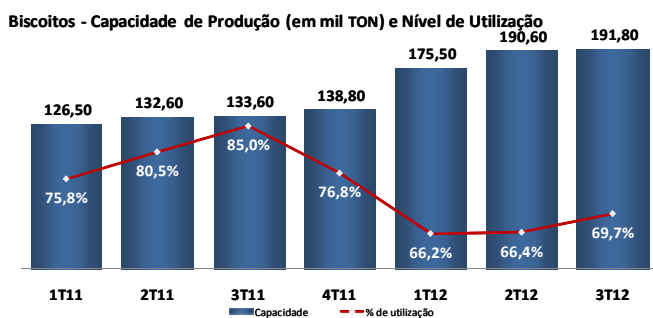
Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Bolos e Snacks		Total	
	3T12	2T12	3T12	2T12	3T12	2T12	3T12	2T12	3T12	2T12	3T12	2T12
Produção Total	133,7	126,6	81,4	78,0	292,3	286,4	30,4	29,2	0,5	0,6	538,3	520,8
Capacidade Total de Produção	191,8	190,6	113,8	119,4	382,7	382,7	45,0	45,0	1,6	1,6	734,9	739,3
<b>Nível de Utilização da Capacidade</b>	<b>69,7%</b>	<b>66,4%</b>	<b>71,5%</b>	<b>65,3%</b>	<b>76,4%</b>	<b>74,8%</b>	<b>67,6%</b>	<b>64,9%</b>	<b>31,3%</b>	<b>37,5%</b>	<b>73,2%</b>	<b>70,4%</b>

\* Em mil toneladas

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Bolos e Snacks		Total	
	9M12	9M11	9M12	9M11	9M12	9M11	9M12	9M11	9M12	9M11	9M12	9M11
Produção Total	376,5	316,2	238,9	202,9	856,3	743,4	85,9	62,8	1,6	-	1.559,2	1.325,3
Capacidade Total de Produção	557,9	392,7	352,6	307,9	1.148,1	908,4	135,0	135,0	4,8	-	2.198,4	1.744,0
<b>Nível de Utilização da Capacidade</b>	<b>67,5%</b>	<b>80,5%</b>	<b>67,8%</b>	<b>65,9%</b>	<b>74,6%</b>	<b>81,8%</b>	<b>63,6%</b>	<b>46,5%</b>	<b>33,3%</b>	<b>-</b>	<b>70,9%</b>	<b>76,0%</b>

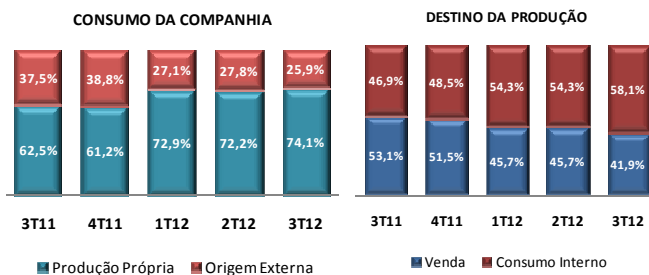
\* Em mil toneladas

## Comentário do Desempenho

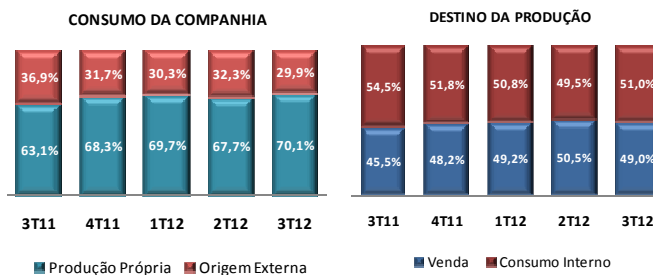


## VERTICALIZAÇÃO

### FARINHA DE TRIGO



### GORDURAS



## RESULTADOS DO PERÍODO

### RECEITA LÍQUIDA

A **Receita Líquida** cresceu **19,4%** no **3T12** frente ao 3T11, em função do aumento de 10,7% no volume de vendas, dos quais 49,5% decorrente de crescimento orgânico. No comparativo **3T12** versus 2T12, o crescimento de **6,7%** registrado é consequência, essencialmente, de crescimento orgânico.

## Comentário do Desempenho

Linhas de Produto	3T12			3T11			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	522,3	131,8	3,96	437,7	113,6	3,85	19,3%	16,0%	2,9%
Massas	198,7	78,5	2,53	160,4	70,2	2,28	23,9%	11,8%	11,0%
Farinha e Farelo	165,1	174,7	0,95	155,1	165,9	0,93	6,4%	5,3%	2,2%
Margarinas e Gorduras	41,8	13,9	3,01	27,8	9,8	2,84	50,4%	41,8%	6,0%
Bolos e Snacks	5,8	0,5	11,60	-	-	-	-	-	-
Diversos	2,9	3,5	0,83	3,5	4,4	0,80	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>936,6</b>	<b>402,9</b>	<b>2,32</b>	<b>784,5</b>	<b>363,9</b>	<b>2,16</b>	<b>19,4%</b>	<b>10,7%</b>	<b>7,4%</b>

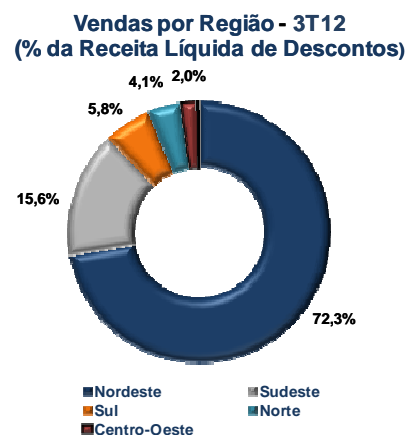
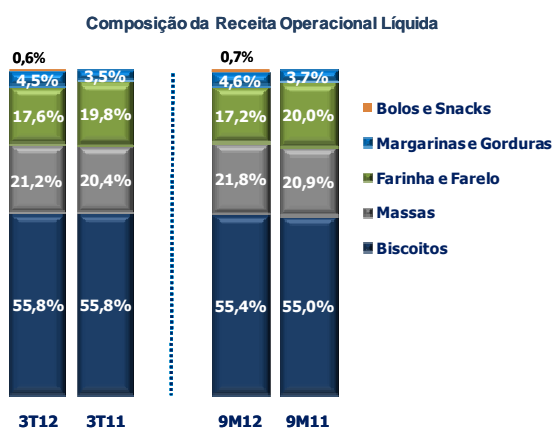
\* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

Linhas de Produto	3T12			2T12			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	522,3	131,8	3,96	485,4	124,4	3,90	7,6%	5,9%	1,5%
Massas	198,7	78,5	2,53	193,7	77,4	2,50	2,6%	1,4%	1,2%
Farinha e Farelo	165,1	174,7	0,95	146,4	163,6	0,89	12,8%	6,8%	6,7%
Margarinas e Gorduras	41,8	13,9	3,01	43,1	14,7	2,93	-3,0%	-5,4%	2,7%
Bolos e Snacks	5,8	0,5	11,60	6,9	0,6	11,50	-15,9%	-16,7%	0,9%
Diversos	2,9	3,5	0,83	2,2	2,9	0,76	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>936,6</b>	<b>402,9</b>	<b>2,32</b>	<b>877,7</b>	<b>383,6</b>	<b>2,29</b>	<b>6,7%</b>	<b>5,0%</b>	<b>1,3%</b>

\* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

Linhas de Produto	9M12			9M11			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	1.454,1	371,5	3,91	1.184,0	313,7	3,77	22,8%	18,4%	3,7%
Massas	573,6	230,9	2,48	451,0	200,4	2,25	27,2%	15,2%	10,2%
Farinha e Farelo	452,6	503,8	0,90	431,3	471,6	0,91	4,9%	6,8%	-1,1%
Margarinas e Gorduras	119,7	40,9	2,93	80,2	29,5	2,72	49,3%	38,6%	7,7%
Bolos e Snacks	18,2	1,6	11,38	-	-	-	-	-	-
Diversos	7,2	9,7	0,74	7,5	7,9	0,95	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.625,4</b>	<b>1.158,4</b>	<b>2,27</b>	<b>2.154,0</b>	<b>1.023,1</b>	<b>2,11</b>	<b>21,9%</b>	<b>13,2%</b>	<b>7,6%</b>

\* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

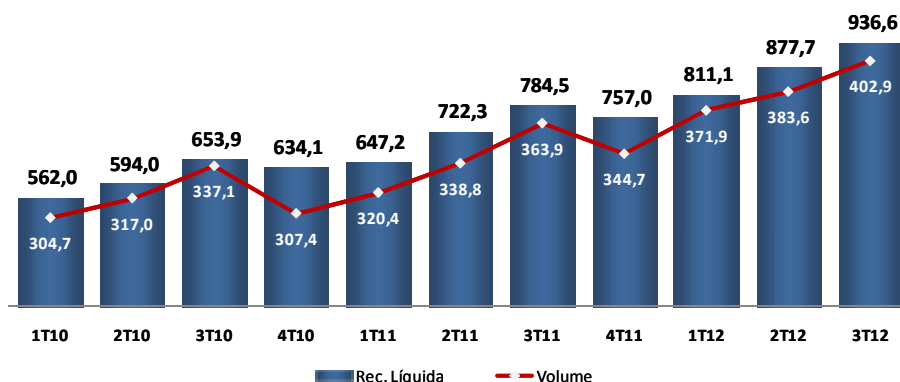


**Nota1:** Diversos representaram 0,3% da receita operacional líquida do 3T12, 0,5% no 3T11, 0,3% nos 9M12 e 0,4% nos 9M11.

**Nota2:** As exportações representam 0,2% da receita líquida de descontos.

## Comentário do Desempenho

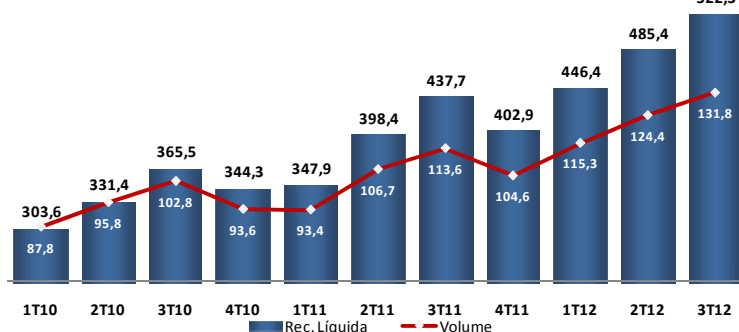
Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume Líquido (em ton mil)



### BISCOITOS

O aumento de **19,3%** na **receita líquida** de biscoitos no comparativo entre o **3T12** e o 3T11, decorreu principalmente do crescimento de volume no montante de 16,0%, sendo 37,5% gerados pelo crescimento orgânico, sobretudo nos Estados do Ceará, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, com destaque para as linhas de *Cracker*, Recheados e Maria/Maisena. Em relação ao 2T12 o crescimento de 5,9% foi essencialmente orgânico.

Biscoitos- Receita Líquida ( em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)



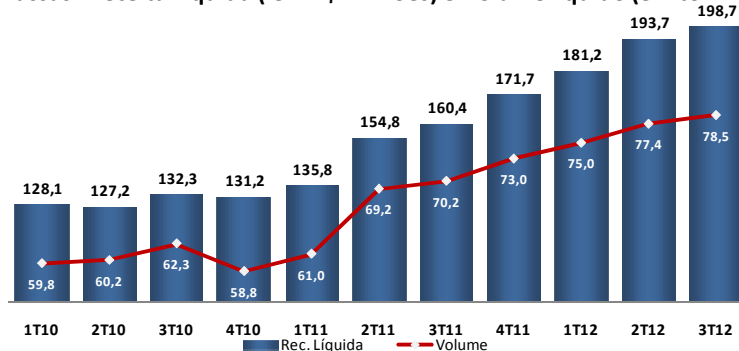
### MASSAS

A **receita líquida de massas** aumentou **23,9%** no **3T12** em relação ao 3T11 e **27,2%** nos **9M12** em relação aos 9M11, decorrente, essencialmente, dos volumes adicionados por conta das aquisições da Pilar, Estrela e Moinho Santa Lúcia, e da isenção de PIS e COFINS para massas alimentícias desde dezembro de 2011.

O Grupo teve bom desempenho em algumas categorias, onde podemos destacar o crescimento de vendas das massas Populares, Instantâneas e a linha *premium* Grano Duro. Além disso, está investindo em inovações no portfólio de massas, principalmente na linha de instantâneos e massa para micro-ondas, como a linha de massas *Ligero* da marca Adria, lançamento recente alinhado à tendência de praticidade, que já alcança bons resultados ao longo dos nove meses de 2012, gerando expectativa de crescimento para os próximos períodos.

## Comentário do Desempenho

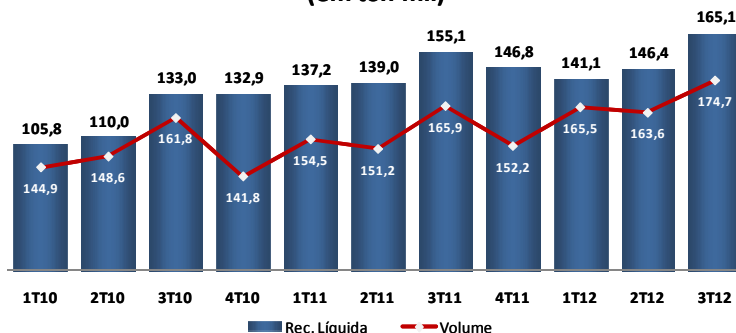
Massas - Receita Líquida ( em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)



### FARINHA E FARELO DE TRIGO

A **receita líquida de farinha e farelo de trigo** apresentou aumento no volume de vendas de **5,3%** no comparativo do **3T12** com o 3T11 e de **6,8%** na comparação dos **9M12** com os 9M11, sem expressivas variações no preço nos dois períodos. Já no comparativo do **3T12** com o 2T12, ocorreu um aumento no preço médio de **6,7%** em função da variação nos preços do trigo em grão.

Farinha e Farelo- Receita Líquida ( em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)

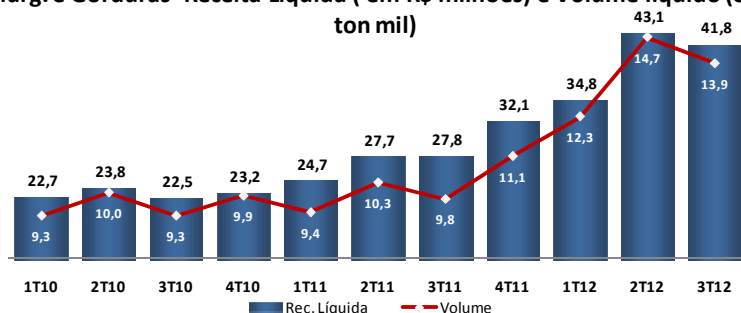


### MARGARINAS E GORDURAS

A **receita líquida de margarinas e gorduras** apresentou aumento de **50,4%** no comparativo do **3T12** com o 3T11, e de **49,3%** no comparativo acumulado dos **9M12** com os 9M11, essencialmente pelo crescimento nos volumes vendidos de 41,8% e 38,6%, respectivamente, entre os dois períodos comparados. A razão desse crescimento se deve a diversas ações comerciais, busca de novas parcerias, melhor integração dos processos de produção, comercialização e logística, reposicionamento das marcas em seus segmentos e canais com ajustes nos preços, e ações de *marketing* e *trade marketing* em datas comemorativas relacionadas ao segmento de margarinas e gorduras, o que impactou no crescimento da linha doméstica com destaque para a marca Puro Sabor.

## Comentário do Desempenho

Marg. e Gorduras- Receita Líquida ( em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)



## CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Custos Operacionais (R\$ milhões)	3T12	% RL	3T11	% RL	AH% 3T11-3T12	2T12	% RL	AH% 2T12-3T12	9M12	% RL	9M11	% RL	AH% 9M11-9M12
Matéria Prima	394,7	42,2%	354,2	45,1%	11,4%	349,5	39,8%	12,9%	1.070,7	40,8%	971,8	45,1%	10,2%
Trigo	195,5	20,9%	183,4	23,4%	6,6%	164,0	18,7%	19,2%	533,2	20,3%	506,3	23,5%	5,3%
Óleo	66,6	7,1%	41,6	5,3%	60,1%	59,4	6,8%	12,1%	174,9	6,7%	113,6	5,3%	54,0%
Açúcar	27,2	2,9%	25,2	3,2%	7,9%	24,9	2,8%	9,2%	75,6	2,9%	72,9	3,4%	3,7%
Farinha de Terceiros	37,1	4,0%	45,5	5,8%	-18,5%	36,2	4,1%	2,5%	97,0	3,7%	113,2	5,3%	-14,3%
Gordura de Terceiros	16,5	1,8%	16,2	2,1%	1,9%	15,2	1,7%	8,6%	44,8	1,7%	51,9	2,4%	-13,7%
Outros insumos	51,8	5,5%	42,3	5,4%	22,5%	49,8	5,7%	4,0%	145,2	5,5%	113,9	5,3%	27,5%
Embalagens	66,7	7,1%	55,5	7,1%	20,2%	62,5	7,1%	6,7%	187,4	7,1%	150,1	7,0%	24,9%
Mão-de-obra	73,9	7,9%	60,0	7,6%	23,2%	72,7	8,3%	1,7%	210,4	8,0%	163,0	7,6%	29,1%
Gastos Gerais de Fabricação	51,8	5,5%	39,3	5,0%	31,8%	47,0	5,4%	10,2%	144,8	5,5%	110,4	5,1%	31,2%
Depreciação e Amortização	15,7	1,7%	12,7	1,6%	23,6%	14,2	1,6%	10,6%	44,3	1,7%	36,8	1,7%	20,4%
Diversos	0,6	0,1%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,6	0,0%	3,3	0,2%	-81,8%
<b>Total dos Custos Operacionais</b>	<b>603,4</b>	<b>64,4%</b>	<b>521,7</b>	<b>66,5%</b>	<b>15,7%</b>	<b>545,9</b>	<b>62,2%</b>	<b>10,5%</b>	<b>1.658,2</b>	<b>63,2%</b>	<b>1.435,4</b>	<b>66,6%</b>	<b>15,5%</b>

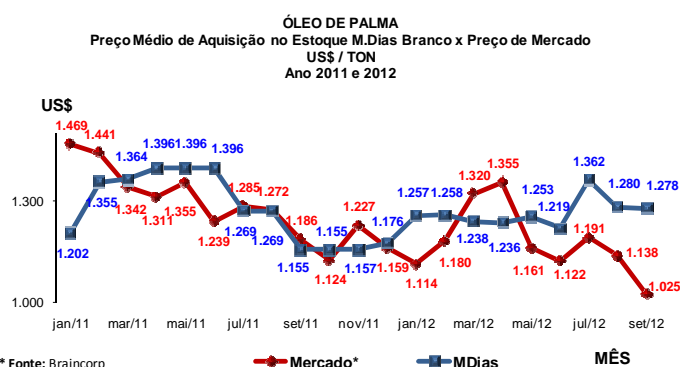
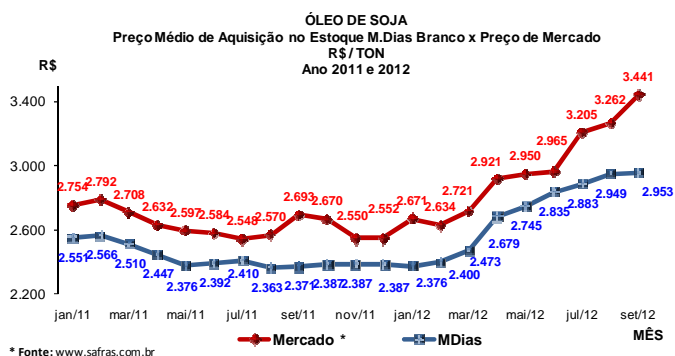
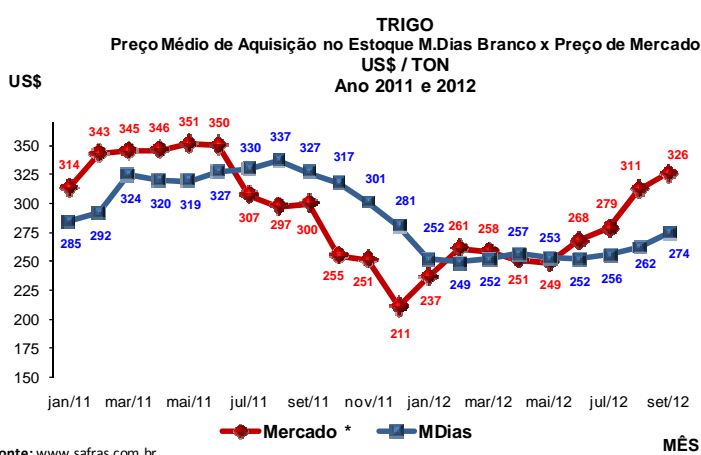
As variações absolutas no custo dos produtos vendidos decorreram, principalmente, devido ao aumento de 10,7% e 13,2% no volume de vendas totais nos respectivos comparativos **3T12** versus 3T11 e **9M12** versus 9M11. Vale destacar que a representatividade dos custos dos produtos vendidos sobre a receita líquida apresentou redução tanto no comparativo trimestral (3T12 x 3T11) como no comparativo acumulado (9M12 x 9M11) de 2,1 p.p. e 3,4 p.p., respectivamente, em função do aumento nos preços dos produtos, bem como da melhora do mix de vendas, com o aumento da participação de produtos de maior valor agregado. No entanto, no comparativo 3T12 versus 2T12 vale mencionar que os efeitos de aumentos de preços e melhora de mix realizados ainda não foram suficientes para recompor a margem bruta, devido não só ao maior crescimento do custo de matérias-primas por tonelada, como também pelos gastos decorrentes do processo de integração e incorporação de empresas adquiridas durante o 3T12.

Adicionalmente, também merecem destaques as seguintes observações:

- ↓ Redução do custo médio do trigo do Grupo, decorrente da queda dos preços praticados no mercado para aquisição desse insumo, de **1,0%** no comparativo **3T12** e 3T11, e redução de **5,2%** no comparativo **9M12** e 9M11;
- ↑ Aumento do custo médio do óleo vegetal, decorrente do acréscimo de preços praticado no mercado para aquisição de óleo de palma e soja, de **16,0%** no período comparativo **3T12** e 3T11, e aumento de **4,3%** no comparativo **9M12** e 9M11;

## Comentário do Desempenho

- ↑ Acréscimo no custo com embalagens, em razão das aquisições do final de 2011 e 1S2012, e mudança no mix entre linha de produtos, aumentando a participação de produtos com maior custo com embalagens;
- ↑ Acréscimo no custo da mão-de-obra, em função de reajustes por acordos coletivos e aumento com gastos com pessoal em razão das aquisições da Estrela e Moinho Santa Lúcia ainda sem a total captura das sinergias operacionais;
- ↑ Acréscimo nos gastos gerais de fabricação, decorrente, sobretudo, das aquisições da Estrela e Moinho Santa Lúcia;
- ↑ Aumento com depreciação, em virtude, principalmente, da aquisição de máquinas e equipamentos para a ampliação da capacidade de produção do Grupo.



## LUCRO BRUTO

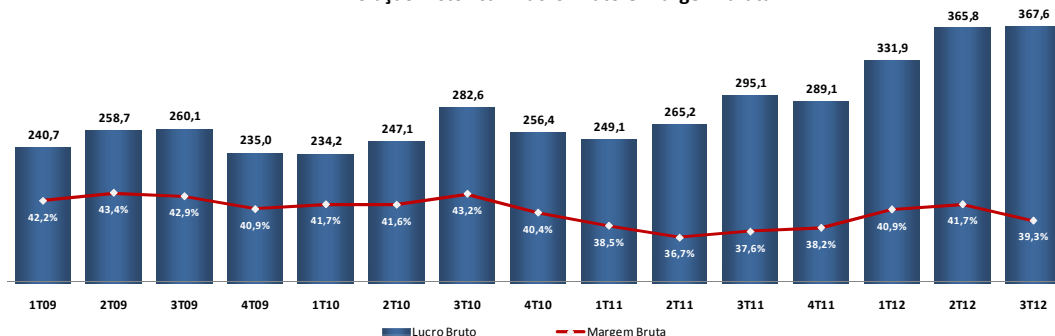
O **lucro bruto** do Grupo atingiu **R\$ 367,6 milhões** no **3T12**, representando um crescimento de **24,6%** sobre 3T11, e de **0,5%** sobre o 2T12. Excluindo-se os efeitos da Pilar, Estrela e do Moinho Santa Lúcia no período, o lucro bruto do Grupo no **3T12** foi **R\$ 339,4 milhões** e representou um crescimento de **18,5%** sobre 3T11.

O lucro bruto contempla as subvenções para investimento estaduais, no montante R\$ 34,4 milhões no **3T12** e R\$ 98,1 milhões nos **9M12**, que transitam pelo resultado em atendimento ao CPC 07 – Subvenções Governamentais. Importante ressaltar que tais subvenções, não obstante sua inequívoca

## Comentário do Desempenho

essência econômica de alocação de capital para suportar investimentos, sem configurar qualquer hipótese de redução de custos ou de despesas, passaram a transitar, a partir do exercício de 2008, no resultado do exercício, quando entrou em vigor o supracitado CPC.

Evolução histórica - Lucro Bruto e Margem Bruta



## DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	3T12	% RL	3T11	% RL	AH% 3T11-3T12	2T12	% RL	AH% 2T12-3T12	9M12	% RL	9M11	% RL	AH% 9M11-9M12
Vendas	177,1	18,9%	136,3	17,4%	29,9%	167,1	19,0%	6,0%	485,5	18,5%	379,1	17,6%	28,1%
Administrativas e gerais	41,5	4,4%	32,8	4,2%	26,5%	43,3	4,9%	-4,2%	125,2	4,8%	92,1	4,3%	35,9%
Honorários da administração	2,2	0,2%	2,1	0,3%	4,8%	2,3	0,3%	-4,3%	6,6	0,3%	6,1	0,3%	8,2%
Tributárias	5,1	0,5%	3,9	0,5%	30,8%	4,8	0,5%	6,2%	14,4	0,5%	11,4	0,5%	26,3%
Depreciação e amortização	4,7	0,5%	3,8	0,5%	23,7%	4,6	0,5%	2,2%	14,0	0,5%	10,2	0,5%	37,3%
Outras desp./rec. operac.	(0,5)	-0,1%	0,8	0,1%	-162,5%	(0,6)	-0,1%	-16,7%	(1,6)	-0,1%	2,4	0,1%	-166,7%
<b>TOTAL</b>	<b>230,1</b>	<b>24,6%</b>	<b>179,7</b>	<b>22,9%</b>	<b>28,0%</b>	<b>221,5</b>	<b>25,2%</b>	<b>3,9%</b>	<b>644,1</b>	<b>24,5%</b>	<b>501,3</b>	<b>23,3%</b>	<b>28,5%</b>

As despesas operacionais cresceram 28,0% no comparativo 3T12 versus 3T11, registrando 1,7 p.p. de aumento da representatividade sobre a Receita Líquida no referido período. Apesar do processo de integração das empresas adquiridas ainda em curso, as razões do crescimento estão relacionadas ao incremento das estruturas administrativas e comerciais das referidas empresas ao consolidado de M. Dias Branco, bem como os gastos indenizatórios no processo de reorganização societária na incorporação da Estrela, além da expansão dos volumes de vendas que refletiram no aumento das **despesas com vendas** (tais como despesas com fretes, verbas comerciais, bonificações, salários e encargos do pessoal comercial), na ordem de 29,9% no **3T12** em relação ao 3T11.

Excluindo-se os efeitos das aquisições, as **despesas com vendas** registraram um incremento de 15,8% no 3T12 em relação ao 3T11 (aumento de 0,8 p.p. de representatividade sobre a Receita Líquida), essencialmente em função do crescimento das despesas com fretes, operador logístico, reajustes de salários, decorrentes de acordos coletivos, e gastos com publicidade e propaganda. Já as **despesas administrativas** registraram um aumento de 11,9% pelas seguintes razões: i) aumento da provisão da participação nos lucros destinados aos colaboradores, em virtude da elevação do lucro distribuível; (ii) reajustes salariais em função de acordos coletivos; e (iii) ampliação da estrutura administrativa para suporte aos projetos em curso no Grupo, diante das perspectivas de crescimento, além de contratação de menores aprendizes para cumprimento de cotas exigidas pela legislação.

No comparativo **3T12** versus **2T12**, as **despesas com vendas** apresentam crescimento de 6,0% em função de maiores gastos com fretes e verbas comerciais decorrente do aumento dos volumes de vendas, porém, apresentam redução da representatividade sobre a Receita Líquida em 0,1 p.p. que está relacionada com a diminuição dos gastos em campanhas publicitárias entre esses períodos. Em relação às **despesas administrativas**, a redução de 4,2% do **3T12** em relação ao 2T12, proporcionou que a

## Comentário do Desempenho

representação sobre a Receita Líquida passasse de 4,9% no 2T12 para **4,4%** no **3T12**, em virtude, essencialmente, da redução de indenizações e participação nos lucros destinados aos colaboradores, em razão da redução do lucro distribuído.

As despesas tributárias cresceram **30,8%** no **3T12** quando comparado ao 3T11, e **26,3%** nos **9M12** em comparação ao mesmo período do ano anterior, essencialmente, por autos de infração emitidos por institutos de pesos e medidas.

### RESULTADOS FINANCEIROS

Para melhor compreensão das variações ocorridas no resultado financeiro, optou-se por evidenciar e analisar as variações cambiais e operações com *swap* do período de forma separada das receitas e despesas financeiras, como demonstrado no quadro abaixo:

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	3T12	3T11	AH% 3T11-3T12	2T12	AH% 2T12-3T12	9M12	9M11	AH% 9M11-9M12
Receitas Financeiras	5,5	5,4	1,9%	5,0	10,0%	16,1	16,5	-2,4%
Despesas Financeiras	(14,8)	(8,2)	80,5%	(12,8)	15,6%	(41,9)	(27,2)	54,0%
Variações Cambiais	(0,1)	(10,7)	-99,1%	(7,8)	-98,7%	(7,7)	(3,2)	140,6%
Perdas / Ganhos com SWAP	(1,4)	-	-	6,5	-121,5%	4,7	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>(10,8)</b>	<b>(13,5)</b>	<b>-20,0%</b>	<b>(9,1)</b>	<b>18,7%</b>	<b>(28,8)</b>	<b>(13,9)</b>	<b>107,2%</b>

As despesas financeiras aumentaram no **3T12** e nos **9M12** em virtude da elevação do endividamento do Grupo após a aquisição da Estrela, Moinho Santa Lúcia e da emissão de debêntures.

### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ Milhões)	3T12	3T11	AH% 3T11-3T12	9M12	9M11	AH% 9M11-9M12
IRPJ e CSLL	34,5	21,8	58,3%	108,8	64,4	68,9%
Incentivo Fiscal - IRPJ	(22,1)	(8,8)	151,1%	(53,7)	(23,8)	125,6%
<b>TOTAL</b>	<b>12,4</b>	<b>13,0</b>	<b>-4,6%</b>	<b>55,1</b>	<b>40,6</b>	<b>35,7%</b>

O **acréscimo de 35,7%** no **imposto de renda e contribuição social nos 9M12** em relação aos 9M11 foi decorrente do aumento do resultado e, conseqüentemente, da base de cálculo dos tributos. Vale salientar que os incentivos fiscais estaduais não integram a base de cálculo do referidos tributos.

O valor dos **incentivos fiscais federais, recebidos mediante dedução do valor do imposto de renda (IRPJ) devido**, apresentou um aumento de **151,1%** e **125,6%** no **3T12** e **9M12**, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior, em função do aumento dos resultados produzidos pelos investimentos incentivados, além de mudança na metodologia de apuração da base de cálculo do incentivo após a incorporação da Adria Alimentos do Brasil Ltda.

Importante salientar que a partir de janeiro de 2009 foi vedada a amortização contábil do ágio. Contudo, tal procedimento não alterou os efeitos fiscais da amortização do ágio que passou a ser realizada nos termos do RTT - Regime Tributário de Transição, previsto na Lei nº 11.941/09. Assim, o Grupo, por força

## Comentário do Desempenho

de exigência contida no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599/09) - vem constituindo, a débito da conta de despesa de IRPJ e CSLL inclusa em seu resultado, obrigações fiscais diferidas decorrentes dessa amortização, apenas para fins fiscais, mesmo não vislumbrando a possibilidade de futura realização de tal obrigação. Entre 1T10 e 2T12, o Grupo registrou na despesa de IRPJ e CSLL, por trimestre, o valor equivalente a R\$3,6 milhões, a esse título. Em setembro de 2012, com a incorporação da Pelágio Oliveira S.A., foi iniciada amortização fiscal do ágio pago na aquisição, o que representou um aumento nessa constituição, registrando um montante de R\$ 4,2 milhões em 3T12.

### EBITDA E LUCRO LÍQUIDO

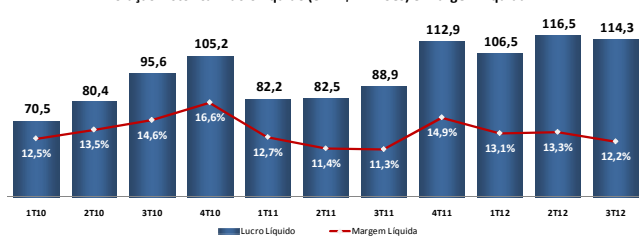
#### EBITDA A PARTIR DO LUCRO LÍQUIDO:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	3T12	3T11	Variação	2T12	Variação	9M12	9M11	Variação
<b>Lucro Líquido</b>	<b>114,3</b>	<b>88,9</b>	<b>28,6%</b>	<b>116,5</b>	<b>-1,9%</b>	<b>337,3</b>	<b>253,6</b>	<b>33,0%</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	34,5	21,8	58,3%	34,7	-0,6%	108,8	64,4	68,9%
Incentivo de IRPJ	(22,1)	(8,8)	151,1%	(16,0)	38,1%	(53,7)	(23,8)	125,6%
Receitas Financeiras	(6,6)	(6,9)	-4,3%	(5,4)	22,2%	(22,5)	(26,9)	-16,4%
Despesas Financeiras	17,4	20,4	-14,7%	14,5	20,0%	51,3	40,8	25,7%
Depreciação e Amortização sobre CPV	15,7	12,7	23,6%	14,2	10,6%	44,3	36,8	20,4%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	4,7	3,8	23,7%	4,6	2,2%	14,0	10,2	37,3%
<b>EBITDA</b>	<b>157,9</b>	<b>131,9</b>	<b>19,7%</b>	<b>163,1</b>	<b>-3,2%</b>	<b>479,5</b>	<b>355,1</b>	<b>35,0%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>16,9%</b>	<b>16,8%</b>	<b>0,1 p.p</b>	<b>18,6%</b>	<b>-1,7 p.p</b>	<b>18,3%</b>	<b>16,5%</b>	<b>1,8 p.p</b>

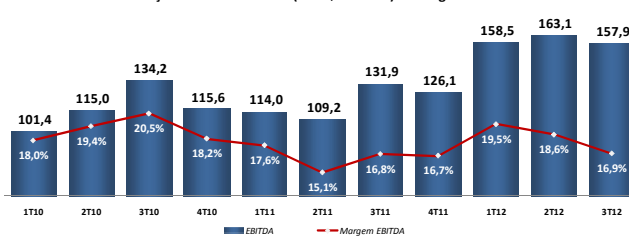
#### EBITDA A PARTIR DA RECEITA BRUTA:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	3T12	3T11	Variação	2T12	Variação	9M12	9M11	Variação
<b>Receita Bruta</b>	<b>1.094,0</b>	<b>928,5</b>	<b>17,8%</b>	<b>1.023,6</b>	<b>6,9%</b>	<b>3.061,1</b>	<b>2.546,5</b>	<b>20,2%</b>
Impostos e deduções sobre vendas	(157,4)	(144,0)	9,3%	(145,9)	7,9%	(435,7)	(392,5)	11,0%
Custos dos produtos vendidos - CPV	(569,0)	(489,4)	16,3%	(511,9)	11,2%	(1.560,1)	(1.344,6)	16,0%
Depreciação e Amortização sobre CPV	15,7	12,7	23,6%	14,2	10,6%	44,3	36,8	20,4%
Despesas Operacionais	(230,1)	(179,7)	28,0%	(221,5)	3,9%	(644,1)	(501,3)	28,5%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	4,7	3,8	23,7%	4,6	2,2%	14,0	10,2	37,3%
<b>EBITDA</b>	<b>157,9</b>	<b>131,9</b>	<b>19,7%</b>	<b>163,1</b>	<b>-3,2%</b>	<b>479,5</b>	<b>355,1</b>	<b>35,0%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>16,9%</b>	<b>16,8%</b>	<b>0,1 p.p</b>	<b>18,6%</b>	<b>-1,7 p.p</b>	<b>18,3%</b>	<b>16,5%</b>	<b>1,8 p.p</b>

Evolução histórica - Lucro líquido (em R\$ milhões) e Margem Líquida



Evolução histórica - EBITDA (em R\$ milhões) e Margem EBITDA



No 3T12, excluindo os efeitos da Pilar, Estrela e Moinho Santa Lúcia, o lucro líquido do Grupo foi de R\$ 120,3 milhões, o EBITDA do Grupo atingiu R\$ 158,5 milhões, e a margem EBITDA alcançou 19,0%.

## Comentário do Desempenho

## DÍVIDA, CAPITALIZAÇÃO E CAIXA

Capitalização (em R\$ milhões)	30/09/2012	30/09/2011	Variação
Curto Prazo	187,0	118,2	58,2%
Longo Prazo	448,5	263,1	70,5%
<b>Endividamento Total</b>	<b>635,5</b>	<b>381,3</b>	<b>66,7%</b>
(-) Caixa *	(182,9)	(145,4)	25,8%
<b>(=) Dívida Líquida</b>	<b>452,6</b>	<b>235,9</b>	<b>91,9%</b>
(+) Patrimônio Líquido	2.343,1	1.980,4	18,3%
<b>Capitalização</b>	<b>2.978,6</b>	<b>2.361,7</b>	<b>26,1%</b>

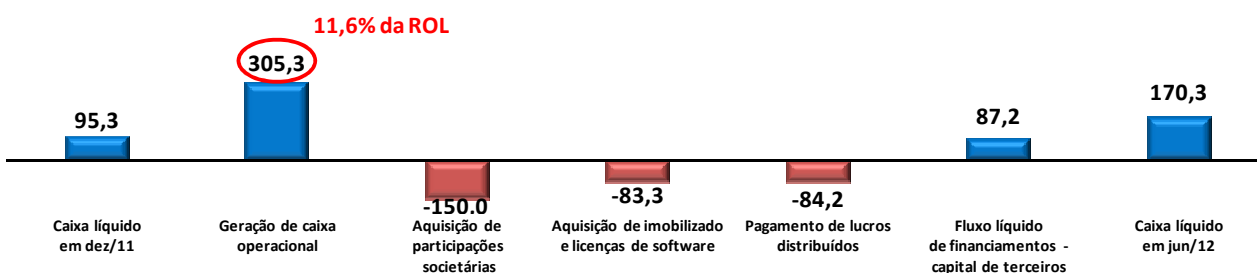
\* Inclui Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários de curto e longo prazo

Indicadores Financeiros	30/09/2012	30/09/2011	Variação
Dívida Líquida / EBITDA (últ. 12 meses)	0,7	0,5	40,0%
Dívida Líquida / PL	19,3%	11,9%	7,4 p.p
Endividamento / Ativo Total	18,6%	14,1%	4,5 p.p

O Grupo possui passivos indexados em moeda estrangeira (dólar em sua maior parte) no montante de R\$ 44,3 milhões no 3T12 (R\$ 74,5 milhões no 3T11 e R\$ 15,6 milhões no 4T11), decorrentes da importação do trigo e de financiamentos de máquinas. O montante de R\$ 41,0 milhões, representado por importação de insumos, encontra-se protegido por operações de *swap*, que consiste na troca do risco cambial por CDI, os quais são registrados pelo valor justo e cujos resultados são contabilizados no resultado financeiro.

Endividamento (Em Milhões)	Indexador	Juros (a.a.)*	30/09/2012	AV%	30/09/2011	AV%	AH%
<b>Moeda Nacional</b>			<b>591,2</b>	<b>93,0%</b>	<b>306,8</b>	<b>80,5%</b>	<b>92,7%</b>
BNDES - FINAME	TJLP	2,14%	7,5	1,2%	10,3	2,7%	-27,2%
BNDES - PSI	R\$	5,51%	102,2	16,1%	73,3	19,2%	39,4%
BNDES - PSI	URTJLP	6,09%	1,5	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%
Financ. de Trib. Estad. (PROVIN)	TJLP	-	20,5	3,2%	17,4	4,6%	17,8%
Financ. de Trib. Estad. (DESENVOLVE)	TJLP	-	4,3	0,7%	4,0	1,0%	7,5%
Financ. BNB-FNE	Pré Fixada	10,00%	110,9	17,5%	79,2	20,8%	40,0%
MODERMAQ (Pós)	TJLP	0,99%	0,3	0,0%	1,7	0,4%	-82,4%
Financiamentos – BNDES AUTOMÁTICO	Outros	2,49%	0,2	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Financiamentos – BNDES AUTOMÁTICO	TJLP	2,49%	0,4	0,1%	0,6	0,2%	-33,3%
Financiamentos – BNDES AUTOMÁTICO	Tx Variável	2,49%	-	0,0%	0,2	0,1%	-100,0%
Instrumento de Cessão de Quotas da Vitarella	100% CDI	-	52,6	8,3%	97,8	25,6%	-46,2%
Instrumento de Cessão de Quotas da Pilar	100% CDI	-	24,2	3,8%	22,3	5,8%	8,5%
Instrumento de Cessão de Quotas da Estrela	100% CDI	-	69,4	10,9%	-	0,0%	0,0%
Instrumento de Cessão de Quotas do Moinho Santa Lúcia	100% CDI	-	46,2	7,3%	-	0,0%	0,0%
Debêntures	100% CDI	0,50%	151,0	23,8%	-	0,0%	0,0%
<b>Moeda Estrangeira</b>			<b>44,3</b>	<b>7,0%</b>	<b>74,5</b>	<b>19,5%</b>	<b>-40,5%</b>
Financ. de importação insumos	USD	2,87%	41,0	6,5%	70,0	18,4%	-41,4%
Financ. de Máquinas e Equipamentos	CHF	(Libor* + 1,50%)	3,3	0,6%	4,5	1,2%	-26,7%
<b>TOTAL</b>			<b>635,5</b>	<b>100,0%</b>	<b>381,3</b>	<b>100,0%</b>	<b>66,7%</b>

O Grupo registrou um aumento nas disponibilidades de **R\$ 75,0 milhões** nos **9M12**. Houve geração de caixa nas atividades operacionais de R\$ 305,3 milhões, e de R\$ 87,2 milhões decorrente do fluxo líquido de financiamentos com capital de terceiros. Em contraponto, foi aplicado R\$ 83,3 milhões, na aquisição de ativo imobilizado licenças de softwares, R\$ 150,0 milhões no pagamento da dívida de aquisições em participações societárias, e R\$ 84,2 milhões no pagamento de lucros distribuídos.

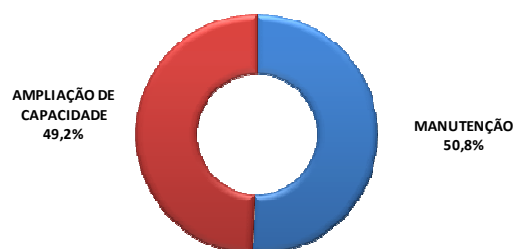


## Comentário do Desempenho

### INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ milhões)	3T12	3T11	Variação	9M12	9M11	Variação
Instalações	4,4	1,0	340,0%	9,0	2,8	221,4%
Máquinas e Equipamentos	15,4	23,8	-35,3%	48,9	69,5	-29,6%
Obras Cíveis	5,5	4,9	12,2%	11,8	11,5	2,6%
Veículos	0,9	0,3	200,0%	1,9	1,1	72,7%
Computadores e Periféricos	1,7	0,7	142,9%	2,4	1,5	60,0%
Móveis e utensílios	1,6	1,1	45,5%	4,2	2,2	90,9%
Outros	7,5	0,2	3650,0%	10,3	2,4	329,2%
<b>Total</b>	<b>37,0</b>	<b>32,0</b>	<b>15,6%</b>	<b>88,5</b>	<b>91,0</b>	<b>-2,7%</b>

Investimentos 3T12 - R\$ 37,0 milhões



Os investimentos totalizaram **R\$ 37,0 milhões no 3T12**, distribuídos entre expansão e manutenção. Os principais itens que compuseram os gastos com investimentos no **3T12** foram: (i) a aquisição, montagem e melhorias de linhas de biscoitos e massas em unidade localizada no Estado de Pernambuco; (ii) construção de instalações industriais complementares em unidade localizada no Estado de Pernambuco; (iii) ampliação de infraestrutura da área de tecnologia da informação do Grupo; (iv) reforço estrutural predial, instalação de centro de usinagem, montagem de nova linha de biscoitos e modernização em outras linhas de biscoitos em unidade industrial localizada no Ceará; (v) aquisição de veículos para transporte de farinha e substituição de frota própria em unidade industrial localizada no Estado de Pernambuco; (vi) montagem de silos em aço na unidade de moagem de trigo localizada na Paraíba e melhorias no processo de recepção de trigo na unidade de moagem localizada no Rio Grande do Norte; (vii) montagem de linha de mistura para bolo na unidade industrial localizada na Bahia; (viii) ampliação do pátio industrial da unidade industrial localizada em São Paulo, no município de São Caetano do Sul; e (ix) automação em linha de massas na unidade localizada na Paraíba.

Durante os **nove meses de 2012** foram investidos **R\$ 3,1 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento de novos produtos**.

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. – Vitarella; Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.; M. Dias Branco International Trading LLC; M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A. e M. Dias Branco Argentina S.A.. As movimentações desses investimentos estão relacionadas nas Notas Explicativas das Informações financeiras intermediárias.

### Informações Financeiras sem os efeitos das aquisições da Pilar, Estrela e Moinho Santa

Em 26 de abril de 2011, 23 de dezembro de 2011 e 25 de maio de 2012, a Companhia adquiriu o controle da Pilar, Estrela e Moinho Santa Lúcia, respectivamente, e, portanto, os resultados ora divulgados contemplam os efeitos dessas aquisições. No sentido de possibilitar uma análise do crescimento orgânico do Grupo, estamos apresentando a demonstração do resultado e a receita líquida por linha de produto sem os efeitos dessas aquisições.

## Comentário do Desempenho

Linhas de Produto	3T12			3T11			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	459,3	114,8	4,00	420,1	108,3	3,88	9,3%	6,0%	3,1%
Massas	165,7	63,8	2,60	148,3	63,5	2,34	11,7%	0,5%	11,1%
Farinha e Farelo	164,1	173,7	0,94	154,2	164,7	0,94	6,4%	5,5%	0,0%
Margarinas e Gorduras	41,8	13,9	3,01	27,8	9,8	2,84	50,4%	41,8%	6,0%
Diversos	2,0	2,5	0,80	3,1	4,0	0,78	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>832,9</b>	<b>368,7</b>	<b>2,26</b>	<b>753,5</b>	<b>350,3</b>	<b>2,15</b>	<b>10,5%</b>	<b>5,3%</b>	<b>5,1%</b>

\* Receita Líquida sem Pilar em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

Linhas de Produto	3T12			2T12			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	459,3	114,8	4,00	425,6	108,5	3,92	7,9%	5,8%	2,0%
Massas	165,7	63,8	2,60	163,1	63,4	2,57	1,6%	0,6%	1,2%
Farinha e Farelo	164,1	173,7	0,94	146,1	161,7	0,90	12,3%	7,4%	4,4%
Margarinas e Gorduras	41,8	13,9	3,01	43,1	14,7	2,93	-3,0%	-5,4%	2,7%
Diversos	2,0	2,5	0,80	1,4	1,9	0,74	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>832,9</b>	<b>368,7</b>	<b>2,26</b>	<b>779,3</b>	<b>350,2</b>	<b>2,23</b>	<b>6,9%</b>	<b>5,3%</b>	<b>1,3%</b>

\* Receita Líquida sem Pilar em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

Linhas de Produto	9M12			9M11			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	1.278,3	324,1	3,94	1.155,0	304,8	3,79	10,7%	6,3%	4,0%
Massas	481,9	189,3	2,55	429,7	188,5	2,28	12,1%	0,4%	11,8%
Farinha e Farelo	450,9	498,2	0,91	429,6	469,3	0,92	5,0%	6,2%	-1,1%
Margarinas e Gorduras	119,7	40,9	2,93	80,2	29,5	2,72	49,3%	38,6%	7,7%
Diversos	4,8	6,5	0,74	6,8	7,1	0,96	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.335,6</b>	<b>1.059,0</b>	<b>2,21</b>	<b>2.101,3</b>	<b>999,2</b>	<b>2,10</b>	<b>11,2%</b>	<b>6,0%</b>	<b>5,2%</b>

\* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (Em R\$ milhões)	3T12	3T11	AH% 3T11-3T12	2T12	AH% 2T12-3T12	9M12	9M11	AH% 9M11-9M12
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>973,7</b>	<b>891,3</b>	<b>9,2%</b>	<b>911,2</b>	<b>6,9%</b>	<b>2.729,1</b>	<b>2.483,5</b>	<b>9,9%</b>
Venda de Produtos ou Serviços	973,7	891,3	9,2%	911,2	6,9%	2.729,1	2.483,5	9,9%
<b>DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>(140,8)</b>	<b>(137,8)</b>	<b>2,2%</b>	<b>(131,9)</b>	<b>6,7%</b>	<b>(393,5)</b>	<b>(382,2)</b>	<b>3,0%</b>
Imposto/deduções sobre vendas	(140,8)	(137,8)	2,2%	(131,9)	6,7%	(393,5)	(382,2)	3,0%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>832,9</b>	<b>753,5</b>	<b>10,5%</b>	<b>779,3</b>	<b>6,9%</b>	<b>2.335,6</b>	<b>2.101,3</b>	<b>11,2%</b>
<b>CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS</b>	<b>(526,3)</b>	<b>(499,5)</b>	<b>5,4%</b>	<b>(482,7)</b>	<b>9,0%</b>	<b>(1.461,5)</b>	<b>(1.396,9)</b>	<b>4,6%</b>
<b>SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS ESTADUAIS</b>	<b>32,8</b>	<b>32,3</b>	<b>1,5%</b>	<b>32,0</b>	<b>2,5%</b>	<b>93,2</b>	<b>90,8</b>	<b>2,6%</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>339,4</b>	<b>286,3</b>	<b>18,5%</b>	<b>328,6</b>	<b>3,3%</b>	<b>967,3</b>	<b>795,2</b>	<b>21,6%</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(197,5)</b>	<b>(172,2)</b>	<b>14,7%</b>	<b>(189,8)</b>	<b>4,1%</b>	<b>(552,3)</b>	<b>(489,4)</b>	<b>12,9%</b>
Vendas	(152,0)	(131,3)	15,8%	(144,8)	5,0%	(419,7)	(371,0)	13,1%
Administrativas e gerais	(34,7)	(31,0)	11,9%	(35,2)	-1,4%	(102,6)	(89,1)	15,2%
Honorários da administração	(2,2)	(2,1)	4,8%	(2,3)	-4,3%	(6,6)	(6,1)	8,2%
Despesas tributárias	(4,4)	(3,5)	25,7%	(4,2)	4,8%	(12,6)	(10,6)	18,9%
Despesas com depreciação e amortização	(3,8)	(3,5)	8,6%	(3,6)	5,6%	(11,0)	(10,2)	7,8%
Outras receitas (despesas) operacionais	(0,4)	(0,8)	-50,0%	0,3	-233,3%	0,2	(2,4)	-108,3%
<b>RESULTADO OPERACIONAL - antes do Resultado Financeiro</b>	<b>141,9</b>	<b>114,1</b>	<b>24,4%</b>	<b>138,8</b>	<b>2,2%</b>	<b>415,0</b>	<b>305,8</b>	<b>35,7%</b>
Receitas Financeiras	5,9	6,8	-13,2%	4,9	20,4%	20,4	26,7	-23,6%
Despesas Financeiras	(15,7)	(20,4)	-23,0%	(13,0)	20,8%	(45,0)	(38,4)	17,2%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>132,1</b>	<b>100,5</b>	<b>31,4%</b>	<b>130,7</b>	<b>1,1%</b>	<b>390,4</b>	<b>294,1</b>	<b>32,7%</b>
Impostos de renda e contribuição social	(11,8)	(13,1)	-9,9%	(18,4)	-35,9%	(53,1)	(40,6)	30,8%
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>120,3</b>	<b>87,4</b>	<b>37,6%</b>	<b>112,3</b>	<b>7,1%</b>	<b>337,3</b>	<b>253,5</b>	<b>33,1%</b>
<b>EBITDA</b>	<b>158,5</b>	<b>129,9</b>	<b>22,0%</b>	<b>154,6</b>	<b>2,5%</b>	<b>463,4</b>	<b>352,1</b>	<b>31,6%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>19,0%</b>	<b>17,2%</b>	<b>1,8 p.p.</b>	<b>19,8%</b>	<b>-0,8 p.p.</b>	<b>19,8%</b>	<b>16,8%</b>	<b>3,1 p.p.</b>

## Comentário do Desempenho

Durante o 3T12 a Companhia continuou com as ações necessárias para o processo de integração de empresas adquiridas, tendo anunciado a incorporação da Estrela ao final de agosto de 2012, o que ocasionou uma série de gastos adicionais e ajustes referentes ao processo, impactando assim o resultado consolidado das adquiridas no 3T12. A Administração espera a melhoria dos indicadores de margens referentes à performance das empresas adquiridas com o prosseguimento da referida integração.

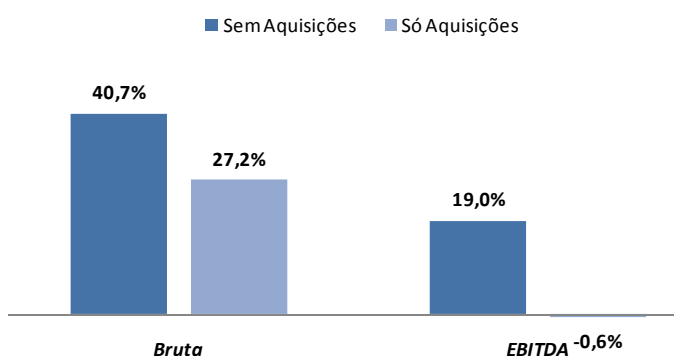
### Sem aquisições

Receita e Resultados (Em R\$ milhões)	3T11	%AV	2T12	%AV	3T12	%AV
Receita Líquida	753,5	100,0%	779,3	100,0%	832,9	100,0%
Lucro Bruto	286,3	38,0%	328,6	42,2%	339,4	40,7%
Lucro Líquido	87,4	11,6%	112,3	14,4%	120,3	14,4%
EBITDA	129,9	17,2%	154,6	19,8%	158,5	19,0%

### Somente as aquisições

Receita e Resultados (Em R\$ milhões)	3T11	%AV	2T12	%AV	3T12	%AV
Receita Líquida	31,0	100,0%	98,4	100,0%	103,6	100,0%
Lucro Bruto	8,8	28,4%	37,2	37,8%	28,2	27,2%
Lucro Líquido	1,5	4,8%	4,2	4,3%	(6,0)	-5,8%
EBITDA	2,0	6,5%	8,5	8,6%	(0,6)	-0,6%

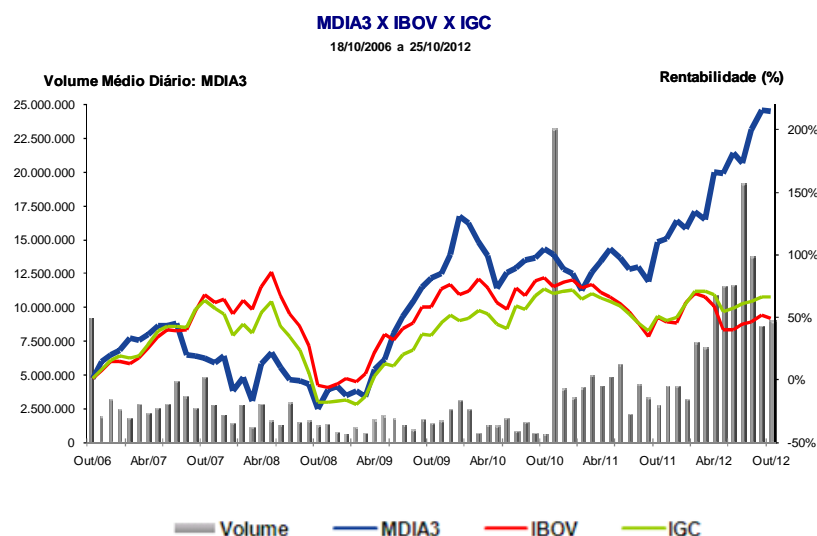
## Margens - 3T12



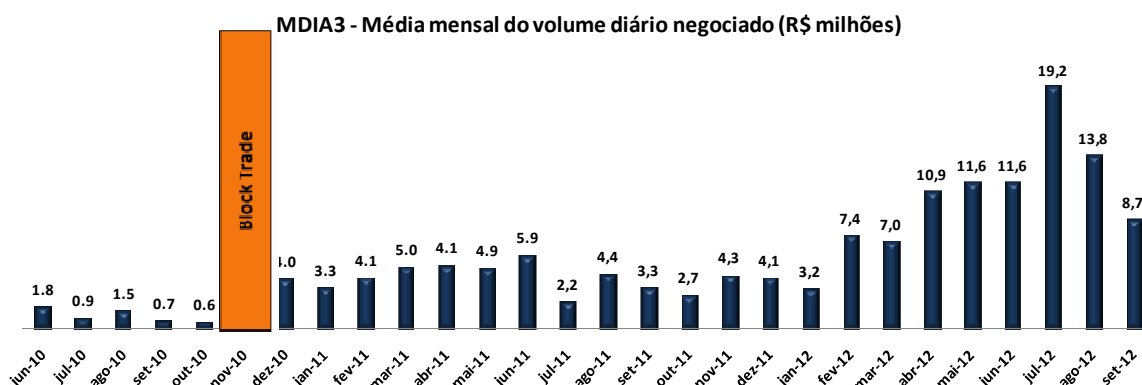
## MERCADO DE CAPITAIS

O desempenho das ações da Companhia entre o período de 18 de outubro de 2006 (*IPO*) a 25 de outubro de 2012 é demonstrado no gráfico abaixo. Em 25 de outubro de 2012, as ações **MDIA3** estavam cotadas em **R\$ 66,16**, representando um **valor de mercado de R\$ 7,51 bilhões**. A **média do volume diário** negociado no 3T12 foi de **R\$ 14,0 milhões**. O Ibovespa fechou aos 57.836 pontos e o IGC em 7.395 pontos em 25 de outubro de 2012.

## Comentário do Desempenho



Vale ressaltar a elevação do volume médio diário negociado de MDIA3 após a operação de *Block Trade* realizada em novembro de 2010. Considerando o período de quatro meses anteriores e vinte e dois meses posteriores a novembro de 2010, constatamos que a média mensal do volume diário negociado evoluiu de R\$ 0,9 milhão para R\$ 6,7 milhões, registrando um crescimento de 621%, conforme apresentado no gráfico a seguir.



Obs.: O volume médio diário negociado em novembro de 2010 foi R\$ 23,2 milhões

Evolução de Preços, Liquidez e Performance da Ação	3T12	3T11
<b>MDIA3</b>		
Cotações - R\$*	66,40	37,35
Volume Médio Diário Negociado (R\$ Milhões)	14,0	3,3
<b>Performance nos respectivos períodos</b>		
MDIA3	12,54%	-10,00%
Ibovespa	8,87%	-16,15%
IGC	6,02%	-12,70%

\*Preço de fechamento no final do período

## Comentário do Desempenho

### AUDITORIA INDEPENDENTE

O auditor independente do Grupo é a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S que, contratada desde 01 de janeiro de 2012, não prestou serviços conflitantes, conforme disposto na Instrução CVM 308. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas, não foram revisadas pelos auditores independentes.

## Notas Explicativas

### 1 Contexto operacional

A M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, domiciliada no Brasil, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no segmento Novo Mercado (MDIA3). Iniciou suas atividades em 1951 e sua sede está situada na Rodovia BR 116 KM 18 s/n, Eusébio, Estado do Ceará, e tem por objeto social a industrialização, o comércio e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, massas alimentícias e farinha de trigo, atuando, também, na fabricação, na comercialização e na distribuição de margarinas e gorduras vegetais. O processo de produção utilizado pela Companhia é integrado e verticalizado, produzindo a maior parte de duas das principais matérias-primas para a produção de biscoitos e massas: farinha de trigo e gordura vegetal, além de três de seus moinhos de trigo estarem fisicamente integrados às fábricas de biscoitos e massas, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção de biscoitos e massas.

O sistema de comercialização e distribuição adotado pela Companhia é formado por uma combinação de canais diretos — em que os clientes são atendidos por força de venda própria — e canais indiretos — as vendas são realizadas com a intermediação de atacadistas e distribuidores.

A Companhia possui seis unidades de produção situadas em quatro Estados da Região Nordeste do Brasil (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia), nas quais operam quatro moinhos de trigo, quatro fábricas de massas alimentícias, duas fábricas de biscoitos e uma fábrica de gorduras e margarinas vegetais. Em operação integrada a essa estrutura de produção, a Companhia também possui seis unidades destinadas a armazenagem, comercialização e/ou distribuição de seus produtos, as quais estão localizadas nos seguintes Estados: Ceará, Piauí, Maranhão, Sergipe, Pará, e no Distrito Federal.

Em 30 de março de 2012 houve a incorporação da controlada Adria Alimentos do Brasil Ltda., adquirida em 22 de setembro de 2003, passando a Companhia a contar diretamente com mais quatro unidades de produção, sendo três no Estado de São Paulo e uma no Estado do Rio Grande do Sul, nas quais funcionam duas fábricas de biscoitos e três fábricas de massas alimentícias. Esse complexo é integrado a três outras unidades destinadas a armazenagem e/ou distribuição de seus produtos, situadas nos Estados do Paraná, do Rio de Janeiro e no Distrito Federal. O acervo de incorporação está demonstrado na Nota Explicativa nº 3.

Em 31 de agosto de 2012, a Companhia também incorporou a Pelágio Oliveira S.A., que por sua vez incorporou a Pelágio Participações em 30 de junho de 2012 e a J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. em 30 de abril de 2012, empresas adquiridas pela Companhia em 23 de dezembro de 2011, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.b. Com esse processo de reorganização societária, a Companhia passou a contar diretamente com outra unidade de produção localizada no Estado do Ceará, na qual funciona uma fábrica de biscoitos, uma fábrica de massas alimentícias e uma fábrica de snacks, bolos e tortinhas, além de duas unidades destinadas a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situadas nos Estado do Piauí e Amazonas. O acervo líquido incorporado está demonstrado na Nota Explicativa nº 3; e

A atuação nacional da Companhia é também promovida mediante operações integradas com a estrutura de produção, comercialização e distribuição das seguintes controladas:

- a. Indústrias de Alimentos Bomgosto Ltda. (“Vitarella”) — 99,9996% de participação no capital total — adquirida em 7 de abril de 2008. Possui uma unidade de produção localizada no Estado de Pernambuco, na qual funciona uma fábrica de biscoitos e uma fábrica de massas alimentícias, que operam integradas a três unidades destinadas a armazenagem e/ou

## Notas Explicativas

distribuição de produtos, situadas nos Estados da Bahia, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Em 30 de março de 2012, a NPAP Alimentos S.A. foi incorporada pela Vitarella, que passou a contar com mais uma unidade de produção localizada no Estado de Pernambuco, na qual funciona uma fábrica de biscoitos e uma fábrica de massas alimentícias, que operam integradas a uma unidade destinada a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situada no Estado da Bahia. O acervo líquido incorporado está demonstrado na Nota Explicativa nº 3.

- b. Moinho Santa Lúcia Ltda.— 100,00% de participação direta no capital total — adquirida em 25 de maio de 2012, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.c. Possui uma unidade de produção localizada no Estado do Ceará, na qual funciona uma fábrica de biscoitos e uma fábrica de massas alimentícias, que operam integradas a uma unidade destinada a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situada no Estado do Amazonas.

A Companhia detém, entre outras, as seguintes marcas no mercado nacional: Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Basilar, Zabet, Vitarella, Treloso, Pilar, Estrela, Pelaggio, Salsito, Predilieto e Bonsabor.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, suas controladas e controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

## 2 Combinação de negócios

### a. *Aquisição da NPAP Alimentos S.A. (“Pilar”)*

Em 26 de abril de 2011, a Companhia celebrou por meio da sua controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda - Vitarella, Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de NPAP Alimentos S.A., empresa detentora da marca Pilar, que industrializa e comercializa biscoitos e massas e está sediada no município do Recife – PE.

A aquisição foi realizada pelo valor máximo de R\$ 69.922, sendo (i) R\$ 45.072 pagos à vista, (ii) R\$ 3.850 pagos em 90 (noventa) dias, após a assinatura do contrato, reduzidos dos valores necessários à constituição de provisão para perda do valor recuperável de contas a receber, e (iii) o saldo remanescente, no valor de R\$ 21.000 a ser pago ao final de 6 (seis) anos, descontado do valor das possíveis contingências decorrentes de atos ou fatos ocorridos até a celebração do Contrato e que venham a ser exigidas da sociedade adquirida após a data da celebração daquele contrato.

A NPAP Alimentos S.A. auferiu Receita Líquida de R\$ 107,5 milhões no ano de 2010, sendo 56% deste total referente a biscoitos e 44% a massas. A capacidade de produção anual atual é de 30 mil toneladas para biscoitos e 41 mil toneladas para massas. Com esta aquisição a liderança do mercado nacional do Grupo M. Dias no Brasil passou, em volume, para 23,8% no mercado de biscoitos e para 24,0% no mercado de massas alimentícias (Ac Nielsen, Mar-Abr 2011).

A operação está inserida na estratégia da Companhia de participar ativamente do processo de consolidação do setor, ampliando sua liderança nacional nos segmentos de massas e biscoitos, além de agregar valor pelo ganho decorrente da verticalização, fortalecendo sua atuação no Nordeste do Brasil.

No sentido de apurar o custo de aquisição na combinação de negócio, bem como o ágio pago

**Notas Explicativas**

na operação, nos termos da Deliberação CVM nº 580/09, a Companhia contratou uma consultoria especializada e independente para elaboração de laudo de avaliação de valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis, à data de aquisição. O laudo de avaliação apresentou o seguinte resultado de alocação do preço de aquisição:

	R\$
Preço de aquisição	69.922
Valor justo dos ativos e passivos	(14.422)
Impostos diferidos sobre diferença de valor justo	<u>6.256</u>
Preço de aquisição excedente	<u>61.756</u>
Ativos intangíveis identificáveis	<u>(61.756)</u>
Marca Pilar	33.815
Força de trabalho	2.003
Ágio (excluindo Força de Trabalho)	25.938

O ativo intangível “Força de Trabalho”, embora estimado no processo de análise não pode ser reconhecido como um ativo separado do ágio da transação. Assim, o valor do ágio que representa expectativa de rentabilidade futura é R\$ 27.941.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição estão assim demonstrados:

	<b>Acervo líquido adquirido em 26.04.11</b>	<b>Ajustes ao valor justo</b>		<b>Acervo líquido adquirido a valor justo</b>
<b>Ativo circulante</b>				
Caixa e equivalente de caixa	232	-		232
Contas a receber	20.553	-		20.553
Estoques	5.392	-		5.392
Outros créditos	<u>1.591</u>	<u>-</u>		<u>1.591</u>
<b>Total do ativo circulante</b>	<b><u>27.768</u></b>	<b><u>-</u></b>		<b><u>27.768</u></b>
<b>Ativo não circulante</b>				
Ativo realizável a longo prazo	4.162	6.377	(d)	10.539
Investimentos	119	-		119
Imobilizado	53.286	(15.415)	(a)	37.871
Intangível	<u>156</u>	<u>61.756</u>	(b)	<u>61.912</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b><u>57.723</u></b>	<b><u>52.718</u></b>		<b><u>110.441</u></b>
<b>Total do ativo</b>	<b><u>85.491</u></b>	<b><u>52.718</u></b>		<b><u>138.209</u></b>
<b>Passivo circulante</b>				
Fornecedores	7.488	-		7.488
Financiamentos e empréstimos	13.182	-		13.182
Obrigações sociais e trabalhistas	2.518	-		2.518
Impostos e contribuições	644	-		644
Adiantamento de clientes	738	-		738
Contas a pagar	<u>4.373</u>	<u>-</u>		<u>4.373</u>
<b>Total do passivo circulante</b>	<b><u>28.943</u></b>	<b><u>-</u></b>		<b><u>28.943</u></b>
<b>Passivo não circulante</b>				
Financiamentos e empréstimos	13.383	-		13.383
Impostos e contribuições	9.960	12.633	(d)	22.593
Provisão para contingências	<u>3.368</u>	<u>-</u>		<u>3.368</u>
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b><u>26.711</u></b>	<b><u>12.633</u></b>		<b><u>39.344</u></b>

**Notas Explicativas**

	<b>Acervo líquido adquirido em 26.04.11</b>	<b>Ajustes ao valor justo</b>	<b>Acervo líquido adquirido a valor justo</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b><u>29.837</u></b>	<b><u>40.085</u></b> (c)	<b><u>69.922</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b><u>85.491</u></b>	<b><u>52.718</u></b>	<b><u>138.209</u></b>

- (a) Refere-se ao ajuste a valor justo dos bens do ativo imobilizado e será realizado pela vida útil econômica dos ativos expressa no laudo de avaliação.
- (b) Refere-se ao valor do ativo Marca “Pilar” e ágio pago por rentabilidade futura.
- (c) Refere-se a contrapartida dos ajustes (a) e (b) no patrimônio líquido.
- (d) Refere-se a Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre diferença de valor justo de ativos, representada pelos ajustes do item (a) e ativo intangível Marca.

Importante salientar que a Companhia elaborou projeções de fluxos de caixa com intuito de estimar o valor da NPAP. O valor presente líquido projetado supera o valor pago pela empresa, o que demonstra que o ágio pago não apresenta perda de valor recuperável.

A parcela do ágio que será dedutível para fins fiscais é R\$27.941 e está representada pelo valor pago por expectativa de rentabilidade futura, pautada em benefícios futuros esperados com a sinergia proporcionada pelo aumento da verticalização do Grupo, tendo em vista que seu processo de produção é integrado e permite que parte substancial das principais matérias-primas (farinha de trigo e gordura vegetal) utilizadas na fabricação de massas e biscoitos seja produzida internamente.

Caso a combinação de negócio tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2011, a Administração estima que a receita líquida consolidada teria sido de R\$ 2.944.780, enquanto que o lucro líquido do exercício de 2011 teria sido de R\$ 353.966. Esses valores estimados foram determinados a partir da demonstração de resultado histórica da empresa adquirida, sem refletir efeitos baseados em estimativas e julgamentos sobre como as práticas e decisões operacionais da administração poderiam ou não ter afetado as demonstrações contábeis históricas em decorrência da transação. Assim, essas estimativas não contemplam todos os efeitos decorrentes da combinação de negócios e não devem ser lidas como uma projeção ou indicação dos resultados futuros da Companhia. Estas informações estimadas não foram auditadas por auditores independentes antes da combinação de negócios.

Os gastos relacionados com a transação estão representados, principalmente, por despesas com advogados e auditores e foram incluídas na demonstração do resultado consolidado como despesas administrativas.

A aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 10 de agosto de 2011 e foi ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas em 10 de outubro de 2011, convocada com este objetivo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei nº 6.404/76.

## Notas Explicativas

### ***b. Aquisição da J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. e Pelágio Participações S.A.***

Em 23 de dezembro de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. e da Pelágio Participações S.A., empresa que detém a totalidade das ações da Pelágio Oliveira S.A.

A aquisição foi realizada pelo valor máximo de R\$ 240.000, sendo (i) R\$ 100.000 pagos à vista, (ii) R\$ 100.000 em 4 (quatro) parcelas de R\$ 25.000 com vencimento em 30/03/2012, 29/06/2012, 28/09/2012 e 28/12/2012, as quais deverão ser pagas acrescidas do valor equivalente à aplicação da taxa do CDI sobre o valor da parcela, desde a data de aquisição até a data do efetivo pagamento, (iii) o saldo remanescente, no valor de até R\$ 40.000 a ser pago ao final de 6 (seis) anos, descontado do valor das contingências decorrentes de atos ou fatos ocorridos até a celebração do Contrato e que venham a ser exigidas da sociedade adquirida.

As referidas empresas atuam sob o nome fantasia “Estrela”, comercializando biscoitos, massas, bolos e snacks nas regiões Nordeste e Norte do País, com as marcas “Estrela”, “Pelaggio” e “Salsito”. A Estrela iniciou suas atividades em 1946 como uma pequena padaria na cidade de Fortaleza-CE, e após anos de desenvolvimento e crescimento na atividade se transformou em uma indústria de alimentos com atuação regional, com duas unidades industriais localizadas no município de Maracanaú – CE, tendo auferido no ano de 2010 uma Receita Líquida de R\$ 190,6 milhões. Com esta aquisição a liderança da M. DIAS no Brasil passou, em volume, de 24,4% para 25,6% do mercado nacional de biscoitos e de 24,6% para 25,3% do mercado nacional de massas alimentícias, de acordo com dados da Ac Nielsen referentes aos meses de novembro e dezembro de 2011.

Assim como na aquisição da Pilar, essa operação também está inserida na estratégia da Companhia de participar do processo de consolidação do setor, ampliando sua liderança nacional, além de agregar valor pelo ganho de eficiência nas unidades moageiras e na fábrica de gorduras vegetais da Companhia.

Durante o segundo trimestre de 2012 foi concluído o trabalho de emissão dos laudos de avaliação do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis, à data de aquisição. O laudo de avaliação apresentou o seguinte resultado de alocação do preço de aquisição:

	<b>Pelágio Participações S.A.</b>	<b>J. Brandão</b>
Preço de aquisição	205.000	35.000
Valor justo dos ativos e passivos	(123.149)	(36.172)
Impostos diferidos sobre diferença de valor justo	<u>39.550</u>	<u>7.653</u>
Preço de aquisição excedente	<u>121.401</u>	<u>6.481</u>
Ativos intangíveis identificáveis	<u>(191.010)</u>	<u>(12.431)</u>
Marca	69.609	5.950
Força de trabalho	2.988	-
Ágio(excluindo Força de Trabalho)	118.413	6.481

O ativo intangível “Força de Trabalho”, embora estimado no processo de análise não possa ser reconhecido como um ativo separado do ágio da transação. Assim, o valor do ágio que representa expectativa de rentabilidade futura é R\$ 127.882.

## Notas Explicativas

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição estão assim demonstrados:

	Pelágio Participações S.A			J. Brandão		
	Acervo líquido adquirido em 23.12.11	Ajustes ao valor justo	Acervo líquido adquirido a valor justo	Acervo líquido adquirido em 23.12.11	Ajustes ao valor justo	Acervo líquido adquirido a valor justo
<b>Ativo circulante</b>						
Caixa e equivalente de caixa	2.563	-	2.563	93	-	93
Contas a receber	32.808	-	32.808	4.436	-	4.436
Estoques	18.312	-	18.312	1.255	-	1.255
Outros créditos	9.202	-	9.202	2.941	-	2.941
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>62.885</b>	<b>-</b>	<b>62.885</b>	<b>8.725</b>	<b>-</b>	<b>8.725</b>
<b>Ativo não circulante</b>						
Ativo realizável a longo prazo	(d) 4.919	4.908	9.827	10	-	10
Imobilizado	(a) 83.234	46.713	129.947	8.224	16.559	24.783
Intangível	(b) 2.945	191.010	193.955	22	12.431	12.453
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>91.098</b>	<b>242.631</b>	<b>333.729</b>	<b>8.256</b>	<b>28.990</b>	<b>37.246</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>153.983</b>	<b>242.631</b>	<b>396.614</b>	<b>16.981</b>	<b>28.990</b>	<b>45.971</b>
<b>Passivo circulante</b>						
Fornecedores	20.091	-	20.091	1.191	-	1.191
Financiamentos e empréstimos	65.840	-	65.840	468	-	468
Obrigações sociais e trabalhistas	6.711	-	6.711	353	-	353
Impostos e contribuições	1.761	-	1.761	359	-	359
Adiantamento de clientes	803	-	803	-	-	-
Contas a pagar	6.168	-	6.168	23	-	23
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>101.374</b>	<b>-</b>	<b>101.374</b>	<b>2.394</b>	<b>-</b>	<b>2.394</b>
<b>Passivo não circulante</b>						
Financiamentos e empréstimos	43.768	-	43.768	924	-	924
Impostos e contribuições	(c) 67	39.550	39.617	-	7.653	7.653
Provisão para contingências	(d) -	4.908	4.908	-	-	-
Contas a pagar	1.947	-	1.947	-	-	-
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>45.782</b>	<b>44.458</b>	<b>90.240</b>	<b>924</b>	<b>7.653</b>	<b>8.577</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>(e) 6.827</b>	<b>198.173</b>	<b>205.000</b>	<b>13.663</b>	<b>21.337</b>	<b>35.000</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>153.983</b>	<b>242.631</b>	<b>396.614</b>	<b>16.981</b>	<b>28.990</b>	<b>45.971</b>

- (a) Refere-se ao ajuste a valor justo dos bens do ativo imobilizado e será realizado pela vida útil econômica dos ativos expressa no laudo de avaliação.
- (b) Refere-se ao valor do ativo Marca “Estrela, Pellagio e Salsito” e ágio pago por rentabilidade futura, no montante de R\$75.559 e R\$127.882, respectivamente.
- (c) Refere-se a Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre diferença de valor justo de ativos, representada pelos ajustes do item (a) e ativo intangível Marca.
- (d) Refere-se ao valor justo dos passivos contingentes trabalhistas que foi determinado, preliminarmente, com base na avaliação de consultores externos, os quais atribuíram a esses processos uma probabilidade de perda possível. Em virtude do contrato de aquisição prever a indenização de toda e qualquer contingência que venha da ser exigida à Companhia, por fatos ocorridos anteriores a aquisição, foi constituído, em contrapartida, um ativo de indenização de igual valor.

## Notas Explicativas

(e) Refere-se a contrapartida dos ajustes (a), (b) e (c) no patrimônio líquido.

Assim como na Pilar, a Companhia elaborou projeções de fluxos de caixa com intuito de estimar o valor das empresas adquiridas. O valor presente líquido projetado supera o valor pago pela empresa, o que demonstra que o ágio pago não apresenta perda de valor recuperável.

Inicialmente, a parcela do ágio que representava rentabilidade futura era R\$127.882. Contudo, em virtude da incorporação da Pelágio Oliveira S.A. em 31 de agosto de 2012 e de acordo com a Lei 9.532, Art. 7º, inciso IV, parágrafo 1º, a parcela do ágio atribuída a mais valia de ativos passou a integrar, a partir desse evento, o custo do bem para efeito de apuração de ganho ou perda de capital e de depreciação, passando a não mais existir diferença temporária para fins de cálculo de impostos, tornando a depreciação ou baixa da mais valia de ativos dedutível para fins fiscais. Dessa forma, a Companhia reverteu a parcela de tributos diferidos passivos oriundos dessa diferença temporária (item “c” acima), impactando na redução do ágio pago por rentabilidade futura na ordem de R\$21.512 (34% sobre o item “a” acima), tendo em vista que sua constituição afetou o ágio no momento inicial, onde a incorporação já era prevista, representando assim um ajuste na alocação dos intangíveis. Assim, a parcela do ágio que será dedutível para fins fiscais é R\$106.370 e está representada pelo valor pago por expectativa de rentabilidade futura, pelas as mesmas razões apresentadas na Pilar.

Os gastos relacionados com a transação estão representados, principalmente, por despesas com advogados e auditores e foram incluídas na demonstração do resultado consolidado como despesas administrativas.

A aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e foi ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, convocada com este objetivo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei nº 6.404/76.

### *c. Aquisição do Moinho Santa Lúcia Ltda.*

Baseada na estratégia de continuar o processo de consolidação do setor e agregar valor pelo ganho de eficiência nas unidades moageiras e na fábrica de gorduras vegetais da Companhia, em 25 de maio de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social do Moinho Santa Lúcia Ltda.

A aquisição foi realizada pelo valor máximo de R\$ 90.000, sendo (i) R\$ 45.000 pagos à vista, (ii) R\$ 27.000 em 5 (cinco) parcelas de R\$ 5.400 com vencimento em 25/05/2013, 25/05/2014, 25/05/2015, 25/05/2016 e 25/05/2017, as quais deverão ser pagas acrescidas do valor equivalente à aplicação da taxa do CDI sobre o valor da parcela, desde a data de aquisição até a data do efetivo pagamento, (iii) o saldo remanescente, no valor de até R\$ 18.000 a ser pago ao final de 6 (seis) anos, descontado do valor das contingências decorrentes de atos ou fatos ocorridos até a celebração do Contrato e que venham a ser exigidas da sociedade adquirida.

A referida empresa atua sob o nome de fantasia “MOINHO SANTA LÚCIA”, na atividade de moagem de trigo e fabricação de seus derivados, além da industrialização e comercialização de biscoitos e massas alimentícias em geral. A empresa iniciou suas atividades em 1999 e atualmente suas principais marcas são “PREDILLETTO” e “BONSABOR”, tendo auferido no ano de 2011 uma Receita Líquida de R\$ 88,1 milhões. De acordo com dados da Ac Nielsen referentes a março e abril de 2012, o MOINHO SANTA LÚCIA detém 0,2% do mercado de biscoitos e 0,5% do mercado de massas do Nordeste, respectivamente.

## Notas Explicativas

A Administração está em fase de análise dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos nessa aquisição e no sentido de apurar o custo de aquisição na combinação de negócio, bem como o ágio pago na operação. Desta forma, a Companhia contratou uma consultoria especializada e independente para elaboração de laudo de avaliação. O referido trabalho encontra-se em andamento na data de encerramento destas informações financeiras intermediárias. Assim, a Companhia encontra-se em período de mensuração e até o momento os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos apresentam a seguinte composição:

	<b>Acervo líquido adquirido em 25.05.12</b>	<b>Ajustes ao valor justo</b>	<b>Acervo líquido adquirido a valor justo</b>
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	4.669	-	4.669
Contas a receber	8.415	-	8.415
Estoques	7.007	-	7.007
Outros créditos	<u>3.277</u>	<u>-</u>	<u>3.277</u>
<b>Total do ativo circulante</b>	<b><u>23.368</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>23.368</u></b>
<b>Ativo não circulante</b>			
Ativo realizável a longo prazo	292		292
Imobilizado	29.384		29.384
Intangível	<u>6</u>	<u>89.187</u> (a)	<u>89.193</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b><u>29.682</u></b>	<b><u>89.187</u></b>	<b><u>118.869</u></b>
<b>Total do ativo</b>	<b><u>53.050</u></b>	<b><u>89.187</u></b>	<b><u>142.237</u></b>
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores	4.039	-	4.039
Financiamentos e empréstimos	19.950	-	19.950
Obrigações sociais/trabalhistas e impostos e contribuições	5.203	-	5.203
Subvenções	291		291
Adiantamento de clientes	<u>650</u>	<u>-</u>	<u>650</u>
<b>Total do passivo circulante</b>	<b><u>30.133</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>30.133</u></b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Financiamentos e empréstimos	21.385	-	21.385
Outros débitos	<u>719</u>	<u>-</u>	<u>719</u>
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b><u>22.104</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>22.104</u></b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b><u>813</u></b>	<b><u>89.187</u></b> (a)	<b><u>90.000</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b><u>53.050</u></b>	<b><u>89.187</u></b>	<b><u>142.237</u></b>

(a) Refere-se a diferença entre o valor pago na aquisição e o patrimônio líquido da empresa adquirida que foi alocado ao ativo intangível até que o laudo seja concluído. A Administração estima que a parcela substancial do ágio esteja representada pelos ativos marca e ágio pago por rentabilidade futura.

A aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 12 de setembro de 2012 e será submetida à ratificação pela Assembleia Geral Extraordinária de

## Notas Explicativas

Acionistas, convocada com este objetivo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei nº 6.404/76, após aprovação daquele órgão.

### 3 Reorganizações Societárias

Conforme já mencionado, em 30 de março de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada Adria Alimentos do Brasil Ltda., pela Companhia, e a incorporação na NPAP Alimentos S.A., pela controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda..

Em 30 de abril de 2012 e em 30 de junho de 2012, foi aprovada, respectivamente, a incorporação da J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. e Pelágio Participações S.A. pela Pelágio Oliveira S.A., que por sua vez também foi incorporada pela Companhia em 31 de agosto de 2012.

Os acervos líquidos incorporados pela Companhia e suas controladas estão assim representados:

	<b>Pelágio Oliveira S.A.</b>	<b>Pelágio Participações S.A.</b>	<b>J. Brandão Comércio e Indústria Ltda.</b>	<b>Adria Alimentos do Brasil Ltda.</b>	<b>NPAP Alimentos S.A.</b>
Ativo circulante	69.565	-	10.629	147.122	28.280
Ativo não circulante	104.413	4.546	8.088	176.536	36.512
<b>Total do ativo</b>	<b><u>173.978</u></b>	<b><u>4.546</u></b>	<b><u>18.717</u></b>	<b><u>323.658</u></b>	<b><u>64.792</u></b>
Passivo circulante	56.596	-	1.827	70.488	9.588
Passivo não circulante	100.049	-	1.859	43.828	3.762
<b>Total do passivo</b>	<b><u>156.645</u></b>	<b>=</b>	<b><u>3.686</u></b>	<b><u>114.316</u></b>	<b><u>13.350</u></b>
<b>Acervo líquido incorporado</b>	<b><u>17.333</u></b>	<b><u>4.546</u></b>	<b><u>15.031</u></b>	<b><u>209.342</u></b>	<b><u>51.442</u></b>

Tais reorganizações societárias tiveram por objetivo a simplificação da estrutura societária da Companhia, bem como ganhos de sinergias pela redução de custos operacionais, promovidos pelo compartilhamento de estruturas, sobretudo administrativas.

Por se tratarem de controladas integrais, as incorporações realizadas não produzem qualquer alteração na posição patrimonial consolidada, no resultado ou composição societária da Companhia.

### 4 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade (em relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os

## Notas Explicativas

pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com os International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia, elaboradas de acordo com o BR GAAP, e, no caso do Grupo, apresentam práticas contábeis que diferem das IFRS aplicáveis para informações financeiras intermediárias separadas, em função da avaliação dos investimentos em controladas e controlada em conjunto (joint venture) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Além disso, a Companhia e a controlada Vitarella optaram pela manutenção do ativo diferido nas informações financeiras intermediárias individuais, conforme facultado pelos CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40. No caso da Companhia, a amortização do ativo diferido foi concluída em 30 de junho de 2012, mas na controlada Vitarella ainda continua sendo amortizado. Dessa forma, há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas informações financeiras intermediárias individuais, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Lucro líquido</b>	
	<b><u>30/09/12</u></b>	<b><u>30/09/11</u></b>
Controladora	335.396	250.707
Amortização do ativo diferido	2.474	3.994
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(841)	(1.356)
Complemento de equivalência patrimonial <sup>(1)</sup>	346	346
Amortização do ativo diferido	524	524
Impostos diferidos	(178)	(178)
Consolidado	<b><u>337.375</u></b>	<b><u>253.691</u></b>

<sup>1</sup> Efeito da baixa do ativo diferido nas controladas.

	<b>Patrimônio líquido</b>	
	<b><u>30/09/12</u></b>	<b><u>31/12/11</u></b>
Controladora	2.343.507	2.008.129
Efeito da baixa do saldo do ativo diferido	(571)	(3.570)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	<u>194</u>	<u>1.214</u>
Consolidado	<b><u>2.343.130</u></b>	<b><u>2.005.773</u></b>

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

A autorização para conclusão dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi dada pela diretoria em reunião realizada em 22 de outubro de 2012.

## Notas Explicativas

### *b. Base de mensuração*

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

### *c. Moeda funcional e moeda de apresentação*

Essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### *d. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas*

A preparação de informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em conformidade com as IFRS e os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução do valor recuperável de contas a receber e estoques, Imposto de Renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

## 5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

### *a. Consolidação*

#### *i. Controladas e controlada em conjunto*

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Companhia.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. Nos casos em que o controle é tido em conjunto, a consolidação das informações financeiras intermediárias é feita proporcionalmente ao percentual de participação.

Na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações financeiras intermediárias

## Notas Explicativas

consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

### ii. Empresas incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas:

	Porcentagem de participação			
	30/09/12		31/12/11	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. (a)	33,33	-	33,33	-
M.Dias Branco International Trading LLC (b)	100,00	-	100,00	-
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A (b)	-	100,00	-	100,00
M.Dias Branco Argentina S.A. (c)	100,00	-	98,33	1,66
Adria Alimentos do Brasil Ltda. (e)	-	-	100,00	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	99,9996	-	99,9996	-
NPAP Alimentos S.A. (e)	-	-	-	99,9996
Pelágio Participações S.A (d)	-	-	100,00	-
Pelágio Oliveira S.A. (g)	-	-	-	100,00
J.Brandão Comércio e Industria Ltda. (f)	-	-	99,9999	-
Moinho Santa Lúcia Ltda.	100,00	-	-	-

(a) Investimento com controle compartilhado.

(b) Investimentos no exterior.

(c) Investimentos no exterior em fase pré-operacional.

(d) Holding que detinha 100% do capital da Pelágio Oliveira S.A, incorporada em 30 de junho de 2012.

(e) Companhias incorporadas em 30 de março de 2012.

(f) Empresa incorporada em 30 de abril de 2012 pela Pelágio Oliveira S.A.

(g) Companhia incorporada em 31 de agosto de 2012.

### Características principais das entidades incluídas na consolidação

#### *Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.*

A Tergran foi constituída em 22 de setembro de 1996, com prazo de duração até 30 de setembro de 2026, e tem como objeto social a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, importação, exportação e comercialização de grãos e subprodutos. Seus atuais sócios são J. Macedo S.A. e Grande Moinho Cearense S.A., dois concorrentes no segmento de moagem de trigo, e a própria Companhia, os quais detêm participações iguais no capital social, nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado da administração da Tergran. A Tergran encarrega-se da descarga e da armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade e reduzir custos na descarga dos navios cargueiros de trigo para os três sócios.

#### *M. Dias Branco International Trading LLC*

A M. Dias Branco International Trading LLC, sediada nos Estados Unidos da América, é controlada direta e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que a Companhia utiliza em seu processo

## Notas Explicativas

produtivo.

### ***M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A.***

A M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A. é controlada indireta e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente, o trigo para moagem que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

### ***M. Dias Branco Argentina S.A.***

A Companhia constituiu uma sociedade anônima com sede em Buenos Aires, Argentina, com os objetivos principais de adquirir, importar e exportar trigo em grão, farinha de trigo e seus derivados. Criada com o intuito de reduzir o custo da Companhia com a compra do trigo em grão e da farinha de trigo, a mencionada sociedade até o momento não iniciou suas atividades.

### ***Indústria de Alimentos Bomgosto e Moinho Santa Lúcia Ltda.***

As controladas Indústria de Alimentos Bomgosto e Moinho Santa Lúcia Ltda tem como objeto social, entre outros, a industrialização, a comercialização e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos e massas. As demais características dessas entidades já foram mencionadas na Nota Explicativa nº 1.

### ***b. Combinação de negócios e ágio***

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, que representa o momento em que o controle é transferido para o Grupo. Os ativos e passivos adquiridos numa combinação de negócios são reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data de aquisição.

O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; mais
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; menos
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra vantajosa é reconhecido imediatamente na demonstração de resultado do período.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, nos quais o Grupo incorre em relação a uma combinação de negócios, serão reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

### ***c. Conversão de saldos em moeda estrangeira***

#### ***i. Transações e saldos em moeda estrangeira***

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais

## Notas Explicativas

das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

### ii. *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior foram convertidos para Real pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As variações cambiais de investimentos no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

### d. *Instrumentos financeiros*

#### *Ativos financeiros não derivativos*

O Grupo possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa. O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados:

- (i) Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado: um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial e quando o Grupo gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado financeiro quando incorridos, assim como as flutuações do valor justo.
- (ii) Investimentos mantidos até o vencimento: quando o Grupo tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório

## Notas Explicativas

de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderá resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedirá o Grupo de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

- (iii) Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa, clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo.

- (iv) Ativos financeiros disponíveis para a venda: quando o Grupo destina como tal ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

O Grupo não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

### *Passivos financeiros não derivativos*

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, há um direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

## Notas Explicativas

### *Capital social*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo no encerramento do exercício.

Instrumentos próprios de capital que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados relativos à compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos próprios de capital da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e o valor da transação é reconhecida em outras reservas de lucro.

### *Instrumentos financeiros derivativos*

O Grupo mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros nos contratos de financiamentos de insumos (trigo e óleo). Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato derivativo é contratado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo. Tais derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado.

### **e. Estoques**

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

### **f. Investimentos**

Nas informações financeiras intermediárias individuais da Controladora, os investimentos em controladas e controlada em conjunto que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para redução do valor recuperável, quando aplicável.

### **g. Ativo imobilizado**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável,

## Notas Explicativas

aplicando-se o método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11 — Imobilizado — e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. As benfeitorias realizadas em terrenos arrendados são amortizadas pelo prazo do contrato.

Gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos e vida útil do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou sua venda. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva.

### ***h. Ativos intangíveis***

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis do Grupo compreendem:

- (i) Os ativos intangíveis com vida útil definida – *softwares que* são amortizados por um prazo de cinco anos, definido com base no tempo de vida útil estimado e que reflete o benefício econômico do ativo intangível, cujo registro é feito na demonstração do resultado do período, na rubrica “Depreciações e amortizações”.
- (ii) Os ativos adquiridos por meio de combinação de negócios que correspondem a ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e marca. Tais ativos têm vida útil indefinida, não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado anualmente. O custo desses ativos corresponde ao valor justo na data da aquisição, e após o reconhecimento inicial, esses ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos das perdas acumuladas de valor recuperável.

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas informações financeiras intermediárias consolidadas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

## Notas Explicativas

### *i. Redução ao valor recuperável*

#### (i) Ativos financeiros

Na data de cada demonstração financeira, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

#### *Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado*

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos.

#### (ii) Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de

## Notas Explicativas

avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

### *Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura*

O teste de perda por redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou sempre que houver uma indicação de desvalorização do valor contábil.

### *Ativos intangíveis*

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a unidade geradora de caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a ela (ou grupo de unidade geradora de caixa), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta unidade geradora de caixa (ou grupo de unidade geradora de caixa) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### ***j. Passivos circulante e não circulante***

Os passivos circulantes e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável e relevante os passivos circulante e não circulante são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de

## Notas Explicativas

face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### ***k. Provisões***

Provisões são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando o Grupo espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

### ***l. Benefícios a empregados***

O Grupo concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

### ***m. Subvenção governamental***

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

### ***n. Pagamentos de arrendamentos***

No começo de um contrato o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao Grupo de controlar o uso do ativo subjacente.

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração de resultado em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

O Grupo possui exclusivamente contratos de arrendamento operacional, cujos pagamentos efetuados são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

### ***o. Receita operacional***

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à

## Notas Explicativas

propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que em geral ocorre na sua entrega, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

### *p. Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas comerciais. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

### *q. Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes e diferidos*

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, corrente e diferido, são reconhecidos na demonstração do resultado do período, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em que os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O Grupo é beneficiário de incentivos fiscais do imposto de renda, conforme mencionado na Nota Explicativa nº - 21 Subvenções governamentais.

#### *i. Correntes*

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

## Notas Explicativas

### *ii. Diferidos*

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos na extensão de todas as diferenças temporárias e de créditos fiscais não utilizados, em que seja provável a existência de base tributável positiva, na qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos e da contribuição social diferidos ativos é revisto a cada data do balanço e é reduzido até o limite em que não se torna mais provável que os lucros tributáveis disponíveis poderão permitir a utilização do crédito fiscal.

Os montantes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e/ou quando o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos se relacionam com o Imposto de Renda e a Contribuição Social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 19.

Conforme dispunha o artigo 15 da MP nº 449/08 (atual art. 15 da Lei nº 11.941/09), o Grupo optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, de forma a garantir, na determinação dos valores efetivamente devidos desses tributos, a neutralidade quanto a eventuais efeitos tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

### *r. Resultado por ação*

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação.

### *s. Segmento de negócios*

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da Companhia na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

O Grupo atua no segmento alimentício com quatro linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha e farelo, margarinas e gorduras vegetais, bolos e *snacks*. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte do Grupo não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado, nem com informação financeira individualizada disponível.

## Notas Explicativas

Dessa forma, tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

### t. *Ajuste a valor presente*

O Grupo não mantém saldo em aberto de direitos nem obrigações de longo prazo que requer o registro do ajuste a valor presente. No entanto, tem como prática avaliar os saldos de direitos e obrigações de curto prazo, em especial clientes e fornecedores, no sentido de evidenciar efeitos de caráter relevante no ajuste a valor presente.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco da transação que em geral está baseada na taxa CDI. Quando relevante, a contrapartida dos ajustes a valor presente de clientes é contabilizada contra a receita bruta no resultado, e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo é considerada receita financeira e será apropriada ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. No caso de ajuste a valor presente de fornecedores, a contrapartida é contabilizada contra o custo dos produtos vendidos, e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é considerada despesa financeira e será apropriada ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

### u. *Demonstrações de valor adicionado*

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras intermediárias conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

## 6 Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Caixa e bancos	16.781	17.419	26.359	25.919
Aplicações financeiras em renda fixa	105.844	49.163	143.952	69.404
	<u>122.625</u>	<u>66.582</u>	<u>170.311</u>	<u>95.323</u>

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário à rentabilidade média de 100,54% (100,96% em 31 de dezembro 2011) e estão destinadas à negociação imediata e disponíveis para utilização nas operações da Companhia. Ressaltamos que tais aplicações

**Notas Explicativas**

têm liquidez diária num prazo inferior a 90 dias, independentemente de seu prazo de vencimento. Elas poderão ser resgatadas a partir do início da sua liquidez diária, a qualquer tempo, e sem perdas de seus rendimentos. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

**7 Contas a receber de clientes****Composição dos saldos**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>
Circulante:				
No país	334.419	164.331	446.923	366.495
No exterior	1.224	-	1.224	1.970
(-) Provisão para redução a valor recuperável	(9.728)	(5.646)	(17.834)	(15.779)
Total	<u>325.915</u>	<u>158.685</u>	<u>430.313</u>	<u>352.686</u>
(-) Partes relacionadas	(19.949)	(22.275)	-	-
Contas a receber	<u>305.966</u>	<u>136.410</u>	<u>430.313</u>	<u>352.686</u>

**Composição**

<b>Descrição</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>
<b>A vencer</b>	<u>280.315</u>	<u>142.351</u>	<u>373.557</u>	<u>314.620</u>
<b>Vencidas</b>	<u>55.328</u>	<u>21.980</u>	<u>74.590</u>	<u>53.845</u>
1 a 60 dias	35.339	17.174	44.945	30.816
61 a 90 dias	1.615	171	962	855
91 a 180 dias	2.234	366	2.955	2.317
181 a 360 dias	3.691	664	4.655	3.971
mais de 360 dias	12.449	3.605	21.073	15.886
Subtotal	<u>335.643</u>	<u>164.331</u>	<u>448.147</u>	<u>368.465</u>
(-) Provisão para redução a valor recuperável	(9.728)	(5.646)	(17.834)	(15.779)
Contas a receber	<u>325.915</u>	<u>158.685</u>	<u>430.313</u>	<u>352.686</u>

A provisão para redução do valor recuperável é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos principais clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação do Grupo, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese.

## Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2012, o valor de R\$5.919, vencidos há mais de 282 dias na controlada Pelágio Oliveira S.A. incorporada recentemente, encontra-se garantido pelo contrato de compra e venda de ações. Caso os valores não sejam recebidos até 360 dias da data de aquisição deverão ser abatidos do saldo da dívida.

A movimentação da provisão para redução do valor recuperável foi como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b><u>5.646</u></b>	<b><u>15.779</u></b>
Constituição de provisão	6.382	9.177
Reversões/ Baixas	(6.344)	(7.122)
Incorporação-Adria	4.044	-
<b>Saldo em 30 de setembro de 2012</b>	<b><u>9.728</u></b>	<b><u>17.834</u></b>

As contas classificadas no ativo circulante foram trazidas a valor presente em 30 de setembro de 2012 com base na taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário, correspondente a 9,43% a.a. Contudo, tal avaliação, assim como a realizada em 31 de dezembro de 2011, não apresentou diferenças significativas, diante do curto prazo médio de recebimento de 44 dias (45 dias aproximadamente para 31 de dezembro de 2011) da maioria dos créditos do Grupo. Por essa razão, tais diferenças não foram levadas a efeito no resultado, a exemplo do que ocorreu com as contas a pagar de curto prazo.

## 8 Estoques

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Produtos acabados	55.159	29.233	80.161	67.153
Produtos em elaboração	17.070	14.933	17.304	15.385
Matérias-primas	150.736	93.820	177.657	141.690
Materiais de embalagens e almoxarifado	52.812	34.301	69.933	61.314
Materiais auxiliares e de manutenção	9.469	6.261	10.472	10.089
Importações em andamento	25.143	12.325	25.142	12.325
	<u>310.389</u>	<u>190.873</u>	<u>380.669</u>	<u>307.956</u>

A Companhia e suas controladas têm como política de avaliação da obsolescência de estoques o controle de data de validade dos itens e a análise daqueles sem movimentação há mais de 180 dias.

No processo de avaliação realizado durante o terceiro trimestre não foi identificado valores que refletissem perdas materiais, assim como aconteceu nos demais períodos.

## Notas Explicativas

### 9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
ICMS	110.393	86.273	126.997	105.746
Imposto de renda e contribuição social	3.196	28.019	5.857	35.970
PIS e COFINS	425	245	1.634	4.650
Imposto de renda retido na fonte	941	1.012	996	1.211
Outros	5.247	4.633	5.248	4.770
<b>Total</b>	<b>120.202</b>	<b>120.182</b>	<b>140.732</b>	<b>152.347</b>
Circulante	(42.967)	(47.853)	(58.339)	(71.953)
Não circulante	77.235	72.329	82.393	80.394

Os impostos a recuperar têm a seguinte origem: (i) ICMS: trata-se substancialmente de (a) créditos de aquisição de ativo imobilizado e (b) créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ n°s 46/00 e 50/05, e para Zona Franca de Manaus, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária, entre outros; (ii) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), decorrente, principalmente, da exclusão nas bases de cálculos dos tributos, dos juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas em dezembro de 2011; (iii) PIS e COFINS, crédito decorrente de pagamento a maior e sobre aquisição de insumos; (iv) Imposto de Renda Retido na Fonte: crédito decorrente de rendimentos de aplicações financeiras.

### 10 Investimentos

#### a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Participações em companhias controladas	948.201	1.106.953	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	89.187	219.509	-	-
Adiantamento para subscrição de capital	28.000	7.805	-	-
Subtotal dos investimentos em controladas diretas	1.065.388	1.334.267	-	-
(-)Lucros não realizados em operações com controlada	-	(3.380)	-	-
Outros	127	89	140	140
<b>Total</b>	<b>1.065.515</b>	<b>1.330.976</b>	<b>140</b>	<b>140</b>

**Notas Explicativas*****b. Movimentação dos investimentos em controladas diretas***

	M.Dias Argentina S.A.	Tergran- Terminal de Grão de Fortaleza Ltda.	M.Dias Branco International Trading LLC	Adria Alimentos do Brasil Ltda.	Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda	Pelágio Participações S.A.	J.Brandão Comércio e Indústria Ltda.	Moinho Santa Lúcia Ltda.	Total
Saldos em 31 dezembro de 2011	<u>5</u>	<u>3.335</u>	<u>156</u>	<u>207.652</u>	<u>875.783</u>	<u>212.173</u>	<u>35.163</u>	-	<u>1.334.267</u>
Equivalência patrimonial	-	50	(15)	1.690	56.266	(4.229)	1.542	(5.867)	49.437
Variação cambial	-	-	(17)	-	-	-	-	-	(17)
Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	90.000	90.000
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	17.950	17.950
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	28.000	61.217	732	-	89.949
Acervo Patrimonial -Adria	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Baixa-Incorporação	-	-	-	(209.342)	-	(269.161)	(37.437)	-	(515.940)
Distribuição de Lucros	-	(259)	-	-	-	-	-	-	(259)
Saldos em 30 setembro de 2012	<u><u>6</u></u>	<u><u>3.126</u></u>	<u><u>124</u></u>	<u><u>=</u></u>	<u><u>960.049</u></u>	<u><u>=</u></u>	<u><u>=</u></u>	<u><u>102.083</u></u>	<u><u>1.065.388</u></u>

## Notas Explicativas

## c. Informações das controladas e controlada em conjunto

	Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.		Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda		M. Dias Branco Argentina S.A		Adria Alimentos do Brasil Ltda.		M. Dias Branco International Trading LLC		Pelágio Participações S.A		J. Brandão Com. e Indústria Ltda.		Moinho Santa Lúcia Ltda.	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11	30/09/12	30/09/12
Capital social	9.204	9.204	663.918	661.202	134	131	-	55.191	113	113	-	64.592	-	8.000	-	28.394
Quotas (ações)																
possuídas	3.038	3.038	663.918	661.202	134	131	-	55.191	113	113	-	64.592	-	8.000	-	28.394
Ativo circulante	5.470	5.420	235.722	170.340	6	5	-	144.260	65	75	-	60.723	-	8.055	-	26.509
Ativo não circulante	5.038	5.109	1.007.000	992.716	-	-	-	173.728	87	107	-	92.204	-	8.243	-	28.910
Total de Ativos	10.508	10.529	1.242.272	1.163.056	6	5	-	317.988	152	182	-	152.927	-	16.298	-	55.419
Passivo circulante	1.130	523	147.266	88.616	-	-	-	66.054	-	-	-	94.751	-	1.521	-	22.146
Passivo não circulante	-	-	162.954	198.654	-	-	-	44.282	28	26	-	51.644	-	1.288	-	20.377
Total de passivos	1.130	523	310.220	287.270	-	-	-	110.336	28	26	-	146.395	-	2.809	-	42.523
Patrimônio líquido	9.378	10.006	932.052	875.786	6	5	-	207.652	124	156	-	6.532	-	13.489	-	12.896
(a)																
Equivalência patrimonial	50	257	56.266	55.168	-	(5)	-	21.064	(15)	(200)	-	(295)	-	(175)	-	(5.867)
Participação no capital social no final do período - % (b)	33,33%	33,33%	100,00%	100,00%	100,00%	98,33%	-	100,00%	100,00%	100,00%	-	100,00%	-	100,00%	-	100,00%
Participação no patrimônio líquido (a x b)	3.126	3.335	932.052	875.786	6	5	-	207.652	124	156	-	6.532	-	13.489	-	12.896

	Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.		Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda		M. Dias Branco Argentina S.A		Adria Alimentos do Brasil Ltda.		M. Dias Branco International Trading LLC		Pelágio Participações S.A		J. Brandão Com. e Indústria Ltda.		Moinho Santa Lúcia Ltda.	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/12
Receitas	6.696	7.137	675.896	538.930	-	-	144.901	453.870	-	-	161.455	-	7.144	-	-	24.460
Despesas	(6.546)	(6.331)	(619.630)	(494.046)	-	(5)	(143.211)	(439.113)	(15)	(200)	(165.723)	-	(5.602)	-	-	(30.327)
Lucro (prejuízo) líquido do período	150	806	56.266	44.884	-	(5)	1.690	14.757	(15)	(200)	(4.268)	-	1.542	-	-	(5.867)

**Notas Explicativas****11 Imobilizado*****Movimentação do imobilizado - Custo (Controladora)***

<b>Custo</b>	<b><u>Edificações</u></b>	<b><u>Máquinas e equipamentos</u></b>	<b><u>Móveis e utensílios</u></b>	<b><u>Veículos</u></b>	<b><u>Instalações</u></b>	<b><u>Outros</u></b>	<b><u>Total</u></b>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<b>321.717</b>	<b>566.517</b>	<b>26.296</b>	<b>34.700</b>	<b>86.490</b>	<b>104.759</b>	<b>1.140.479</b>
Incorporação Adria e Pelágio	84.160	256.383	13.602	15.123	6.651	65.110	441.029
Adições	193	1.780	678	707	196	41.533	45.087
Baixas	-	(1.045)	(90)	(345)	-	(1.000)	(2.480)
Transferências	<u>238</u>	<u>45.385</u>	<u>458</u>	<u>520</u>	<u>258</u>	<u>(46.859)</u>	-
Saldo em 30 de setembro de 2012	<b>406.308</b>	<b>869.020</b>	<b>40.944</b>	<b>50.705</b>	<b>93.595</b>	<b>163.543</b>	<b>1.624.115</b>

***Movimentação do imobilizado - Depreciação (Controladora)***

<b>Depreciação</b>	<b><u>Edificações</u></b>	<b><u>Máquinas e equipamentos</u></b>	<b><u>Móveis e utensílios</u></b>	<b><u>Veículos</u></b>	<b><u>Instalações</u></b>	<b><u>Outros</u></b>	<b><u>Total</u></b>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<b>(95.147)</b>	<b>(335.592)</b>	<b>(16.839)</b>	<b>(30.281)</b>	<b>(47.488)</b>	<b>(24.350)</b>	<b>(549.697)</b>
Incorporação Adria e Pelágio	(19.941)	(125.028)	(6.039)	(10.482)	(4.023)	(5.139)	(170.652)
Depreciação/Amortização	(7.948)	(21.545)	(2.057)	(642)	(3.391)	(1.241)	(36.824)
Baixas	-	932	62	88	-	614	1.696
Transferências	-	(446)	(22)	88	-	380	-
Saldo em 30 de setembro de 2012	<b>(123.036)</b>	<b>(481.679)</b>	<b>(24.895)</b>	<b>(41.229)</b>	<b>(54.902)</b>	<b>(29.736)</b>	<b>(755.477)</b>
Saldos líquidos							
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<b>226.570</b>	<b>230.925</b>	<b>9.457</b>	<b>4.419</b>	<b>39.002</b>	<b>80.409</b>	<b>590.782</b>
Saldo em 30 de setembro de 2012	<b>283.272</b>	<b>387.341</b>	<b>16.049</b>	<b>9.476</b>	<b>38.693</b>	<b>133.807</b>	<b>868.638</b>

**Notas Explicativas*****Movimentação do imobilizado - Custo (Consolidado)***

<b>Custo</b>	<b><u>Edificações</u></b>	<b><u>Máquinas e equipamentos</u></b>	<b><u>Móveis e utensílios</u></b>	<b><u>Veículos</u></b>	<b><u>Instalações</u></b>	<b><u>Outros</u></b>	<b><u>Total</u></b>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<b>446.901</b>	<b>884.239</b>	<b>40.130</b>	<b>45.760</b>	<b>129.027</b>	<b>349.801</b>	<b>1.895.858</b>
Combinação de negócio (ii)	2.791	40.205	497	1.443	5.881	919	51.736
Diferença de Valor Justo Pelágio (iii)	7.525	49.668	(169)	12	-	6.235	63.271
Adições	201	2.803	743	708	249	79.806 <sup>(i)</sup>	84.510
Baixas	-	(1.394)	(95)	(346)	(117)	(1.435)	(3.387)
Transferências	1.484	63.106	1.005	807	8.028	(74.430)	-
Saldo em 30 de setembro de 2012	<b>458.902</b>	<b>1.038.627</b>	<b>42.111</b>	<b>48.384</b>	<b>143.068</b>	<b>360.896</b>	<b>2.091.988</b>

Nota: <sup>(i)</sup> refere-se substancialmente a máquinas em montagem (R\$63.750), Obras em andamento (R\$11.038) e Outros (R\$ 5.018); <sup>(ii)</sup> Refere-se à aquisição do Moinho Santa Lúcia; <sup>(iii)</sup> Diferença entre o valor contábil e valor justo do bens apurada no processo de aquisição da Pelágio.

***Movimentação do imobilizado - Depreciação (Consolidado)***

<b>Depreciação</b>	<b><u>Edificações</u></b>	<b><u>Máquinas e equipamentos</u></b>	<b><u>Móveis e utensílios</u></b>	<b><u>Veículos</u></b>	<b><u>Instalações</u></b>	<b><u>Outros</u></b>	<b><u>Total</u></b>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<b>(112.776)</b>	<b>(457.970)</b>	<b>(23.651)</b>	<b>(35.747)</b>	<b>(54.723)</b>	<b>(29.676)</b>	<b>(714.543)</b>
Combinação de negócio (ii)	(1.050)	(17.718)	(311)	(1.416)	(1.557)	(381)	(22.433)
Depreciação/Amortização	(11.661)	(33.566)	(3.029)	(1.166)	(5.571)	(2.823)	(57.816)
Baixas	-	1.092	66	89	4	875	2.126
Transferências	-	(462)	(4)	88	-	378	-
Saldo em 30 de setembro de 2012	<b>(125.487)</b>	<b>(508.624)</b>	<b>(26.929)</b>	<b>(38.152)</b>	<b>(61.847)</b>	<b>(31.627)</b>	<b>(792.666)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>334.125</b>	<b>426.269</b>	<b>16.479</b>	<b>10.013</b>	<b>74.304</b>	<b>320.125</b>	<b>1.181.315</b>
<b>Saldo em 30 de setembro de 2012</b>	<b>333.415</b>	<b>530.003</b>	<b>15.182</b>	<b>10.232</b>	<b>81.221</b>	<b>329.269</b>	<b>1.299.322</b>

## Notas Explicativas

As taxas de depreciação que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado estão assim demonstradas:

	<b><u>Taxas de depreciação (a.a)</u></b>	
	<b>30/09/2012</b>	<b>31/12/11</b>
Máquinas e equipamentos	7,21%	6,93%
Instalações	7,27%	6,73%
Edificações	3,47%	3,37%
Benfeitorias	3,25%	3,33%
Veículos	9,48%	10,52%
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de computação	20%	20%
Peças para reposição	20%	20%
Outros	10,50%	10,39%

A depreciação reconhecida no resultado consolidado em 30 de setembro de 2012 foi de R\$ 58.356 (R\$ 47.028 em 30 de setembro de 2011).

Em 30 de setembro de 2012, o valor dos bens dado em garantia em operações diversas representava o montante de R\$361.047(R\$351.831 em 31 de dezembro de 2011) sem considerar depreciações acumuladas.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o período findo em 30 de setembro de 2012 foi de R\$ 234 (R\$671 em 31 dezembro de 2011). A taxa média utilizada para capitalização foi de 5,78% em 30 de setembro de 2012 (4,51% em 31 de dezembro de 2011).

Anualmente, o ativo imobilizado do Grupo é submetido a análises de indicação de perda de seu valor recuperável. Em 30 de setembro de 2012, após análise de fontes externas e internas de informação, os ativos não apresentaram qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

**Notas Explicativas****12 Intangível**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>
Marcas	97.343	1.655	238.169	216.376
(-) Amortização acumulada	<u>(19.033)</u>	<u>-</u>	<u>(19.033)</u>	<u>(19.033)</u>
	78.310	1.655	219.136	197.343
Software	19.241	10.786	19.811	14.746
(-) Amortização acumulada	<u>(7.794)</u>	<u>(5.765)</u>	<u>(8.278)</u>	<u>(7.004)</u>
	11.447	5.021	11.533	7.742
Ágio pago por rentabilidade futura	179.787	-	697.625	686.134
(-) Amortização acumulada	<u>(29.996)</u>	<u>-</u>	<u>(29.996)</u>	<u>(29.996)</u>
	149.791	-	667.629	656.138
	<b><u>239.548</u></b>	<b><u>6.676</u></b>	<b><u>898.298</u></b>	<b><u>861.223</u></b>

O saldo de ágio pago sobre rentabilidade futura tem vida útil indefinida e está representado pelas seguintes transações: (i) ágio decorrente de acervo líquido de empresa Craiova Participações Ltda. incorporada à Adria Alimentos do Brasil Ltda., controlada recentemente extinta também por incorporação, em data anterior a sua aquisição, no montante de R\$ 9.384; (ii) aquisição da Adria Alimentos do Brasil Ltda, no valor de R\$ 34.037; (iii) aquisição da Vitarella, no montante de R\$ 400.710; (iv) aquisição da Pilar, no montante de R\$ 27.941; (v) aquisição da Pelágio e J. Brandão, no montante de R\$106.370 (R\$ 127.882 em 30 de junho de 2012); (vi) aquisição do Moinho Santa Lúcia, no montante de R\$ 89.187 ainda estimado.

Desde janeiro de 2009 foi vedada a amortização contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, passando estes ativos a serem submetidos anualmente ao teste de recuperabilidade (impairment), conforme disposto no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Os ativos marcas, software e ágio pago por rentabilidade futura apresentaram a seguinte movimentação:

**Notas Explicativas**

	Controladora			Consolidado		
	Software (vida útil estimada -5 anos)	Marcas (*)	Ágio (na Aquisição de investimentos)	Software (vida útil estimada -5 anos)	Marcas (*)	Ágio (rentabilidade futura) (*)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b><u>5.021</u></b>	<b><u>1.655</u></b>	<b>=</b>	<b><u>7.742</u></b>	<b><u>197.343</u></b>	<b><u>656.138</u></b>
Aquisições	4.760	180	-	5.024	21.793	11.491
Amortizações	(723)	-	-	(1.233)	=	=
Incorporação Adria/Pelágio	<u>2.389</u>	<u>76.475</u>	<u>149.791</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Saldo em 30 de Setembro de 2012</b>	<b><u>11.447</u></b>	<b><u>78.310</u></b>	<b><u>149.791</u></b>	<b><u>11.533</u></b>	<b><u>219.136</u></b>	<b><u>667.629</u></b>

(\*) vida útil indefinida

No caso das marcas e patentes, o valor está substancialmente representado pela marca Vitarella, no valor de R\$ 107.011, marca Pilar, no valor de R\$ 33.815 e marcas Estrela, Pelaggio e Salsito, no montante de R\$75.559.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, a Companhia está em fase de avaliação dos ativos adquiridos e passivos assumidos na transação de compra do Moinho Santa Lúcia Ltda. para fins de alocação do preço de aquisição. Desta forma, até que a referida avaliação seja concluída, o valor atribuído ao ágio pago por rentabilidade futura na transação é provisório, porém reflete a melhor estimativa da Companhia no momento.

O Grupo não possui ágio gerado internamente, e registrou como despesa os gastos com pesquisa e desenvolvimento no valor de R\$ 3.063 no período findo em 30 de setembro de 2012 (R\$ 2.185 em 30 de setembro de 2011).

***Teste de valor recuperável do ágio e marca***

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo aplicou teste de recuperação do valor contábil dos ágios e do ativo intangível marca, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado das unidades que lhes deram origem - as controladas Adria, Vitarella e PILAR - tomando por base o conjunto de bens utilizados em suas operações.

Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento do orçamento anual do Grupo, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

## Notas Explicativas

De acordo com as técnicas de avaliação de empresa, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um exercício de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais:

- As receitas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual de 4,6% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro;
- Os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico do Grupo, e sua expectativa quanto à evolução dos custos dos insumos no contexto do crescimento das vendas projetado;
- Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para suportar o crescimento das vendas;
- Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto de 11,3% (12,2% em 2010). A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do exercício de 5 anos foi de 4,5% (4,5% em 2010).

Nesse processo de avaliação, o valor das empresas obtidos nos testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

Em 30 de setembro de 2012, os ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio e marcas) não apresentavam indicativos de perda.

### 13 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, bem como as transações que influenciaram o resultado dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo, profissionais-chave da administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador. O acionista controlador é DIBRA Fundo de Investimentos em Participações.

A seguir apresentamos a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transação:

<b>Partes Relacionadas</b>	<b>Principal natureza das transações</b>
<b>Controladas</b>	
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. (Vitarella)	Compra e venda de produtos industrializados;
Adria Alimentos do Brasil Ltda. (*)	Compra e venda de produtos industrializados;
NPAP Alimentos S.A. (*)	Compra e venda de produtos industrializados;
Pelágio Oliveira S.A. (*)	Compra de produtos industrializados;
J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. (*)	Compra de produtos industrializados;
Moinho Santa Lúcia Ltda.	Compra e venda de produtos industrializados;
M. Dias Trading LLC	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período;
M. Dias Branco Trading Uruguay	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período;
M. Dias Branco Argentina S.A.	Compra de matéria-prima (pré-operacional);
<b>Controlada em conjunto</b>	
Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Prestação de serviço na descarga de trigo;

## Notas Explicativas

<u>Partes Relacionadas</u>	<u>Principal natureza das transações</u>
<p><b>Outras partes relacionadas</b></p> <p>Dias Branco Administração e Participação Ltda.            Idibra Participações Ltda.            Petroposto Com. de Derivados de Petróleo Ltda.            Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda.</p> <p>LDB Transporte de Cargas Ltda.            Terminal Portuário Cotegipe S.A.</p> <p>Porto Cotegipe Logística Ltda.            Rowena S.A.</p>	<p>Ressarcimento de despesas comuns;            Prestação de serviço em construção civil;            Compra de combustível;            Prestação de serviço de hospedagem de funcionários e prestadores de serviço;            Transporte de cargas;            Prestação de serviço na descarga de trigo e venda de ativos imobilizados;            Não houve transações no período;            Arrendamento de aeronave;</p>

(\*) *Empresas incorporadas em 2012*

Há também as seguintes empresas que se enquadram como parte relacionada, contudo o Grupo não mantém transações: IWS Construções Ltda, IMC Intermediação e Administração de Negócios Ltda., Apodi Transporte e Locação Ltda., Companhia Industrial de Cimento Apodi e Hotel Praia Mar Ltda.

A controladora M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos é avalista em dois contratos firmados pela sociedade Terminal Portuário Cotegipe Ltda., antiga controlada, junto ao Banco do Nordeste do Brasil para financiamento das obras físicas e pela hipoteca do imóvel onde está instalada a unidade industrial no município de Salvador (BA). Nessa operação não foi cobrada nenhuma contraprestação pela concessão de aval, o contrato tem vencimento em junho de 2015 e o saldo em aberto em 30 de setembro de 2012 é de R\$12.209 (R\$15.555 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia não tem conhecimento de fatos ou circunstâncias que indiquem situação de desconformidade com qualquer desses contratos nos quais é avalista.

A Companhia é comodante em alguns contratos de comodato de bens móveis e imóveis com a Vitarella, bem como com as partes relacionadas Dias Branco Administração Participações Ltda. e Idibra Participações Ltda.

A controlada Vitarella firmou contrato de prestação de serviço de empreitada com Idibra Participações Ltda. para execução de obras civis destinadas a ampliação de suas instalações. Até 30 de setembro de 2012 o valor pago por tais serviços foi de R\$2.210.

### ***Condições das transações com as principais partes relacionadas***

As operações entre as partes relacionadas são realizadas em condições e prazos acordados entre as partes, vigentes à época de cada transação, onde os preços praticados podem variar conforme o tipo de produto que é vendido. No caso das transações realizadas com as controladas Adria, Vitarella, Pilar, Pelágio e J.Brandão a condição de venda é com prazo de pagamento de 20 dias após o faturamento. No caso das controladas M. Dias Branco International Trading LLC e M. Dias Branco International Trading Uruguay, fazem o processo de intermediação da compra de trigo para Companhia, repassando o produto adquirido no exterior pelo preço de aquisição, o qual segue rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigente no momento de cada operação. O pagamento a essas controladas é feito à vista, com recursos obtidos em financiamento no exterior, com prazo de 360 dias para pagamento.

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

**Notas Explicativas**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
<b>Ativo circulante</b>				
<b>Contas a receber</b>				
Adria Alimentos do Brsil Ltda.	-	12.167	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	8.585	9.453	-	-
NPAP Alimentos S.A.	-	655	-	-
Moinho Santa Lúcia Ltda.	11.364	-	-	-
	<u>19.949</u>	<u>22.275</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Outras contas a receber</b>				
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda	26	31	-	-
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	42	68	42	68
	<u>68</u>	<u>99</u>	<u>42</u>	<u>68</u>
<b>Adiantamento de Fornecedor</b>				
Idibra Participações Ltda	-	-	-	126
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>126</u>
<b>Fornecedores</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	-	110	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	228	-	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda	75	-	-	-
Petroposto Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.	-	42	-	42
LDB Transporte de Cargas Ltda.	865	590	865	590
Moinho Santa Lúcia Ltda	22	-	-	-
	<u>1.190</u>	<u>742</u>	<u>865</u>	<u>632</u>
<b>Outras contas a pagar</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	-	74	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.200	1.200	-	-
	<u>1.200</u>	<u>1.274</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivo não-circulante</b>				
<b>Contas a pagar</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	-	10	-	-
M.Dias Branco Tradding LLC	3	3	-	-
	<u>3</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**Notas Explicativas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/12</b>	<b>30/09/11</b>	<b>30/09/12</b>	<b>30/09/11</b>
<b>Resultado</b>				
<b>Receita de venda de produtos</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	51.209	96.386	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	130.873	109.815	-	-
NPAP Alimentos S.A	1.958	1.895	-	-
Pelágio Oliveira S.A	40.717	-	-	-
J.Brandão Comércio e Indústria Ltda	325	-	-	-
Moinho Santa Lúcia Ltda.	12.472	-	-	-
	<u>237.554</u>	<u>208.096</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Custo dos produtos vendidos</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	2.851	-	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	1.954	641	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	2.582	2.336	-	-
NPAP Alimentos S.A	1.704	296	-	-
Pelágio Oliveira S.A	3.335	-	-	-
J.Brandão Comércio e Indústria Ltda.	6.603	-	-	-
	<u>19.029</u>	<u>3.273</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Despesas de vendas</b>				
Petroposto Coml. de Derivados de Petróleo Ltda.	2.467	2.504	2.467	2.504
LDB Transporte de Cargas Ltda.	17.263	13.201	17.263	13.201
	<u>19.730</u>	<u>15.705</u>	<u>19.730</u>	<u>15.705</u>
<b>Despesas administrativas</b>				
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	(4.448)	(4.051)	(4.448)	(4.051)
Rowena S.A.	3.258	2.711	3.258	2.711
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	128	17	102	17
	<u>(1.062)</u>	<u>(1.323)</u>	<u>(1.088)</u>	<u>(1.323)</u>

***Remuneração do pessoal-chave da Administração***

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia registrou o montante de R\$ 11.768 (R\$ 7.571 em 30 de setembro de 2011) relativo à remuneração do pessoal-chave da administração a título de benefícios de curto prazo. Vale salientar que o valor dos honorários da administração evidenciados na demonstração de resultado do período contempla apenas a remuneração direta, tais como salários, pró-labore e gratificações.

A Companhia não concede ao seu pessoal-chave qualquer benefício que não seja de curto prazo, inclusive e especialmente, licença por anos de serviços e benefícios pós-emprego, tais como pensões, benefícios de aposentadoria.

**Notas Explicativas****14 Financiamentos e empréstimos com Instituições Financeiras****Controladora**

	<b>Indexador</b>	<b>Juros (a.a.)</b>	<b>Data de vencimento</b>	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>
<b>Moeda nacional</b>					
BNDES-FINAME	TJLP	2,44%(1,94% em 31.12.11)	15/09/2016	4.773	1.814
BNDES- PSI	R\$	5,56%(5,45% em 31.12.11)	15/09/2022	82.767	38.207
BNDES- PSI	TJLP	6,09%	15/02/2021	1.409	127
BNB – FNE	-	10,00%	15/10/2021	49.785	35.837
MODERMAQ (Pós)	TJLP	0,99%(1,02% em 31.12.11)	15/03/2013	349	1.344
BNDES Automático	TJLP	2,49%	15/07/2014	382	539
BNDES Automático	Tx.Variável	2,49%	15/07/2014	<u>187</u>	<u>244</u>
				<u>139.652</u>	<u>78.112</u>
<b>Moeda estrangeira</b>					
Financiamentos de importação de insumos	USD	2,97%(2,52% em 31.12.11)	28/12/2012	40.958	11.245
Financiamentos de máquinas e equipamentos	CHF	Libor* + 1,50%	30/10/2014	<u>3.389</u>	<u>3.738</u>
				<u>44.347</u>	<u>14.983</u>
				<u>183.999</u>	<u>93.095</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante				<u>(71.595)</u>	<u>(27.534)</u>
Passivo não circulante				<u>112.404</u>	<u>65.561</u>

\* *Libor semestral*

**Notas Explicativas****Consolidado**

Moeda nacional	Indexador	Juros (a.a.)	Data de	30/09/12	31/12/11
			vencimento		
		2,14%(1,97%			
BNDES-FINAME	TJLP	em 31.12.11)	15/09/2016	7.474	11.832
		5,51%(5,07% em			
BNDES- PSI	-	31.12.11)	15/09/2022	102.163	94.785
		6,09%(6,11% em			
BNDES- PSI	URTJLP	31.12.11)	15/02/2021	1.409	1.480
BNB – FNE	-	10,00%	15/10//2021	110.904	95.304
		0,99%(1,03% em			
MODERMAQ (Pós)	TJLP	31.12.11)	15/03/2013	349	1.684
MODERMAQ	-	12,0%	15/04/2012	-	8
BNDES Automático	TJLP	2,49%	15/07/2014	382	539
BNDES Automático	UMBNDDES	2,49%	15/07/2014	187	244
CAPITAL DE GIRO- Pré Fixada	100% CDI	18,49%	15/06/2012	-	18.487
CAPITAL DE GIRO-CDI	-	4,49%	06/12/2012	-	27.677
CONTA GARANTIDA- Pré Fixada	-	23,46%	28/03/2012	-	1.513
CONTA GARANTIDA- CDI	-	4,58%	11/05/2012	-	10.027
PEC- BNDES	URTJLP	6,47%	15/01/2013	-	10.922
				<u>222.868</u>	<u>274.502</u>
<b>Moeda estrangeira</b>					
		2,97%(2,52% em			
Financiamentos de importação de insumos	USD	31.12.11)	28/12/2012	40.958	11.245
Financiamentos de máquinas e equipamentos	USD	4,96%	25/10/2012	-	626
Financiamentos de máquinas e equipamentos	CHF	Libor* + 1,50%	30/10/2014	<u>3.389</u>	<u>3.738</u>
				<u>44.347</u>	<u>15.609</u>
				<u>267.215</u>	<u>290.111</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante				<u>(92.199)</u>	<u>(120.149)</u>
Passivo não circulante				<u>175.016</u>	<u>169.962</u>

\* *Libor semestral*

Os contratos do BNDES e FNE têm o exercício de carência de 12 meses a 36 meses. Os juros são pagos trimestralmente durante o exercício de carência e após o exercício de carência, o vencimento passa a ser mensal, tanto para o valor principal quanto para os juros. Os financiamentos externos para capital de giro, importações de máquinas e equipamentos e financiamentos nacionais de insumos - EGF têm vencimentos semestrais de principal e juros. Os financiamentos de importação de insumos têm vencimentos anuais de principal e juros. Já os financiamentos de capital de giro em moeda nacional têm vencimentos mensais de juros e principal.

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

**Notas Explicativas**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>
Ano de vencimento:				
2013	30.260	16.007	48.932	48.389
2014	28.633	15.939	47.899	37.266
2015	15.751	12.134	26.260	32.420
2016 a 2022	37.760	21.481	51.925	51.887
Total	<u>112.404</u>	<u>65.561</u>	<u>175.016</u>	<u>169.962</u>

Os financiamentos e empréstimos (consolidado) estão garantidos por notas promissórias e alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 292.010 (R\$ 312.170 em 31 de dezembro de 2011).

Os contratos de abertura de crédito de importação de mercadorias, financiamentos externos, financiamentos através das linhas de crédito do BNDES e FNE e capital de giro contêm cláusulas restritivas, habituais para esse tipo de operação, que caso não sejam atendidas, podem fazer com que algumas dessas operações tenham seus vencimentos antecipados.

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária, pois não poderá haver alteração ou modificação da composição do capital social nem incorporação, cisão ou fusão da mesma, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância da instituição financeira contratada; e exigem que a Companhia não possua (i) protestos legítimos, (ii) ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos que, se decididos desfavoravelmente à Companhia, teriam um efeito prejudicial sobre a condição financeira ou que prejudicariam sua capacidade de cumprir suas obrigações contratuais; (iii) bem como, a exigência de que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pela instituição financeira contratada e o FINAME. Atualmente, o Grupo não está incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

**15 Financiamentos de impostos – PROVIN, PROADI e DESENVOLVE**

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimento de origem governamental, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 21 - Subvenções governamentais. Os financiamentos aqui classificados dizem respeito à parcela não incentivada dos tributos e estão baseados no ICMS devido apurado mensalmente.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o saldo dos financiamentos apresentavam a seguinte composição:

**Notas Explicativas****Controladora**

	<b>Indexador</b>	<b>Data de vencimento</b>	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>
<b>Moeda nacional</b>				
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROADI)	TR	10/12/2012	29	30
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	TJLP	31/07/2014	19.171	17.787
Financ. de Tributos Estaduais (DESENVOLVE)	TJLP	20/09/2013	4.273	4.057
			<u>23.473</u>	<u>21.874</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante			<u>(7.959)</u>	<u>(6.857)</u>
Passivo não circulante			<u>15.514</u>	<u>15.017</u>

**Consolidado**

	<b>Indexador</b>	<b>Data de vencimento</b>	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>
<b>Moeda nacional</b>				
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROADI)	TR	10/12/2012	29	30
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	TJLP	31/07/2014	20.493	17.972
Financ. de Tributos Estaduais (DESENVOLVE)	TJLP	20/09/2013	4.273	4.057
			<u>24.795</u>	<u>22.059</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante			<u>(8.651)</u>	<u>(6.928)</u>
Passivo não circulante			<u>16.144</u>	<u>15.131</u>

Os financiamentos de tributos PROADI têm vencimento trimestral. Já o PROVIN, o prazo de vencimento é por triênio, enquanto o DESENVOLVE é anual.

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Ano de vencimento:	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>
2013	12.719	12.088	13.349	12.147
2014	<u>2.795</u>	<u>2.929</u>	<u>2.795</u>	<u>2.984</u>
Total	<u>15.514</u>	<u>15.017</u>	<u>16.144</u>	<u>15.131</u>

Os financiamentos do PROVIN e PROADI estão garantidos por notas promissórias.

**Notas Explicativas****16 Financiamentos diretos - Aquisições de empresas**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Passivo circulante				
Quotas da Vitarella	-	-	52.612	36
Ações da Pelágio/Quotas da J. Brandão	26.705	100.205	26.705	100.205
Quotas do Moinho Santa Lúcia	5.545	-	5.545	-
	<u>32.250</u>	<u>100.205</u>	<u>84.862</u>	<u>100.241</u>
Passivo não circulante				
Quotas da Vitarella/Quotas da Pilar	-	-	24.238	123.034
Ações da Pelágio/Quotas da J. Brandão	42.673	40.082	42.673	40.082
Quotas do Moinho Santa Lúcia	40.671	-	40.671	-
	<u>83.344</u>	<u>40.082</u>	<u>107.582</u>	<u>163.116</u>

O saldo de financiamentos diretos é decorrente da dívida contraída junto aos próprios vendedores para pagamento das quotas da Vitarella, Pilar, J.Brandão, Moinho Santa Lúcia e das ações da Pelágio Participações S.A

No caso da dívida de aquisição da Vitarella, o saldo existente em 30 de setembro de 2012 está representado pela parcela retida do preço de aquisição, no montante de R\$ 52.612, a qual se presta à garantia das contingências exigidas em discussão judicial ou administrativa, a ser amortizada em duas parcelas com vencimentos em 04/10/2012 e em 04/04/2013. Todas as parcelas do preço de aquisição são remuneradas à taxa de 100% do CDI.

No que diz respeito à dívida contraída na aquisição da Pilar, o saldo existente em 30 de setembro de 2012 está representado por um montante de R\$ 24.238 atualizado pela taxa 100% do CDI que será pago em 6 anos. Esse montante se presta à garantia das contingências que por ventura venham a surgir decorrentes de fatos ocorridos até a data de aquisição.

Já a dívida contraída na aquisição da Pelágio e J. Brandão, o saldo existente em 30 de setembro de 2012 está representado por um montante de R\$ 26.705, que será liquidado em 1 parcela com vencimento em 28/12/2012 e por uma parcela retida do preço de aquisição, no montante de R\$ 42.763 a ser paga no prazo de 6 anos da data de aquisição, a qual se presta à garantia das contingências, ambas atualizadas pela taxa 100% do CDI.

No caso da dívida contraída na aquisição do Moinho Santa Lúcia Ltda., o saldo existente em 30 de setembro de 2012 está representado por um montante de R\$ 27.730, que será liquidado em 5 parcelas com vencimento em 25/05/2013, 25/05/2014, 25/05/2015, 25/05/2016 e 25/05/2017 e por uma parcela retida do preço de aquisição, no montante de R\$ 18.397 a ser paga no prazo de 6 anos da data de aquisição, a qual se presta à garantia das contingências, ambas atualizadas pela taxa 100% do CDI.

O pagamento do saldo do instrumento de cessão das quotas da Vitarella está garantido pelo penhor das próprias quotas objeto da compra.

## Notas Explicativas

### 17 Debêntures

Em 30 de janeiro de 2012 foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de até R\$150 milhões, com prazo de vencimento de 36 meses, contados da data de emissão, com pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescidos de uma sobretaxa de 0,50% ao ano.

Em 30 de setembro de 2012 o valor das debêntures estava representado por um montante de R\$151.003 (R\$1.200 no curto prazo e R\$149.803 no longo prazo) já considerando os custos de transação.

### 18 Provisão para contingências

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e sociedades controladas.

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial, e as interpretações jurisprudenciais variam e se aplicam caso a caso, conforme as características peculiares de cada demanda. Em 30 de setembro de 2012, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, 1,56% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 98,44% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso. Já em relação aos processos de natureza tributária 61% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 39% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso.

Destes, somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

As provisões registradas estão subdivididas em:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Trabalhistas e cíveis	31.156	12.717	32.985	31.192
Tributárias	17.750	18.180	24.591	24.668
Outros	1.517	1.517	1.517	1.517
	<u>50.423</u>	<u>32.414</u>	<u>59.093</u>	<u>57.377</u>

## Notas Explicativas

### *Movimentação dos processos no período*

<b>Controladora</b>	<b><u>Cíveis e Trabalhistas</u></b>	<b><u>Tributárias</u></b>	<b><u>Outras</u></b>	<b><u>Total</u></b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b><u>12.717</u></b>	<b><u>18.180</u></b>	<b><u>1.517</u></b>	<b><u>32.414</u></b>
Adições	1.977	206	-	2.183
Incorporação	16.534	435	-	16.969
Baixa /Reversões	(72)	(1.071)	-	(1.143)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2012</b>	<b><u>31.156</u></b>	<b><u>17.750</u></b>	<b><u>1.517</u></b>	<b><u>50.423</u></b>

<b>Consolidado</b>	<b><u>Cíveis e Trabalhistas</u></b>	<b><u>Tributárias</u></b>	<b><u>Outras</u></b>	<b><u>Total</u></b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b><u>31.192</u></b>	<b><u>24.668</u></b>	<b><u>1.517</u></b>	<b><u>57.377</u></b>
Adições	2.539	994	-	3.533
Baixas/reversões	(746)	(1.071)	-	(1.817)
<b>Saldo em 30 de setembro de 2012</b>	<b><u>32.985</u></b>	<b><u>24.591</u></b>	<b><u>1.517</u></b>	<b><u>59.093</u></b>

- **Natureza dos processos**

#### *Cíveis e trabalhistas*

O Grupo figura como réu em aproximadamente 735 processos judiciais de naturezas trabalhista e cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 27.809 e R\$3.811, respectivamente. A maior parte das ações envolve problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por acidente de trabalho e por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição, ações de reparação de danos, dentre outros.

O montante de R\$1.365 relativo a processos judiciais de natureza trabalhista, cuja probabilidade de perda é classificada como possível, foi reconhecido em processo de mensuração de valor justo em combinação de negócios.

## Notas Explicativas

### Tributárias

A provisão para contingências tributárias está composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Autos de infração do IRPJ e da CSLL (a)	13.517	14.383	13.517	14.383
CPMF - Depósito judicial	10	10	10	10
IPI - Depósito judicial (b)	3.787	3.787	3.787	3.787
PIS - Depósito judicial (c)	-	-	1.220	1.080
COFINS - Depósito judicial(c)	-	-	5.620	4.972
Outros	436	-	437	436
	<u>17.750</u>	<u>18.180</u>	<u>24.591</u>	<u>24.668</u>

- (a) A Companhia defende-se de autuações fiscais lavradas em 2004 referentes a supostas irregularidades atinentes à apuração do IRPJ e CSLL. O valor de R\$ 13.517 se refere à parcela dessas autuações onde se estima haver alguma probabilidade de perda provável. O processo encontra-se atualmente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.
- (b) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança para afastar a exigência do IPI incidente sobre aeronaves arrendadas, importadas sob o regime de admissão temporária. A Companhia efetuou depósito judicial no montante total da ação. O processo encontra-se em 2ª instância, na 6ª turma do TRF da 3ª região.
- (c) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança objetivando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo encontra-se em 2ª instância, na 3ª turma do TRF da 5ª região, aguardando julgamento.

O Grupo não atualizou as provisões para contingências integralmente garantidas por depósitos judiciais os quais, da mesma forma, não são atualizados.

Adicionalmente às provisões constituídas, o Grupo possui diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no pólo passivo cujas probabilidades de perda, baseadas na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, totalizando aproximadamente R\$323.059 (R\$ 264.452 em 31 de dezembro de 2011). Dentre os processos, merecem destaque os seguintes:

**Autos de Infração do IRPJ e CSLL:** a Receita Federal do Brasil lavrou 2 autos de infração referentes a exigência de IRPJ e CSLL pelas seguintes supostas irregularidades: (i) não inclusão das subvenções para investimento recebidas dos Estados do Ceará (PROVIN) e Rio Grande do Norte (PROADI) na base de cálculo do IRPJ e da CSLL; (ii) não escrituração do ganho proveniente da referida subvenção no momento em que pagava o tributo (ICMS) sobre o qual o Estado concedente calcula e libera a subvenção para investimento; (iii) não computação de adição da CSLL ao lucro real; (iv) suposta majoração indevida do incentivo fiscal federal concedido pela SUDENE; e (v) multa isolada. Os dois processos têm valor somado de, aproximadamente, R\$ 94.749, atualizados até 30 de setembro de 2012. A Companhia apresentou impugnações aos referidos autos de infração, as quais foram julgadas improcedentes pela

## Notas Explicativas

Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Em face de tais decisões, foram interpostos Recursos Voluntários perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes), os quais foram julgados procedentes, exceto em relação à suposta majoração de incentivo fiscal federal concedido pela SUDENE, o que foi objeto de embargos de declaração ainda não apreciado, para suprir a omissão de não apreciação de ofício da SUDENE, juntado aos autos, que afirma a inexistência da majoração de incentivo alegada no auto de infração. A Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais nos dois processos apenas em respeito à não tributação pelo IRPJ e CSLL das subvenções para investimento recebidas dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, os quais aguardam julgamento. A Companhia já apresentou suas contra-razões em ambos os recursos, bem como continua aguardando o julgamento dos embargos de declaração para, se for o caso, opor o competente recurso especial. A Companhia avalia a possibilidade de êxito como possível, sobre a totalidade da autuação. Contudo, adotando uma posição conservadora, acredita-se existir a probabilidade de perda no montante de até R\$ 13.517, cuja avaliação é de perda provável, já devidamente provisionado.

**Autos de Infração do PIS e COFINS:** foram lavrados dois autos de Infração pela Receita Federal do Brasil visando à exigência de débitos relacionados às contribuições ao PIS e a COFINS relativas aos anos-calendários de 1999 a 2003, tendo em vista o cometimento de três supostas infrações quanto à incidência desses tributos sobre receitas alheias ao faturamento *stricto sensu*: (i) divergências entre os valores declarados em DCTF e os valores devidos; (ii) registro supostamente errôneo das variações monetárias passivas e lançamento dos valores como créditos em contrapartida da diminuição de obrigações em moeda estrangeira; e (iii) não inclusão na base de cálculo os valores escriturados de subvenções para investimento auferidas dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Essas três supostas infrações correspondem à aproximadamente 25% do valor total autuado. Em razão disso a Companhia, em sede de preliminar de seu recurso administrativo, requereu a nulidade dos respectivos autos por cerceamento do direito de defesa, vez que desconhece o fundamento para os outros 75% dos valores cobrados. O valor atualizado, até 30 de setembro de 2012, dos dois processos, é de, aproximadamente, R\$107.736. Importante ressaltar que os anos-calendários autuados coincidem totalmente, no caso da COFINS, e na maior parte, no caso do PIS, com o período onde a tributação pelo PIS e COFINS não poderia alcançar outras receitas senão o faturamento *stricto sensu*, face ao trânsito em julgado de decisão do STF, em favor da Companhia, que reconheceu a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS trazida pela Lei nº 9.718/98. A Companhia apresentou impugnações aos referidos autos de infração, as quais foram julgadas improcedentes pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Em face de tais decisões, foram interpostos Recursos Voluntários perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes), sendo um deles – referente ao PIS - julgado parcialmente procedente, mantendo a exigência do PIS sobre as subvenções, mesmo o Acórdão reconhecendo estar provado nos autos se tratarem de subvenções para investimento e já existindo outras manifestações do mesmo tribunal administrativo reconhecendo a não incidência do PIS sobre tais subvenções. Atualmente referente processo encontra-se no CARF para apreciação do Recurso Especial interposto pela Companhia. A Companhia avalia a possibilidade de êxito como possível sobre a totalidade da autuação.

**Ações judiciais de cunho ambiental:** a Companhia destaca duas ações de cunho ambiental, uma ação civil pública e uma ação popular, as quais se encontram atualmente em trâmite na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Paraíba. Tais ações têm como objetivos principais a declaração de nulidade do processo de licenciamento do empreendimento da unidade industrial da Companhia localizada no Estado da Paraíba, denominada Grande Moinho Tambaú, assim como contempla pedido de indenização por conta de eventuais danos ambientais causados à área da construção e, ainda, pedido de demolição da área construída. De acordo com decisão judicial proferida, os autos foram encaminhados à Justiça Estadual da Comarca de Cabedelo/PB, por não haver interesse de autarquia federal (no caso, o IBAMA) a justificar a sua competência para processar e julgar o feito. Entendeu o juízo federal que as

## Notas Explicativas

referidas ações discutem matéria de direito edilício, postura e licenciamento municipal, com meros reflexos na área portuária interna e evento visual em relação ao Forte de Santa Catarina de Cabedelo, popularmente conhecido como “Fortaleza de Santa Catarina”, não dizendo respeito à atuação do IBAMA, por não se cogitar de dano ambiental. Atualmente, o processo se encontra na Justiça Estadual, aguardando manifestação desta. Considera-se como possível a probabilidade de perda das ações, porém com risco remoto de demolição da área construída, mas com eventual obrigação de pagamento de indenização por danos ambientais, estimado pelo escritório externo no valor aproximado de R\$ 2.000, na hipótese de desfecho desfavorável à Companhia.

### 19 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Os impostos ativos diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM 371 de 27 de junho de 2002 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

A composição dos ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro estão demonstrados a seguir.

Ativo diferido	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Provisão para redução a valor recuperável-clientes	1.615	1.528	2.553	2.121
Provisão para contingências	15.475	11.021	18.422	13.739
Lucros não realizados em operações com controladas	1.085	1.150	1.085	1.161
Baixa do ativo diferido mantido nas demonstrações individuais	-	-	194	1.214
Outras provisões	9.384	5.317	11.823	7.801
	<u>27.559</u>	<u>19.016</u>	<u>34.077</u>	<u>26.036</u>
<b>Passivo diferido</b>				
	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
Diferenças de depreciação (taxas fiscais x vida útil)	30.916	11.526	34.460	15.851
Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura	2.640	-	42.192	30.366
Diferença de valor justo – combinações de negócios	25.690	-	38.323	30.892
Outras Provisões	25	-	1.212	1.310
	<u>59.271</u>	<u>11.526</u>	<u>116.187</u>	<u>78.419</u>
<b>Ativo (Passivo) líquido</b>	<u>(31.712)</u>	<u>7.490</u>	<u>(82.110)</u>	<u>(52.383)</u>

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias em prazo

## Notas Explicativas

máximo de dez anos, considerando a expectativa de realização das provisões que o geraram.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas expectativas de desfecho dos processos que originaram as provisões para contingências, bem como nos critérios da legislação tributária para dedutibilidade das perdas com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia não reconheceu os efeitos do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social da controlada e Moinho Santa Lúcia Ltda. em razão da ausência de histórico de base de cálculo positiva de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Com base no histórico de realizações dos passivos representativos de riscos tributários, trabalhistas e cíveis, dentre outros, e provisões para redução do valor recuperável de clientes, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos das informações consolidadas apresentam a seguinte expectativa de realização:

<b>Exercício</b>	<u><b>30/09/12</b></u>	<u><b>31/12/11</b></u>
2012	12.353	10.098
2013	1.249	1.671
2014	1.336	1.433
2015	1.562	1.399
2016 a 2018	<u>17.577</u>	<u>11.435</u>
<b>Total</b>	<u><b>34.077</b></u>	<u><b>26.036</b></u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u><b>Controladora</b></u>		<u><b>Consolidado</b></u>	
	<u><b>30/09/12</b></u>	<u><b>30/09/11</b></u>	<u><b>30/09/12</b></u>	<u><b>30/09/11</b></u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	371.616	273.174	392.431	294.300
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	126.349	92.879	133.427	100.062
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	6.578	568	3.152	2.955
Exclusões permanentes:				
Itens não considerados como Receitas pela legislação tributária	(48.556)	(45.932)	(33.720)	(31.075)
Efeito do não reconhecimento do crédito da base negativa da contribuição social na Adria	-	-	-	(1.859)
Outros itens	2.027	(3.761)	5.868	(5.656)
Imposto de renda e contribuição social no resultado antes da isenção	<u>86.398</u>	<u>43.754</u>	<u>108.727</u>	<u>64.427</u>
Receita isenta de imposto de renda (Subvenção Governamental)	(50.178)	(21.287)	(53.670)	(23.817)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período após isenção	<u>36.220</u>	<u>22.467</u>	<u>55.057</u>	<u>40.610</u>
Alíquota efetiva	<u><b>9,75%</b></u>	<u><b>8,22%</b></u>	<u><b>14,03%</b></u>	<u><b>13,8%</b></u>

## Notas Explicativas

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais do imposto de renda, cuja natureza, prazo e parcela incentivada estão detalhados na Nota Explicativa nº 21- Subvenções governamentais.

### 20 Patrimônio líquido

#### a. Capital social - Controladora

Em 5 de março de 2012, os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$ 23.494, mediante capitalização de reservas de incentivos fiscais, passando o Capital Social para R\$ 801.290.

Em 23 de abril de 2012, os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$ 1.341, mediante capitalização de reservas de incentivos fiscais, passando o Capital Social para R\$ 802.631 (R\$ 777.796 em 31 de dezembro de 2011).

O capital social autorizado é de 459.200.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante a capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

Em 31 de dezembro de 2011 e em 30 de setembro, a Companhia possuía 28.914.896 ações ordinárias em circulação, que representavam 25,49% do total.

#### b. Reservas

##### *Reserva legal*

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo-se a parcela referente à subvenção governamental, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Reserva Legal da Companhia era de R\$73.293.

##### *Reservas de incentivos fiscais*

É constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia e de suas controladas, conforme detalhado em Nota Explicativa nº 21- Subvenções governamentais. Em 30 de setembro de 2012, as Reservas de incentivos fiscais totalizavam R\$630.684(sendo R\$525.228 registrada em Reservas de Lucros e R\$105.456 em Reservas de Capital); em 31 de dezembro de 2011, as Reservas de incentivos fiscais totalizavam R\$655.519(sendo R\$ 550.063 registrada em Reservas de Lucros e R\$ 105.456 em Reservas de Capital).

##### *Reservas para plano de investimento*

É constituída a partir da parcela remanescente do lucro, ou seja, lucro do exercício líquido das reservas de incentivos fiscais, da reserva legal e dos dividendos propostos, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral. Sua finalidade é o fortalecimento do capital de giro da Companhia e o reinvestimento de recursos gerados internamente. Essa reserva poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Reserva para

## Notas Explicativas

plano de investimento era de R\$484.931.

Esta reserva observará o limite máximo de 95% do Capital Social.

### *Reserva especial - Lei nº 8.200/1991*

A Companhia contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial prevista no artigo 2º da Lei nº 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente. Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Reserva especial era de R\$16.529.

### *c. Remuneração de acionistas*

Estatuto Social determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, bem como a possibilidade de créditos aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei. O montante dos juros sobre o capital próprio deverá ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

### *d. Ajustes acumulados de conversão*

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

## 21 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pelo Grupo têm a natureza de subvenções para investimentos e se dividem em subvenções estaduais e federais, sendo todas elas monetárias e registradas pelo seu valor nominal.

O valor das subvenções para investimento recebidas dos Estados é determinado a partir do montante de ICMS devido e incidente sobre os negócios realizados por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pelos respectivos estados, no âmbito de suas políticas públicas de fomento ao desenvolvimento industrial.

O valor das subvenções para investimento recebidas da União é determinado a partir do Lucro da Exploração gerado por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pela SUDENE, no âmbito da política nacional de fomento ao desenvolvimento regional.

Os recursos recebidos se constituem em fonte de reposição do capital investido nos empreendimentos econômicos resultantes dos Projetos de investimento implementados pela Companhia e enquadrados nos respectivos programas públicos de fomento ao desenvolvimento. Todas essas subvenções para investimento são de caráter oneroso (em função de determinadas condições) e concedidas por prazo certo (art. 178, CTN).

Tais subvenções para investimento, não obstante sua inequívoca essência econômica de alocação de capital para suportar investimentos, sem configurar qualquer hipótese de redução de custos ou de

## Notas Explicativas

despesas, passaram a transitar, a partir do exercício de 2008 no resultado do exercício, em função do que determina a Deliberação CVM nº 555/08 (que aprovou o Parecer Técnico CPC nº 07). No cumprimento dessa determinação regulamentar, as subvenções para investimento estaduais, em razão de serem, em sua maioria, calculadas com base no valor do ICMS computado no custo de produção, são alocadas ao resultado numa linha na demonstração do resultado do exercício, logo abaixo da que registra o custo dos produtos vendidos. Já a subvenção federal, baseada no lucro da exploração, é apresentada como dedução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Para efeito da determinação do valor das subvenções para investimento que deve transitar no resultado por força da citada exigência regulamentar, a Companhia utiliza o regime de competência, reconhecendo as subvenções independente do momento em que as realiza em termos financeiros, em face dos seguintes fatores: (i) o histórico de cumprimento dos requisitos legais e contratuais necessários para usufruto dessas subvenções; e (ii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para recebê-las dos entes públicos respectivos.

No encerramento do exercício social, a parcela do lucro que decorre desse mecanismo de trânsito por resultados das subvenções para investimento é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais, no Patrimônio Líquido, e é excluída da base de cálculo dos dividendos, tendo em vista que as subvenções têm a natureza de alocação de capital para investimentos, devendo ser obrigatoriamente reinvestidas na Companhia.

A Companhia é beneficiária das seguintes subvenções para investimento de origem governamental:

### **21.1 Incentivos fiscais estaduais**

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia fez jus a R\$ 98.118 (R\$ 91.754 em 30 de setembro de 2011) decorrentes das seguintes subvenções para investimento estaduais:

#### **21.1.1 *DESENVOLVE - Estado da Bahia***

O Governo do Estado da Bahia, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial dotada de um moinho de trigo e uma fábrica de biscoitos e de massas, no município de Salvador - BA. A transferência dos recursos públicos à unidade incentivada ocorre mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81,00% do ICMS devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da unidade industrial referida. A manutenção desses incentivos é condicionada à comprovação contábil e física da integral realização do investimento projetado e da geração de empregos prevista no projeto de investimento. Além desses requisitos quanto ao investimento realizado, exige-se que não haja atraso no pagamento do ICMS devido para não gerar a suspensão do incentivo.

O incentivo é válido até novembro de 2015, podendo ser prorrogado por mais 120 meses.

#### **21.1.2 *FDI/PROVIN - Estado do Ceará***

O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de duas unidades industriais, sendo (i) um moinho de trigo; e (ii) uma fábrica de gorduras e margarinas especiais, ambas sediadas na cidade de Fortaleza - CE. O incentivo consiste, no caso da unidade de moagem de trigo, no diferimento do

## Notas Explicativas

pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e, ao final do prazo, na quitação de 63,75% desse ICMS com recursos do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, correspondentes à subvenção para investimento concedida. No caso da unidade industrial de Margarinas e Gorduras vegetais, a subvenção consiste na quitação de 56,25% do ICMS devido com recursos do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, correspondentes à subvenção para investimento concedida.

A legislação atual e os protocolos assinados com o Estado estabelecem parâmetros de pontuação para obtenção do incentivo, considerando o volume de investimento realizado, a geração de empregos, a demanda por matérias-primas e insumos, bem como a localização e aspectos sociais e ambientais. O direito ao recebimento da subvenção está ainda condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS.

Para ambas as plantas industriais, a mencionada a subvenção para investimentos findará em novembro de 2024.

A J. Brandão, incorporada em 30 abril de 2012, também é beneficiária de subvenção para investimentos, que consiste no diferimento do pagamento de parte do ICMS apurado mensalmente e a quitação de 43,35% no final do período com recursos do FDI. O incentivo é valido até novembro de 2014.

### **21.1.3 PROADI - Estado do Rio Grande do Norte**

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial, localizada na cidade de Natal - RN, na qual foram instalados um moinho de trigo e uma fábrica de massas alimentícias. O benefício consiste no diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e, ao final do prazo, na quitação de 74,25% desse ICMS com recursos do PROADI, correspondentes à subvenção para investimento concedida.

A referida subvenção para investimento foi concedida até agosto de 2020.

### **21.1.4 FAIN - Estado da Paraíba**

O Governo do Estado da Paraíba, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial na cidade de Cabedelo - PB, na qual foram instalados um moinho de trigo e uma fábrica de massas alimentícias. O benefício consiste na concessão de um desconto de 81% no valor do ICMS incidente nas aquisições do trigo em grão. O desconto é operado mediante o registro de um crédito presumido na escrita fiscal da unidade incentivada, em valor correspondente à subvenção pactuada.

A concessão da mencionada subvenção para investimento se estende até dezembro de 2032.

### **21.1.5 PRODEPE - Estado de Pernambuco**

O Governo do Estado de Pernambuco, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, concedeu recursos de forma a subvencionar os investimentos realizados na construção, implantação e expansão de uma unidade industrial na cidade de Jaboatão dos Guararapes - PE, na qual foi instalada uma fábrica de biscoitos e de massas alimentícias, operadas pela controlada Vitarella. Tal

## Notas Explicativas

subvenção foi concedida no bojo do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE, regulado pelo Decreto nº 21.959/99. A subvenção é calculada mediante a aplicação do percentual de 75% sobre o valor do ICMS incidente sobre o trigo em grão, consumido pela indústria em equivalente de farinha de trigo. O valor dos recursos correspondentes à subvenção assim calculada é recebido pela indústria mediante a emissão de Nota Fiscal de ressarcimento contra o fornecedor da farinha de trigo adquirida, ou contra o estado, no caso de aquisição do exterior ou de estado não signatário do Protocolo 46/2000 de farinha de trigo ou trigo em grão, ao qual compete receber do Estado de Pernambuco o ressarcimento dos valores correspondentes à subvenção entregues às indústrias de massas e biscoitos incentivadas. Além dos 75% antes mencionados, a subvenção inclui um valor equivalente a 5% do frete incidente sobre as vendas para fora da Região Nordeste, desde que o valor total da subvenção não ultrapasse a um montante equivalente a 85% do ICMS sobre o trigo em grão contido na farinha de trigo consumida.

A concessão da subvenção se estende até março de 2024.

No caso da unidade industrial instalada em Recife-PE (PILAR), adquirida em 26 de abril de 2011 e incorporada em 30 de março de 2012, a subvenção concedida é calculada nos mesmos termos da subvenção concedida à Vitarella. A concessão do benefício ocorreu em 29 de setembro de 2003 e se estende até outubro de 2015.

### 21.2 Incentivo fiscal federal

A Companhia é beneficiária de subvenções Federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de novas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, nos termos definidos no art. 13 da Lei nº 4.239, de 27.06.1963, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.564, de 29.07.1977, com as alterações introduzidas pelo art. 3º da Lei nº 9.532, de 10.12.1997, art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001, e art. 32 da Lei nº 11.196, de 21.11.2005.

Segundo esses dispositivos legais, o incentivo fiscal é concedido pelo prazo certo de 10 (dez) anos, para os empreendimentos industriais que comprovarem, junto à SUDENE, a realização de investimentos na Região Nordeste do Brasil, mediante a instalação, modernização, ampliação ou diversificação de unidades industriais na referida região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obter a contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento da região Nordeste do País.

A teor da legislação referida, o valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste num montante equivalente ao resultado da aplicação do percentual de até 75% (setenta e cinco por cento) sobre uma base de cálculo legalmente denominada de lucro da exploração (art. 1º da MP 2.199-14/01 e art. 1º do Decreto nº 6.539/2008). A metodologia legal de quitação desse benefício por parte da União prescreve que será liquidado, a cada período, mediante redução (abatimento) do valor que, segundo a legislação de regência, for considerado devido a título de imposto de renda e adicional (IRPJ), calculado periodicamente sobre o Lucro Real.

Atualmente, a Companhia é beneficiária de subvenções equivalentes a 75,0% e 12,5% do Imposto de Renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades principais (lucro da exploração) nas unidades industriais da controladora, e das controladas Vitarella e Moinho Santa Lúcia sediadas no Nordeste do Brasil.

Em 30 de setembro de 2012, o Grupo fez jus a R\$ 53.670 (R\$ 23.818 em 30 de setembro de 2011)

## Notas Explicativas

decorrentes dessa subvenção para investimento concedida pela União às referidas unidades industriais incentivadas.

Os prazos de vigência das subvenções federais em vigor estão detalhados a seguir:

<b>Unidades industriais</b>	<b>Percentual de redução do IRPJ</b>	<b>Período de validade</b>
Fábrica de biscoitos e de massas (Eusébio-CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	75,0%	Jan de 2010 até Dez de 2019
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza-CE)	75,0%	Jan de 2003 até Dez de 2012
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	12,5%	Set de 2011 até Dez de 2013
Moinho de trigo (Salvador - BA)	75,0%	Jan de 2004 até Dez de 2013
Fábrica de massas e de biscoitos (Salvador - BA)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Cabedelo - PB) Produção de até 114.683 toneladas	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Cabedelo - PB) Produção de 114.684 a 317.952 toneladas	75,0%	Jan de 2011 até Dez de 2020
Fábrica de massas (Cabedelo-PB)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de massas (Recife – PE)	12,5%	Jan de 2009 até Dez de 2013
Fábrica de biscoitos (Recife – PE)	75,0%	Jan de 2003 até Dez de 2012
Fábrica de biscoitos e de massas (Jaboatão dos Guararapes - PE)	75,0%	Jan de 2009 até Dez de 2018
Fábrica de Produtos devirados do milho (Maracanaú- CE) Produção de até 2.160 toneladas	75,0%	Jan de 2004 até Dez de 2013
Fábrica de Produtos devirados do milho ( Maracanaú-CE) Produção de até 2.160 a 4.320 toneladas	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de bolos (Maracanaú- CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de biscoitos (Maracanaú- CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de massas (Maracanaú- CE) Produção até 12.000 toneladas	12,5%	Jan de 2009 até Dez de 2013
Fábrica de massas (Maracanaú- CE) Produção de 12.001 até 30.000 toneladas	75,0%	Jan de 2006 até Dez de 2015
Fábrica de biscoito wafer ( Maracanaú-CE) Produção de 2.160 toneladas	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de biscoitos e massas (Aquiraz-CE)	75,0%	Jan de 2005 até Dez de 2014
Fábrica de biscoitos wafer (Aquiraz-CE)	75,0%	Jan de 2011 até Dez de 2020
Fábrica de biscoitos recheados (Aquiraz-CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2015

A Administração do Grupo cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente

## Notas Explicativas

as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, etc., bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes. Até então, entende-se que não foi descumprido qualquer condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas.

### 22 Receita líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
<b>Receita bruta:</b>	<u>2.148.177</u>	<u>1.528.479</u>	<u>3.061.097</u>	<u>2.546.509</u>
Mercado interno	2.142.434	1.526.462	3.052.772	2.537.712
Mercado externo	5.743	2.017	5.743	6.073
Outras receitas	-	-	2.582	2.724
Devoluções, descontos e cancelamentos	(50.110)	(16.151)	(73.318)	(37.773)
Impostos incidentes sobre vendas	<u>(258.508)</u>	<u>(187.676)</u>	<u>(362.439)</u>	<u>(354.703)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u>1.839.559</u>	<u>1.324.652</u>	<u>2.625.340</u>	<u>2.154.033</u>

### 23 Informações por segmento

Conforme já mencionado na Nota Explicativa nº 5, item s, a Companhia tem somente um segmento de negócio passível de reporte.

O Brasil é o principal mercado e foi responsável por 99,7% da receita bruta consolidada no período findo em 30 de setembro de 2012 (99,9% em 30 de setembro de 2011). As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão apresentadas na Nota Explicativa nº 22.

Abaixo demonstramos a receita líquida da Companhia de acordo com as linhas de produtos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
Biscoitos	750.545	511.587	1.454.035	1.184.005
Massas	362.650	199.713	573.487	451.036
Farinha e farelo	553.972	506.971	452.646	431.227
Margarinas e gorduras	170.980	104.556	119.697	80.239
Diversos	-	1.825	7.254	7.526
Bolos	669	-	8.247	-
Snacks	743	-	9.974	-
<b>Receita Líquida</b>	<u>1.839.559</u>	<u>1.324.652</u>	<u>2.625.340</u>	<u>2.154.033</u>

## Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2012 não houve cliente que individualmente representasse mais que 7,1% (6,3% em 30 de setembro de 2011) das vendas, o que demonstra que a Companhia possui uma base de clientes pulverizada e com pouca dependência.

### 24 Custo dos produtos vendidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/09/12</b>	<b>30/09/11</b>	<b>30/09/12</b>	<b>30/09/11</b>
Matéria-prima	<u>811.694</u>	<u>666.966</u>	<u>1.070.619</u>	<u>972.703</u>
- Trigo	493.739	480.036	533.157	506.956
- Óleo	166.745	111.346	174.876	113.577
- Açúcar	37.390	26.212	75.656	72.941
- Farinha de terceiros	46.365	-	96.963	113.464
- Gordura de terceiros	20.626	-	44.758	51.854
- Outros	46.829	49.372	145.209	113.911
Embalagens	116.282	79.763	187.423	150.148
Mão de obra	127.743	81.564	210.379	162.970
Gastos gerais de fabricação	90.516	66.915	144.715	110.423
Depreciação e amortização	28.665	24.582	44.448	36.802
Diversos	-	<u>2.086</u>	<u>568</u>	<u>2.412</u>
	<u>1.174.900</u>	<u>921.876</u>	<u>1.658.152</u>	<u>1.435.458</u>

### 25 Despesas com vendas, administrativas e gerais - por natureza

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/09/12</b>	<b>30/09/11</b>	<b>30/09/12</b>	<b>30/09/11</b>
Despesas com marketing e vendas	121.913	62.446	194.643	164.852
Despesas com fretes	69.212	42.409	116.541	82.279
Honorários da administração	6.600	6.065	6.600	6.065
Despesas de benefícios a empregados	161.102	107.636	252.669	187.344
Encargos de depreciação e amortização	9.652	10.112	13.981	10.158
Despesas tributárias	9.792	5.776	14.463	11.389
Outras despesas administrativas	<u>27.824</u>	<u>23.301</u>	<u>46.849</u>	<u>36.679</u>
	<u>406.095</u>	<u>257.745</u>	<u>645.746</u>	<u>498.766</u>

## Notas Explicativas

### 26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	30/09/11	30/09/12	30/09/11
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	6.827	8.225	10.725	10.520
Variações cambiais ativas	4.751	8.897	6.293	10.375
Outros	<u>3.607</u>	<u>4.677</u>	<u>5.477</u>	<u>5.997</u>
	15.185	21.799	22.495	26.892
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos	(7.551)	(6.552)	(15.954)	(10.849)
Juros sobre dívida de participação societária	(8.884)	-	(16.985)	(13.649)
Variações cambiais passivas	(12.365)	(12.956)	(14.186)	(8.634)
Ganhos (Perdas) em operações com contratos derivativos	4.689	-	4.680	-
Comissões e despesas bancárias	(2.207)	(1.693)	(3.111)	(4.257)
Juros sobre debêntures	(3.736)	-	(3.736)	-
Outros	<u>(1.078)</u>	<u>(1.558)</u>	<u>(2.004)</u>	<u>(3.456)</u>
	(31.132)	(22.759)	(51.296)	(40.845)
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(15.947)</u>	<u>(960)</u>	<u>(28.801)</u>	<u>(13.953)</u>

### 27 Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

#### *Instrumentos financeiros por categoria*

	Controladora		Consolidado	
	30/09/12	31/12/11	30/09/12	31/12/11
<b>Empréstimos e recebíveis</b>				
Caixa e equivalente de caixa	122.625	66.582	170.311	95.323
Contas a receber de clientes	325.915	158.685	430.313	352.686
Outras contas a receber - partes relacionadas	68	99	42	68
Outros créditos	14.910	6.118	18.454	9.820
<b>Investimentos mantidos até o vencimento</b>				
Aplicações financeiras	-	-	12.562	11.792
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>				
Fornecedores	61.366	40.572	78.930	92.995
Financiamentos com instituições financeiras	183.999	93.095	267.215	290.111
Financiamentos diretos	115.594	140.287	192.444	263.357
Contas a pagar	12.468	7.808	25.541	25.691
<b>Passivos financeiros mensurados pelo valor justo</b>				
Contratos de <i>swap</i>	(2.319)	43	(2.319)	43

## Notas Explicativas

### *Mensuração do valor justo*

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo mantém aplicações financeiras e contratos de *swap* registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no Nível 2.

Em 30 de setembro 2012, os valores justos dos instrumentos financeiros, bem como os valores contábeis apresentados das informações financeiras intermediárias estão identificados a seguir:

**Notas Explicativas**

	Moeda	Controladora				Consolidado			
		Saldo	Valor	Saldo	Valor	Saldo	Valor	Saldo	Valor
		contábil 30/09/12	justo 30/09/12	contábil 31/12/11	justo 31/12/11	contábil 30/09/12	justo 30/09/12	contábil 31/12/11	justo 31/12/11
<b>Empréstimos e recebíveis</b>									
Caixa e equivalentes de caixa		122.625	122.625	66.582	66.582	170.311	170.311	95.323	95.323
Contas a receber de clientes		325.915	325.915	158.685	158.685	430.313	430.313	352.686	352.686
Outras contas a receber - partes relacionadas		68	68	99	99	42	42	68	68
Outros créditos		14.978	14.978	6.118	6.118	18.496	18.496	9.820	9.820
<b>Investimentos mantidos até o vencimento</b>									
Aplicações financeiras		-	-	-	-	12.562	12.562	11.792	11.719
<b>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>									
Fornecedores		61.366	61.366	40.572	40.572	78.930	78.930	92.995	92.995
Financiamentos com instituições financeiras		<u>183.999</u>	<u>194.551</u>	<u>93.095</u>	<u>88.376</u>	<u>267.215</u>	<u>277.305</u>	<u>290.111</u>	<u>279.263</u>
			7.246				9.888		
Operações de repasse - BNDES	TJLP	6.913		3.697	3.672	9.614		26.457	26.720
			93.856				112.849		
PSI-Pré	Pré-fixado	82.767		38.334	33.640	102.163		94.785	82.667
Capital de giro e conta garantida	Pré-fixado	-	-	-	-	-	-	20.008	20.607
Capital de giro e conta garantida	CDI	-	-	-	-	-	-	37.704	38.112
			49.785						
FNE	Pré-fixado	49.785		35.837	35.837	110.904	110.904	95.304	95.304
			3.389						
Financiamentos externos	CHF	3.389		3.738	3.738	3.389	3.389	3.738	3.738
			40.088						
Financiamentos externos	USD	40.958		11.245	11.245	40.958	40.088	11.871	11.871
Outros	UMBNDDES	187	187	244	244	187	187	244	244
Financiamentos diretos		115.594	113.173	140.287	140.287	192.444	189.347	263.357	260.866
Contas a pagar		12.468	12.468	7.808	7.808	25.541	25.541	25.691	25.691
<b>Passivos financeiros mensurados pelo valor justo</b>									
Contratos de swap		(2.319)	(2.319)	43	43	(2.319)	(2.319)	43	43

***Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos******Aplicações financeiras (equivalentes de caixas)***

Os valores das aplicações financeiras registrados nas informações financeiras intermediárias como equivalentes de caixa aproximam-se dos valores de realização em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

***Investimentos mantidos até o vencimento***

O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela variação de 100% do DI futuro apurados na data de apresentação das informações financeiras intermediárias.

## Notas Explicativas

### *Empréstimos e financiamentos*

O valor justo dos financiamentos atrelados à TJLP foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de juros praticada no mercado, na data de apresentação das informações financeiras intermediárias (spread 2,70% a.a.).

No caso dos financiamentos pré-fixados, o valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas (2,50% a.a.).

Já os financiamentos pelo FNE, o valor justo é igual ao valor contábil, tendo em vista que a taxa cotada na data das informações financeiras intermediárias é a mesma da contratação dos financiamentos.

Com relação as dívidas decorrentes da aquisições da Vitarella, Pilar, J. Brandão, Pelágio e Santa Lúcia, que conforme contratos são atualizados pelo CDI, o valor justo foi determinado considerando um spread de 0,50%, de forma a refletir as condições de mercado.

### *Contratos de swap*

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base nas taxas futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente. Tais informações também são confrontadas com aquelas prestadas pelas instituições envolvidas.

### *Contas a receber, outros crédito, fornecedores e contas a pagar de curto prazo*

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

## **Gerenciamento de riscos**

Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia mantém mapeados os principais riscos e seus respectivos controles, definidos os critérios de impacto e probabilidade e faz o acompanhamento dos riscos considerados estratégicos e das ações de mitigação dos mesmos. Desta forma, a Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, atribuindo a todas as áreas a responsabilidade pela gestão de riscos, na qual avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas.

A seguir descrevemos, sumariamente, os principais pontos das Diretrizes de Gestão de Riscos:

**Identificação** - o processo de identificação dos riscos deve tomar por base o planejamento estratégico da Companhia, a partir do qual são mapeados os riscos que podem vir a comprometer o cumprimento das metas caso estes venham se materializar;

**Avaliação** – os riscos devem ser avaliados de acordo com os critérios de probabilidade de ocorrência e impacto sobre o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia;

**Tratamento** – os riscos identificados e avaliados devem ser tratados segundo a resposta que a gestão definir para os mesmos, consistindo em: evitar, aceitar, prevenir, reduzir e transferir;

## Notas Explicativas

**Responsabilidade** – cada gestor da Companhia deve ser responsável, no âmbito de atuação das áreas sob sua gestão, pela execução das atividades de controle e/ou de implementação dos planos de ação mitigadores dos riscos, objetivando reduzir o impacto e probabilidade de ocorrência dos mesmos, conforme o tratamento definido;

**Monitoramento** - as atividades de controle e/ou implementação dos planos de ação devem ser regularmente reportadas aos níveis hierárquicos superiores, cabendo a estes a avaliação da eficácia e eficiência das ações respectivas.

As atividades do Grupo expõem as empresas a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, taxa de juros e preço das *commodities*).

### a. Risco de crédito

Esse risco é proveniente da possibilidade do Grupo não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições, tais como depósitos e aplicações financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). Além disso, a Companhia possui seguro de crédito para proteção contra a inadimplência de clientes específicos, o que possibilita uma indenização de 90% sobre a perda líquida dos recebíveis desses clientes. O limite máximo de indenização é R\$ 18,0 milhões com vigência no período de 01 de junho de 2012 a 31 de maio de 2013. Atualmente a cobertura do seguro abrange mais de 100 empresas, no total de R\$ 54 milhões. Além disso, existe cerca de R\$ 32 milhões de garantias constituídas mediante hipoteca e fiança bancária.

Adicionalmente, o Grupo possui provisão para redução do valor recuperável de clientes, no montante consolidado de R\$ 17.834 (R\$ 15.779 em 31 de dezembro de 2011) representativos de 3,98% (4,28% em 31 de dezembro de 2011) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito.

Com relação às aplicações financeiras, o Grupo somente realiza aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito classificado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo para saldo de aplicação.

### b. Risco de liquidez

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência – além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento Estaduais e Federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a este montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para a expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e

## Notas Explicativas

outros desembolsos operacionais.

Em regra, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional, pois normalmente tem até um ano de prazo para pagamento de suas principais matérias-primas (trigo e óleo vegetal), prazo este mais longo que os concedidos aos seus clientes para pagamento dos produtos adquiridos. Assim, a Diretoria entende que a Companhia continua apresentando sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados nas Notas Explicativas nº 14, 15, 16 e 17.

Vale ressaltar que a Companhia tem limites aprovados em Bancos de primeira linha. Entretanto, esses limites aprovados não estão destinados a cobrir deficiência de liquidez da Companhia, visto que não tem esta indicação. Caso a Companhia venha a ter, poderá utilizar financiamentos para capital de giro, através de Instituições Financeiras Privadas, como Cédula de Crédito Bancário, FINIMP (Financiamento de Importações) ou outros, por elas apresentadas.

### *c. Risco de mercado: preço das commodities*

Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro. Como política de prevenção de oscilações de curto prazo, a Companhia tem por prática a manutenção de estoques das principais matérias-primas para aproximadamente três meses de consumo, geridos através de análises do mercado futuro das principais matérias-primas. Este procedimento pode ocasionar algumas variações entre o preço médio dos estoques e o valor de mercado em uma data específica.

Além disso, o Grupo acompanha o mercado mundial de commodities, monitorando os fatores que impactam a formação dos preços tais como períodos de safra, eventos climáticos e decisões de política econômica, dentre outros, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações *on-line* com as principais bolsas de mercadorias do mundo. Nessas condições, o Grupo avalia o momento mais oportuno para compra dessas commodities, podendo estabelecer contratos de compra para entrega futura de matéria-prima, já fixando o preço da *commoditie*, porém sujeito a risco de variação cambial.

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura no montante de 178.500 toneladas (140.160 toneladas em 31 de dezembro de 2011), equivalente a US\$ 57.070 (US\$ 34.184 em 31 de dezembro de 2011).

### *d. Risco de taxa de câmbio*

Os resultados do Grupo estão suscetíveis de sofrer variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, decorrentes principalmente da importação trigo em grão e óleo vegetal de soja ou de palma, suas principais matérias-primas.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Administração tem adotado, ao longo do anos, a política de manter ativos suscetíveis também à

## Notas Explicativas

variação cambial e, assim, evitar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mantendo *hedge* natural, total ou parcial. Além dessa estratégia, o Grupo avalia a contratação de operações de *hedge*, mais usualmente operações de *swaps*, nas transações de importação de insumos.

O Grupo contratou operações de *swap* relacionado a financiamentos de importação (FINIMP) para aquisição de trigo, com vencimento até 28 de dezembro de 2012, onde na ponta ativa recebe em média, dólar mais 3,50% e na ponta passiva paga, em média, 111,50% do CDI. Os valores de referência (nocial) totalizaram R\$33.533 e valor justo a receber desses instrumentos derivativos, em 30 de setembro de 2012, somavam R\$ 2.319.

Vale salientar que nenhuma das operações de contratos de swap exigiu depósitos de margens em garantia.

Além da análise de descasamentos temporais entre fluxos de caixa ativos e passivos sensíveis a determinado fator de risco, bem como, no caso da variação cambial, as expectativas quanto a oscilação da taxa de câmbio em relação ao Real, a Companhia realiza, periodicamente, análise de sensibilidade de seus passivos financeiros à variação do Dólar.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/09/12</u>	<u>31/12/11</u>
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	44.347	14.983	44.347	15.609
Contratos de <i>swap</i>	(40.958)	(11.244)	(40.958)	(11.244)
Ativos em moeda estrangeira (b)	-	-	(61)	(71)
Déficit apurado (a-b)	<u>3.389</u>	<u>3.739</u>	<u>3.328</u>	<u>4.294</u>

Em 30 de setembro de 2012, o Dólar encerrou com desvalorização no período em relação ao Real de aproximadamente 8,25% (11,30% de valorização em 30 de setembro de 2011).

Em 30 de setembro de 2012, a Companhia encerrou o período com uma exposição ao risco de taxa cambial não relevante, apresentando uma posição de ativos em dólar inferior aos passivos, no montante de R\$ 3.389. Desta forma, diante de um risco imaterial, a Companhia não está apresentando os cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados exigidos pela Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008.

Conforme já mencionado, a Companhia também mantém contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura equivalente a US\$ 57.070, sujeito a risco de variação cambial. Assim, a análise de sensibilidade levou em consideração a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia: cotação do dólar em R\$2,0306; no mesmo patamar de fechamento em 30 de setembro de 2012; (ii) cenário possível: considerando um aumento de 25% na cotação do dólar, passando para R\$2,5383 Nesse cenário a perda estimada seria de R\$ 90.616; e (iii) cenário remoto: elevação da cotação do dólar em 50% da utilizada no cenário provável, passando a R\$3,0459; onde a perda estimada seria de R\$ 181.231

## Notas Explicativas

### e. Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Em 30 de setembro de 2012, os financiamentos atrelados a essas taxas somavam o montante de R\$ 226.824, correspondendo a 46,82% do total do endividamento da Companhia.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>
<b>Ativos financeiros</b>				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	<u>105.844</u>	<u>49.163</u>	<u>156.514</u>	<u>81.195</u>
	<u>105.844</u>	<u>49.163</u>	<u>156.514</u>	<u>81.195</u>
<b>Passivos financeiros</b>				
Taxas pré-fixadas	132.553	74.171	213.067	210.097
Financiamento em moeda estrangeira <sup>(1)</sup>	44.347	14.983	44.347	15.609
Financiamentos indexados ao CDI e TJLP	145.951	165.828	226.824	349.547
Outros	<u>216</u>	<u>274</u>	<u>216</u>	<u>274</u>
	<u>323.067</u>	<u>255.256</u>	<u>484.454</u>	<u>575.527</u>

*Nota 1: vide comentário sobre risco de taxa de câmbio*

#### *Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa*

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros não alteraria o resultado.

#### *Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável*

Considerando a exposição líquida dos empréstimos e financiamentos atrelados a CDI e TJLP, em 30 de setembro de 2012, no valor de R\$ 70,3 milhões, para a qual a Companhia está deduzindo os saldos das aplicações financeiras, também mantidas a CDI, a análise de sensibilidade levou em consideração um aumento máximo de 25% na taxa CDI (representando um aumento de 1,84% pontos percentuais), o que poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R\$1,3 milhões. Caso o aumento fosse de 50% (representando um aumento de 3,68% pontos percentuais), poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R\$2,6 milhões.

A Administração da Companhia entende que além de irrelevante, o risco de grandes variações no CDI em 2012 é baixo, levando em consideração a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos.

#### *Gestão do capital*

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua

## Notas Explicativas

continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital através da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/ patrimônio líquido), por entender que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento. A dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, debêntures, deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras de longo prazo.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão assim demonstrados:

<i>Consolidado</i>	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>
<b>Dívida de financiamentos e empréstimos</b>	484.454	575.527
<b>Debêntures</b>	151.003	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(170.311)	(95.323)
(-) Aplicações financeiras de longo prazo	(12.562)	(11.792)
<b>Dívida líquida</b>	452.584	468.412
Patrimônio líquido	2.343.130	2.005.773
<b>Dívida líquida/Patrimônio líquido (%)</b>	<b>19,32%</b>	<b>23,35%</b>

## 28 Resultado por ação

### *Lucro por ação básico*

O lucro por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no período findo em 30 de setembro de 2012 e 2011 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação nestes períodos, conforme o quadro abaixo:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
Em milhares	<b>30/09/12</b>	<b>30/09/11</b>	<b>30/09/12</b>	<b>30/09/11</b>
Resultado do período	<u>335.396</u>	<u>250.707</u>	<u>337.375</u>	<u>253.691</u>
Lucro atribuível aos acionistas	<u>335.396</u>	<u>250.707</u>	<u>337.375</u>	<u>253.691</u>
Saldo em 1º de janeiro	113.450	113.450	113.450	113.450
Efeito de compra de ações próprias	-	(13)	-	(13)
Efeito de opções de ações exercidas com ações em tesouraria	-	13	-	13
Saldo em 30 de setembro	<u>113.450</u>	<u>113.450</u>	<u>113.450</u>	<u>113.450</u>
Média ponderada de ações	<u>113.450</u>	<u>113.448</u>	<u>113.450</u>	<u>113.448</u>
Resultado por ação básico	<u><u>2,95633</u></u>	<u><u>2,20988</u></u>	<u><u>2,97378</u></u>	<u><u>2,23619</u></u>

## Notas Explicativas

### *Lucro diluído por ação*

Sobre o lucro do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia para os períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011 o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/12</u>	<u>30/09/11</u>	<u>30/09/12</u>	<u>30/09/11</u>
<i>Em milhares</i>				
Média ponderada de ações	<u>113.450</u>	<u>113.448</u>	<u>113.450</u>	<u>113.448</u>
Lucro por ação diluído	<u>2.95633</u>	<u>2.20988</u>	<u>2.97378</u>	<u>2.23619</u>

Em 30 de setembro de 2011, 13 opções foram excluídas do cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo.

Em 30 de setembro de 2012, em virtude da inexistência de instrumentos patrimoniais com efeito diluidor, o lucro por ação diluído é igual ao lucro básico por ação.

## 29 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A determinação dos bens a serem cobertos por seguros é feita a partir da análise da natureza da atividade envolvida, a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, a distribuição logística de suas 14 plantas industriais e 39 centros de distribuição, além da relação entre o dano potencial de um eventual sinistro versus o custo do seguro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisados pelos nossos auditores independentes.

A Companhia, dentro de sua política de administração de riscos e da reavaliação permanente quanto à suficiência dos seguros existentes, tem como procedimento contratar serviços de análises dos riscos operacionais a que está sujeita, tanto nas plantas e instalações da controladora, como das controladas, de modo a verificar a qualidade das premissas usadas na determinação de quais bens segurar e, quanto aos cobertos por apólices de seguros, a suficiência dos montantes segurados.

O Grupo mantém seguros contratados para os prédios, mercadorias, matérias primas, produtos em elaboração, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis, utensílios e instalações. As apólices em vigor apresentam as seguintes coberturas:

## Notas Explicativas

<b>Tipo de cobertura</b>	<b>Limite máximo de indenização - R\$</b>	<b>Vigência da apólice</b>
Incêndio (inclusive decorrente de tumultos), queda de raio no local e explosão de qualquer natureza e queda de aeronave	250 milhões	01/12/2011 a 01/12/2012
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres	20 milhões	01/12/2011 a 01/12/2012
Desmoronamento	10 milhões	01/12/2011 a 01/12/2012
Tumultos, greves, lock-out e atos dolosos	5 milhões	01/12/2011 a 01/12/2012
Quebra de máquina - Danos materiais	4,5 milhões	01/12/2011 a 01/12/2012
Fermentação própria e combustão espontânea	2 milhões	01/12/2011 a 01/12/2012
Incêndio, Raio e Explosão (Básica)	34 milhões	16/07/2011 a 16/07/2012

### 30 Arrendamento mercantil - operacional

A Companhia é locatária junto à empresa Rowena S.A. de uma aeronave para uso comercial, sem opção de compra prevista, conforme contrato de locação firmado em 27 de fevereiro de 2008. A posição desse contrato em 30 de setembro de 2012 é a seguinte:

	<b>Aluguel Trimestral</b>	<b>Prazo da Locação</b>	<b>Opção de Compra</b>
Aeronave Challenger 300	US\$ 550 mil	36 meses	Não prevista

Em face das condições de contratação, a locação da aeronave não a caracteriza como arrendamento financeiro para fins das normas contábeis aplicáveis.

Vale salientar que em função de contrato de compartilhamento de despesa celebrado com Dias Branco Administração e Participações Ltda., metade do encargo é assumido por aquela empresa.

### 31 Remuneração dos administradores

O Estatuto Social não prevê a participação dos administradores nos resultados da Companhia e, portanto, não há valor de participação nos períodos findos em 30 de setembro de 2012 e 2011. Caso houvesse tal participação, essa seria apresentada separadamente nas demonstrações de resultados dos respectivos períodos, antes do lucro líquido do período e o seu montante por ação do capital social, conforme estabelecido pelo art.187 da Lei nº. 6.404/76.

## Notas Explicativas

### 32 Demonstrações do valor adicionado

Conforme requerimento do BRGAAP aplicável às companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, o Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

### 33 Demonstrações dos fluxos de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>	<b>30/09/12</b>	<b>31/12/11</b>
Caixa e bancos	16.781	17.419	26.359	25.919
Aplicações financeiras em renda fixa	105.844	49.163	143.952	69.404
Caixa e equivalentes de caixa	<u>122.625</u>	<u>66.582</u>	<u>170.311</u>	<u>95.323</u>

Na rubrica Caixa e Bancos registra-se o valor em espécie, cheques à vista e considerados à vista (até três dias úteis para serem apresentados) e os valores depositados em contas correntes mantidas junto a instituições financeiras.

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,54% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (100,96% em 31 de dezembro de 2011) e estão destinadas à negociação imediata. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Vale ressaltar que o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras.

Não houve no período qualquer mudança na política utilizada para a Companhia para determinar os componentes do caixa e dos equivalentes de caixa.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2012 o Grupo realizou pagamento equivalente a R\$ 51.282 (R\$ 9.844 em 30 de setembro de 2011) relativo a juros e variações cambiais e R\$ 14.428 (R\$ 26.693 em 30 de setembro de 2011) relativo ao Imposto de Renda e Contribuição Social da pessoa jurídica, conforme detalhado na Demonstração do Fluxo de Caixa - Atividades Operacionais. O pagamento de valores retidos na fonte de terceiros e apenas recolhidos pela entidade estão classificados na demonstração de fluxo de caixa conforme sua origem.

**Notas Explicativas****Demonstração do fluxo de caixa decorrente de obtenção de controle - Atividades de Investimentos**

	<u>Pilar</u>	<u>Pelágio S.A (1)</u>	<u>Moinho Santa Lúcia</u>
Caixa e bancos	82	598	1.030
Aplicações financeiras	150	2.058	3.659
Clientes	20.553	37.244	8.411
Estoques	5.392	19.567	7.007
Outros créditos	12.130	21.981	3.664
Ativo imobilizado	37.990	91.459	29.385
Ativo intangível	33.971	56.670	6
Fornecedores	( 7.488)	(21.282)	(4.039)
Empréstimos e financiamentos	(26.565)	(111.002)	(41.335)
Outras contas a pagar	(34.234)	(41.359)	(4.758)
Ágio pago por rentabilidade futura	<u>27.941</u>	<u>184.066</u>	<u>86.970</u>
Preço total de compra	69.922	240.000	90.000
Valor da aquisição a ser amortizado (sem juros)	(23.584)	(115.000)	(45.000)
Caixa e bancos	<u>( 232)</u>	<u>( 2.656)</u>	<u>(4.689)</u>
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada	<u>46.106</u>	<u>122.344</u>	<u>40.311</u>

Nota 1: Contempla dados da J. Brandão, incorporada em 30 de abril de 2012.

## Notas Explicativas

Francisco Ivens de Sá Dias Branco  
Diretor-Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior  
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior  
Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes  
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia  
Vice-Presidente Financeira

Magali Carvalho Façanha  
Contadora CRC - CE 12410/O-0

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

### Titularidade das Ações

Nosso capital social, em 30 de setembro de 2012, é de R\$ 802,6 milhões, totalmente subscrito, integralizado e dividido em 113.450.000 ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela abaixo indica o número de ações detidas direta ou indiretamente, nesta data, pelo Acionista Controlador e pelos membros do nosso Conselho de Administração e Diretores:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 30/09/2012				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
<b>Controlador</b>	<b>71.550.000</b>	<b>63,07</b>	<b>71.550.000</b>	<b>63,07</b>
<b>Administradores</b>	<b>12.985.104</b>	<b>11,44</b>	<b>12.985.104</b>	<b>11,44</b>
Conselho de Administração	2.296.003	2,02	2.296.003	2,02
Diretoria	10.689.101	9,42	10.689.101	9,42
<b>Ações em Tesouraria</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros Acionistas</b>	<b>28.914.896</b>	<b>25,49</b>	<b>28.914.896</b>	<b>25,49</b>
<b>Total</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>28.914.896</b>	<b>25,49</b>	<b>28.914.896</b>	<b>25,49</b>

Nota: Não há membros do conselho de administração e diretoria que detenham diretamente mais de 5% das ações da Companhia.

De acordo com o artigo 20 do nosso Estatuto social, o Conselho Fiscal não tem caráter permanente e não encontrava-se instalado em 30 de setembro de 2012.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 30/09/2011				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
<b>Controlador</b>	<b>71.550.000</b>	<b>63,07</b>	<b>71.550.000</b>	<b>63,07</b>
<b>Administradores</b>	<b>13.534.104</b>	<b>11,93</b>	<b>13.534.104</b>	<b>11,93</b>
Conselho de Administração	2.846.003	2,51	2.846.003	2,51
Diretoria	10.688.101	9,42	10.688.101	9,42
<b>Ações em Tesouraria</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Outros Acionistas</b>	<b>28.365.896</b>	<b>25,00</b>	<b>28.365.896</b>	<b>25,00</b>
<b>Total</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>
<b>Ações em Circulação</b>	<b>28.365.896</b>	<b>25,00</b>	<b>28.365.896</b>	<b>25,00</b>

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: <b>M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS</b>				
Posição em 30/09/2012 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Participações	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	12.985.104	11,44	12.985.104	11,44
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros	28.914.896	25,49	28.914.896	25,49
<b>Total</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: <b>M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS</b>				
Posição em 30/09/2011 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Participações	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	13.534.104	11,93	13.534.104	11,93
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros	28.365.896	25,00	28.365.896	25,00
<b>Total</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>	<b>113.450.000</b>	<b>100,00</b>

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia: <b>DIBRA Fundo de Investimentos em Participações</b>		Posição em 30/09/2012 (Em unidades de Quotas)		
Quotistas	Quotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Francisco Ivens de Sá Dias Branco	539,63	99,82	539,63	99,82
Dias Branco Adm. e Participações LTDA.	0,90	0,17	0,90	0,17
IDIBRA Participações LTDA	0,07	0,01	0,07	0,01
<b>Total</b>	<b>540,60</b>	<b>100,00</b>	<b>540,60</b>	<b>100,00</b>

**Cláusula Compromissória de Arbitragem**

Pelo Regulamento do Novo Mercado, e pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, administradores, os membros do Conselho Fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem.



Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados em 24 de fevereiro de 2012 e 24 de outubro de 2011, respectivamente, sem modificações e com parágrafo de ênfase quanto à avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial e pela manutenção do saldo do ativo diferido.

Recife (PE), 22 de outubro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP015199/O-6-S-CE

Carlos Santos Mota Filho  
Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-CE

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaramos, na qualidade de diretores da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e aprovamos as informações financeiras relativas ao período findo em 30 de setembro de 2012.

Eusébio, 22 de outubro de 2012.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco

Diretor - Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior

Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes

Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia

Vice-Presidente-Financeira

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Declaramos, na qualidade de diretores da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativas ao período findo em 30 de setembro de 2012.

Eusébio, 22 de outubro de 2012.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco

Diretor - Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior

Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes

Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia

Vice-Presidente-Financeira